O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 • JULIO MESQUITA (1862—1927)  150 ANOS Terça-feira 29 de ABRIL de 2025 • R$ 7,00 • Ano 146 • Nº 48041 || estadao.com.br

PATRICIA DE MELO MOREIRA/AFP



Apagão geral paralisa serviços em Portugal e Espanha e deixa dúvidas no ar

Milhões ficaram sem transporte (acima, o Aeroporto de Lisboa), comunicação e até água na Península Ibérica. Possibilidade de ataque cibernético é investigada. __A12

Operação Sem Desconto __A8 e A9

PF investiga repasses fracionados de entidade que teria fraudado INSS

__ Contag é suspeita de ter desviado R$ 2 bilhões; pagamento a buffet e firma de viagem está na mira

Investigação da Polícia Federal sobre deduções indevidas em benefícios de aposentados e pensionistas do INSS aponta que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) é suspeita de ter desviado R$ 2 bilhões entre janeiro de 2019 e março de 2024. Os investigadores agora miram os beneficiários das supostas fraudes. Uma agência de viagens, uma empresa de locação de estruturas para eventos e uma empresa de buffet receberam transferências fracionadas. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) alertou a PF sobre a saída de R$ 26.457.531,95 das contas da confederação para 15 pessoas físicas e jurídicas. A Contag afirmou que coordena mais de 3,8 mil sindicatos e que "sempre atuou com ética, responsabilidade e tem se empenhado ativamente no aperfeiçoamento da gestão e na fiscalização dos projetos e convênios que administra".

Eliane Cantanhêde __A9
Corrupção, o novo velho problema

Pedro Fernando Nery __B5
Carlos Lupi e Homer Simpson

8 de Janeiro __A10

Alcolumbre prepara projeto para reduzir penas de condenados

Texto que busca aliviar as penas de até 17 anos de prisão impostas pelo STF deve ser apresentado pelo presidente do Senado após negociação com o presidente da Câmara, Hugo Motta, e ministros do STF.

Igreja Católica __A15

Conclave com maior número de cardeais da história começa em 7 de maio

Número de possíveis eleitores é de 135. Futuro papa terá de lidar com temas que vão das guerras à crise climática.

Homenagem __A11

Sessão solene do Congresso celebra os 150 anos do 'Estadão'

Plenário do Senado fará homenagem ao jornal pelo século e meio em defesa dos valores liberais e republicanos.

Virada na reta final __A13

Efeito Trump tira voto de conservador e dá vitória a Partido Liberal no Canadá

Embalada por onda nacionalista, legenda do ex-premiê Justin Trudeau, agora liderada por Mark Carney, venceu eleições, indica projeção.

Notas e Informações __A3
Drible no Orçamento

Carlos Andreazza __A11
Governo Lula depende do União Alcolumbre

Sergio Martins __C5
O rock progressivo agoniza, mas não morre



STUDIO ARTHUR CASAS

Alice Ferraz __C2

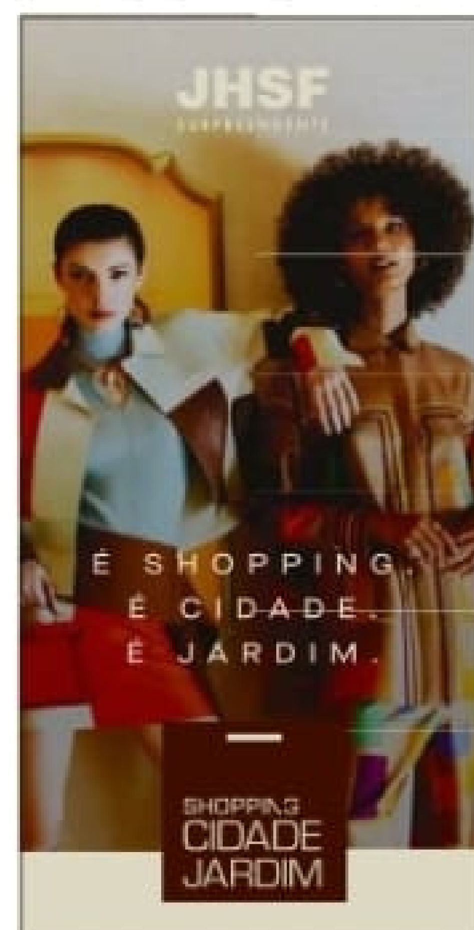
Projeto une o ancestral e novo para a COP-30

Arquiteto Arthur Casas planeja revitalizar a vila do Posto Indígena Leonardo Villas-Boas, no Xingu.

Diabete __A16
Nova diretriz brasileira prevê rastreio a partir dos 35 anos

Futebol __A19
Site afirma que seleção terá segundo uniforme vermelho

C2 Entrevista: Elijah Wald __C1
Autor de 'Dylan Elétrico' fala do livro que inspirou filme



Edição de hoje
3 CADERNOS – 44 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Esportes, Para fechar... **E&N. Destacar** Economia & Negócios

C2. Cultura & Comportamento, A fundo

Tempo em SP
19° Mín. 24° Máx.

ISSN - 1516-293-1

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO E IANDER PORCELLA
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

Congresso capta recado de Barroso e faz acordo por penas menores do 8/1, mas PL rejeita

O Congresso captou recado recente do presidente do STF, Luís Roberto Barroso, e acelerou o acordo para reduzir penas do 8/1. O ministro afirmou de forma pública que caberia ao Parlamento mudar a lei, e que a nova regra poderia retroagir e valer para os condenados pelos ataques golpistas. No Senado, já tramita proposta de Alessandro Vieira (MDB) que fixa teto de 12 anos de prisão para quem não liderou ou financiou as invasões. Mas é o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União), que vai apresentar um texto consensual para tramitar com celeridade. Como revelou a *Coluna*, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos), vinha negociando saída para esfriar a anistia. Isso sinaliza que, aprovado no Senado, o projeto também andará rapidamente na Casa vizinha.

● **INFLEXÃO.** Apesar do acordo, o PL de Jair Bolsonaro insistirá no perdão a todos os condenados do 8/1. "Isso faz a anistia ganhar mais força", disse à *Coluna* o líder da sigla, Sóstenes Cavalcante (RJ). "Não cogitamos 'redução' de pena, pois isso o próprio STF pode fazer", disse Sanderson (PL-RJ), vice-líder da oposição.

● **MANCHA.** Mais da metade dos brasileiros (58,5%) tem conhecimento do caso Débora Rodrigues dos Santos – a cabeleireira que pichou a frase "Perdeu, mané" na estátua da Justiça. Dentre eles, 70,8% consideram injusta a pena de 14 anos aplicada pelo STF, aponta a Paraná Pesquisas.

● **JUSTIÇA.** A pesquisa, obtida pela *Coluna*, também aponta: para 32,8%, os participantes dos atos de 8/1 já ficaram presos tempo suficiente e 29,1% avaliam que nem deveriam ter sido presos. Mas 31,8% defendem mais 15 anos de pena. O índice de confiança é de 95%. A margem de erro de 2,2 p.p.

● **AULA.** A Fundação Perseu Abramo, braço teórico do PT, vai promover em maio o curso Fé e Democracia para Evangélicos e Evangélicas. A iniciativa, coordenada pela deputada **Benedita da Silva** (RJ), busca reduzir a rejeição do eleitorado evangélico ao presidente Lula e ensinar petistas a relacionar testemunhos de fé com democracia.

● **LÁ E CÁ.** Cada vez mais, lideranças das bases comunitárias reclamam que o partido trata esse eleitorado com preconceito e não dialoga. O governo está ciente de que a maioria dos evangélicos caminha para apoiar um nome da direita em 2026.

● **PEDIDO.** O presidente do BC, Gabriel Galípolo, recebeu ontem a ABDE, que representa bancos e agências de fomento. Ouviu demandas para elevar o limite de emissões de Letras de Crédito de Desenvolvimento (LCDs). O título de renda fixa é usado para financiar a indústria.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Benedita da Silva,
deputada federal (PT-RJ)

● **TUDO...** O governo do Distrito Federal abriu um chamamento público para alugar um imóvel na capital. A medida foi adotada depois que a *Coluna* revelou um processo avançado para alugar sem licitação, por R$ 42 milhões, um prédio de um aliado do governador Ibaneis Rocha (MDB).

● **...IGUAL.** Servidores veem uma tentativa do governo de esvaziar a atuação do Tribunal de Contas, que apontou irregularidades no caso. A gestão tentou contratar a Remmo, da qual o deputado Eunício Oliveira (MDB) é sócio e um filho dele é o dono. Procurado, Ibaneis não comentou.

PRONTO, FALEI!



Tarcísio de Freitas
Governador de São Paulo

"Na Argentina, a inflação caiu, o fluxo de capital aumentou. Eles (governo Milei) estão mostrando que há um caminho. É o caminho que a gente tem que adotar."

CLICK

VALÉRIA CAROL/DIVULGAÇÃO



Paulo Serra
Presidente do PSDB em São Paulo

Com o secretário de Relações Institucionais do governo de SP e presidente do PSD, Gilberto Kassab, na Associação Comercial e Industrial de Santo André.

ESTADÃO
EMPRESAS

Informação pode transformar o dia a dia de uma empresa

Adquira a assinatura do **Estadão Digital** para seus colaboradores e impulsione o seu negócio.



Consulte nossa equipe comercial!



Acesse o QR Code acima ou entre em contato:
WhatsApp: (11) 94511-0145
Tel.: (11) 3856-2532 | 3856-2524
E-mail: vendascorporativas@estadao.com

TERÇA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 2025
O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)
LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

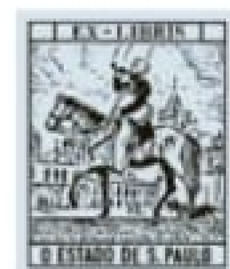
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO PEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Drible no Orçamento



TCU expõe artimanhas do governo para gastar dinheiro sem passar pelo Orçamento, que deveria refletir as escolhas da sociedade. Isso ameaça a credibilidade das contas públicas

Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o Orçamento Geral da União apontou problemas cuja solução o governo Lula da Silva tem empurrado com a barriga. Não recolhimento de receitas à conta única do Tesouro, uso de fundos privados ou entidades para execução de políticas públicas, utilização de fundos para concessão de crédito e falta de transparência na gestão de fundos públicos e privados foram alguns dos achados preliminares de técnicos da Corte de Contas, de acordo com reportagem publicada pelo **Estadão**.

Em conjunto, essas práticas, classificadas como "heterodoxas" por tramitarem fora do Orçamento, ameaçam a integridade, a transparência e a sustentabilidade do regime fiscal brasileiro e podem trazer riscos à sustentabilidade da dívida pública e à credibilidade das contas públicas. Não é, portanto, assunto de menor importância, mas o governo não parece estar preocupado nem ter pressa para equacionar os problemas mencionados pelo TCU.

Afinal, faz oito meses que o País aguarda uma solução para financiar o novo Auxílio Gás. Em agosto, o Executivo anunciou uma proposta para quadruplicar o programa por meio de recursos do Fundo Social do Pré-Sal. Ao todo, R$ 13,6 bilhões seriam transferidos diretamente à Caixa e, do banco, para os revendedores de botijões que atendessem aos beneficiários do Bolsa Família. Trata-se de clara burla às regras fiscais, segundo as quais todas as receitas e despesas devem transitar pelo Orçamento. E, diante das críticas, o Ministério da Fazenda disse que enviaria um novo projeto para corrigir essas falhas, o que ainda não ocorreu.

Outro problema identificado pelo TCU diz respeito ao Pé-de-Meia, que concede bolsas para incentivar estudantes de baixa renda a concluírem o ensino médio. O programa tampouco conta com reserva suficiente de recursos no Orçamento e tem sido custeado por meio de fundos privados. Não é a primeira vez que a Corte de Contas cobra ajustes no programa. Bloqueado pelo TCU em janeiro, o pagamento das bolsas foi liberado no mês seguinte com o compromisso de que governo e Congresso encontrariam uma maneira definitiva de incluir o programa no Orçamento. Até agora, nada.

Os exemplos evidenciam que a heterodoxia não configura uma exceção. Ao contrário: sem essas práticas fiscais controversas, duas das principais bandeiras eleitorais do governo Lula da Silva simplesmente não teriam condições de existir. E a experiência mostra que, aos poucos, aquilo que deveria ser uma saída temporária pode se tornar uma solução definitiva. Os R$ 14,9 bilhões em honorários pagos a advogados públicos em causas ganhas em defesa do governo, por exemplo, têm recebido tratamento extraorçamentário desde 2017, ou seja, desde o governo Michel Temer.

Lamentavelmente, os alertas do TCU não têm sido muito efetivos. Anunciados em outubro do ano passado, os R$ 29,75 bilhões em recursos do Fundo Rio Doce, pagos como compensação pelo rompimento da barragem de Mariana (MG), servirão para financiar políticas públicas. No entanto, não vão transitar pela conta única do Tesouro. Na semana passada, o governo confirmou que enviará R$ 15 bilhões do Fundo Social do Pré-Sal para o Minha Casa Minha Vida, que agora financiará também a classe média – outro caso de medida parafiscal.

Bem se sabe que o Orçamento está engessado por despesas obrigatórias há anos e tem um espaço cada vez menor para gastos discricionários, mas práticas como essas enfraquecem ainda mais uma peça que deveria refletir com clareza as escolhas da sociedade.

Transformar o Orçamento num documento protocolar e sem amparo na realidade pode ser o caminho mais fácil, mas não é algo inofensivo. As consequências mais palpáveis são o aumento dos juros, a desvalorização da moeda, a alta da inflação e a fuga de investimentos.

No médio e no longo prazos, isso se materializa em crescimento econômico baixo e errático, infraestrutura insuficiente, produtividade pífia, indicadores educacionais ruins, mão de obra pouco qualificada e empregos de baixa remuneração. E é sintomático que ninguém no setor público pareça incomodado com isso. ●

Escolas desconectadas

Falta o básico nas escolas públicas do País. Conexão de qualidade e informação confiável são duas das lacunas, como se nota ao constatar que o MEC infla dados sobre internet adequada

Quando, em setembro de 2023, lançou a chamada Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, o governo do presidente Lula da Silva mirou numa ambição bem-vinda ante um desafio inadiável: coordenar e qualificar o acesso à internet das escolas públicas brasileiras – e, de quebra, melhorar a infraestrutura de telecomunicações, especialmente em regiões mais remotas. Ter internet com velocidade adequada, de modo a potencializar o uso da tecnologia para fins pedagógicos, é um daqueles requisitos elementares num país onde, em muitos lugares, ainda falta o básico, como a disponibilidade de energia elétrica para a rede pública e a contratação de serviço de conexão capaz de operar com vídeos, jogos e outros recursos tecnológicos mínimos. São lacunas a preencher com uma boa política pública, desenhada e implementada com a unificação de diferentes ações federais e o envolvimento de vários órgãos de governo, incluindo o Ministério da Educação (MEC), o Ministério das Comunicações e o BNDES.

Pois agora se descobre que falta também outro elemento básico: informação confiável para atestar os resultados do programa. Como mostrou recentemente o **Estadão**, o MEC trabalha com dados inflados sobre a qualidade da conectividade nas escolas públicas. Em outras palavras, o MEC enxerga como "adequada" a velocidade de 15.404 escolas cuja rede está aquém do que a comunidade escolar precisa. A discrepância se deve a uma razão simples, mas de efeito complexo: em vez de utilizar o medidor oficial, como recomenda uma resolução do Comitê Executivo da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, o MEC considera, em muitos casos, desempenhos declarados por outras fontes de informação, originadas das secretarias estaduais e municipais.

Usando o medidor oficial, nota-se que, das 137,9 mil escolas públicas do País, 49,2% têm internet com velocidade considerada adequada. Já em 36,1%, a conexão medida é ruim e não serve para professores e alunos. Para o MEC, contudo, o patamar é diferente: 60% têm velocidade adequada, enquanto 25% exibem rede considerada ruim. A reportagem registrou casos de dados inflados em praticamente todos os Estados. Também há relatos de estudantes que passaram a usar o dinheiro recebido via Pé-de-Meia – o programa que oferece bolsas para evitar a evasão no ensino médio – para contratar pacotes de internet e utilizar nas atividades pedagógicas. Mesmo reconhecendo que são casos extremos, fica evidente que o prejuízo imposto aos alunos e professores é incalculável.

No mundo onírico do governo, Lula da Silva prometeu chegar ao fim do mandato, em 2026, com todas as unidades conectadas (resta torcer para que, na cosmologia lulopetista, ter escola "conectada" signifique conexão compatível com o uso da internet). No mundo real enfrentado pela comunidade escolar, pesquisas básicas na internet para realizar atividades escolares requerem puxadinhos constrangedores, como capturar a rede da "tia" da lanchonete ou subir na cadeira para pegar um sinal, como descreveu uma aluna. É de consumir a energia do aluno e esgotar a paciência – e a esperança – do País.

São exemplos como esses que reforçam a desconfiança nacional em relação ao futuro e põem em dúvida a capacidade de nossas autoridades – mesmo aquelas bem-intencionadas, como as que estão hoje no MEC – de pavimentar nosso caminho rumo à condição de nação mais desenvolvida e menos desigual. Para tanto, não há outra rota se não a da transformação educacional, com qualificação da mão de obra, preparação das novas gerações para o novo mundo e tecnologia e pesquisa de ponta. Basta ver o exemplo de países com economia similar à brasileira que estavam no mesmo patamar que o Brasil há algumas décadas – e hoje estão muito adiante. É o caso dos países asiáticos que, invariavelmente, lideram os rankings de avaliação de ensino. Foram nações que souberam contar com adoção de currículos bem estruturados, formação robusta de professores, escolas em tempo integral, uso constante de avaliações e continuidade de reformas com visão de longo prazo.

Há um extenso percurso para o Brasil percorrer até tornar real, como se espera, a mudança efetiva na qualidade de nossa educação. Ter escolas conectadas é parte desse percurso – sem dados inflados, por óbvio. ●

ESPAÇO ABERTO

Terapia celular da USP para o SUS

Diego V. Clé e Rodrigo T. Calado

A Universidade de São Paulo (USP) inaugurou, na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, o Centro de Terapia Celular (CTC), um dos 11 Centros de Pesquisa e Inovação Especiais (Cepix) da universidade. Sediado no Hemocentro de Ribeirão Preto, o CTC é resultado de mais de 20 anos de pesquisa sobre a biologia das células-tronco e hematopoéticas e suas modificações, com foco em aplicação clínica.

Um esforço colaborativo envolvendo professores, alunos, médicos, biólogos, farmacêuticos, geneticistas e imunologistas resultou no desenvolvimento de uma terapia celular inovadora.

Essa tecnologia, criada no Hemocentro, modifica geneticamente os linfócitos T, que são células de defesa do sistema imune do paciente, permitindo que estes reconheçam e destruam células de leucemias e linfomas. Essas células modificadas são conhecidas como células CAR-T (do inglês *Chimeric Antigen Receptor T cells*).

As células CAR-T estão transformando o paradigma do tratamento oncológico, uma vez que não utilizam métodos convencionais, como quimioterapia, radioterapia ou cirurgias. Para certos tipos de câncer hematológico, como leucemia, linfoma e mieloma múltiplo, as células CAR-T são tratamentos estabelecidos e estão incluídas nas principais diretrizes internacionais.

Investimento em biotecnologia é fundamental para garantir acesso equitativo a novos tratamentos para pacientes do SUS

Atualmente, no Brasil, existem produtos comerciais importados de células CAR-T, mas o custo para tratar um único paciente com essas células, produzidas nos EUA ou na Europa, pode superar R$ 2,5 milhões. Esse alto custo, denominado "toxicidade econômica", contribui para a desigualdade no acesso a essa terapia entre países. Nos EUA, mais de 30 mil pessoas já foram tratadas com CAR-T, enquanto no Brasil menos de 100 pacientes receberam esse tratamento até o momento.

Além disso, há disparidade no acesso a novos tratamentos dentro do Brasil. A maioria dos brasileiros que recebeu células CAR-T o fez por meio da saúde suplementar. Considerando que mais de 70% da população depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS), financiar esse tratamento com os preços comerciais atuais poderia consumir todo o orçamento do Ministério da Saúde para oncologia, que foi de R$ 4,75 bilhões em 2023, apenas para a demanda atual de CAR-T para linfomas. Outro fator que agrava essa desigualdade é o lento avanço em biotecnologia e inovação do complexo industrial de saúde no Brasil nas últimas décadas.

A ciência nacional desenvolvida em universidades, institutos de pesquisa e empresas pode mudar essa realidade. Nesse contexto, o CTC da USP assume um papel fundamental ao aplicar ciência e inovação para beneficiar a sociedade, buscando garantir acesso a tratamentos complexos e eficazes para pacientes do SUS.

Após anos de pesquisa no laboratório, com investimentos da Fapesp, CNPq, Finep, Fundação Butantan e Ministério da Saúde, desenvolvemos um produto próprio de células CAR-T que é eficaz e seguro. Em 2019, fomos pioneiros na América Latina ao tratar um paciente com linfoma refratário, no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (HCRP), com as células CAR-T desenvolvidas no Hemocentro. Desde então, mais de 20 pacientes com leucemia ou linfoma foram tratados com sucesso e um estudo clínico fase 2 para tratar outros 81 pacientes foi recentemente aprovado pela Anvisa, envolvendo três hospitais universitários no Estado de São Paulo e dois outros hospitais na cidade de São Paulo. O estudo iniciou com recrutamento no HCRP e os resultados dessa primeira fase foram aprovados pela Anvisa, liberando o recrutamento em todos os cinco hospitais, ora em andamento.

O sucesso dessa iniciativa resultou numa parceria estratégica entre a USP, o Hemocentro de Ribeirão Preto e o Instituto Butantan para a construção de uma fábrica de células, o Nutera RP. Essa colaboração permitirá aumentar a produção de células CAR-T nacionais a um custo muito inferior aos produtos comerciais, visando à sua incorporação no SUS e atendendo à demanda de pacientes e do Ministério da Saúde.

As células CAR-T são apenas o primeiro passo num avanço biotecnológico mais amplo.

Em breve, apresentaremos à Anvisa novo estudo clínico para o uso dessas células no tratamento de doenças autoimunes graves, como lúpus eritematoso sistêmico, que tem mostrado índices promissores de sucesso.

Além disso, estamos desenvolvendo um novo tipo de CAR, modificando os linfócitos NK, outra célula do sistema imunológico, que pode otimizar a disponibilidade do tratamento.

Também investigamos aplicações das células CAR-T em outros tipos de câncer nos laboratórios da USP em Ribeirão Preto e São Paulo.

O investimento em biotecnologia é fundamental para garantir acesso equitativo a novos tratamentos para pacientes do SUS que sofrem de doenças graves, como câncer e doenças autoimunes. O CTC da USP, em parceria estratégica com o Instituto Butantan, está comprometido em contribuir para esse avanço, melhorando a saúde dos usuários do SUS. ●

SÃO, RESPECTIVAMENTE, PROFESSOR DOUTOR DE HEMATOLOGIA DA FMRP-USP E COORDENADOR NO NUTERA RP; E PROFESSOR TITULAR DE HEMATOLOGIA DA FMRP-USP, PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO DA USP E COORDENADOR DO CTC-USP

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Economia brasileira

O começo de tudo

A economia sob desafio – Como quebrar a sina do 'voo da galinha' (caderno especial **Estadão**, 26/4). Concordo plenamente com tudo o que foi relatado neste especial. Ouso, entretanto, salientar que, para ter uma economia forte e equilibrada, o começo de tudo passa pela plena consciência de que o País deve gastar menos do que arrecada. Essa é a primeira e mais simples lição de casa a ser adotada.

Maurilio Polizello Junior
Ribeirão Preto

Lula 3

Governo perdulário

Parece que o Brasil está navegando em águas calmas e abundantes. Este desgoverno, além de não fazer uma reforma que promova um enxugamento da máquina pública, organiza uma caravana da alegria para estar no funeral de um papa que tanto representou a humildade e a compreensão daqueles que mais merecem e necessitam de atenção. Um passeio ao Vaticano, pago com dinheiro público brasileiro. Já passou da hora de este país ter um governo que realmente pense no País, e não só em reeleição.

Pedro Ramos
São Paulo

Prioridade do PT

"Nossa prioridade é, primeiro, a reeleição do presidente Lula e, em seguida, a disputa pelo Senado" (Humberto Costa, presidente interino do PT, **Estadão**, 20/4, A8). Quer dizer então que, para o PT, o Brasil, com seus inúmeros e gravíssimos problemas, está em segundo ou até terceiro plano? O que importa, mesmo, é o poder a qualquer custo, para ajeitar toda a *cupinchada* e, assim, continuar a usufruir de todas as regalias e vantagens que a máquina poderosa permite. Eis o que nos espera para os próximos anos. Salve-se quem puder!

Mario Miguel
Jundiaí

Fernando Collor de Mello

Lava Jato

A trajetória do "caçador de marajás" Fernando Collor de Mello foi narrada no editorial *Collor na cadeia* (**Estadão**, 26/4, A3), que destaca com propriedade que foi o desvio de volumoso recurso público desvendado no âmbito da Operação Lava Jato a razão da ida do ex-presidente finalmente para a cadeia. A pergunta que fica é: quando esse mesmo destino estará reservado aos outros que, a exemplo dele, desviaram uma montanha de dinheiro do povo?

José Elias Laier
São Carlos

Maldito plano

Basta consultar a biografia de Collor cara sentir quão repugnante é. De "caçador de marajás", tornou-se um deles. O maldito Plano Collor destruiu milhares de famílias e levou ao desespero os que, a duras penas, conseguiram guardar uns míseros trocados para uma emergência. Muitas pessoas morreram pelo impacto do confisco criminoso em 1990 liderado por Collor, acompanhado de Zélia Cardoso de Mello, Ibrahim Eris e Antônio Kandir.

Mário Rubial Monteiro
São Paulo

A justiça dos homens

Não creio que Collor ficará preso por muito tempo, mas espero, ao menos, que seja o suficiente para que reflita sobre o transtorno que causou na vida de muitos jovens empresários à época do Plano Collor, inclusive este missivista. Alguns tiraram a própria vida em razão do desespero a que foram submetidos. Dói confessar: eu acreditei no "caçador de marajás" e votei nele, infelizmente. Ainda estou vivo, porém me sentindo preso há mais de 30 anos. Portanto oito anos de condenação são muito pouco. Agora eu, que já confiava na justiça divina, tenho de admitir: aplausos para a Justiça dos homens!

Benedito Antonio Turssi
Ibaté

Mundo

Putin e Trump

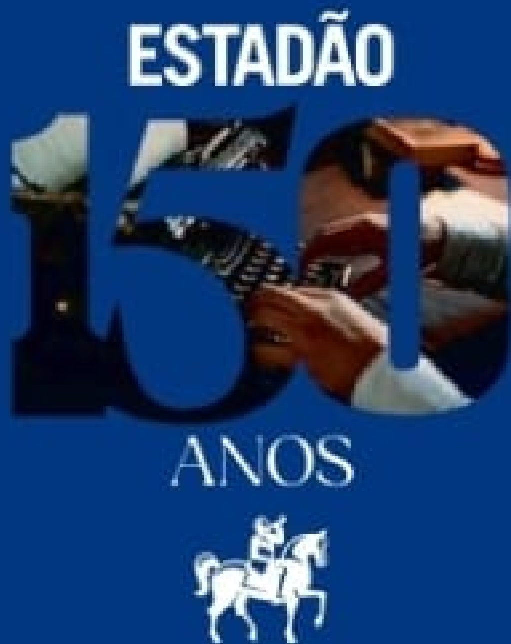
Quando Vladimir Putin resolveu invadir a Ucrânia, ele achou que seria um passeio no parque, um exercício militar que em poucos dias iria anexar o território ucraniano à Rússia. Putin estava enganado, a guerra já se arrasta há anos, a Rússia não apanhava tanto desde o cerco a Stalingrado e nada indica que Putin irá prevalecer. Quando Donald Trump resolveu impor seu tarifaço ao mundo, ele achou que todos os países iriam rastejar pedindo clemência, implorando por acordos. Trump estava errado, os países ignoraram o tarifaço e estão reorganizando o comércio mundial deixando os EUA fora do jogo. Putin e Trump seguirão para a lata de lixo da História. Ambos causaram prejuízos gigantescos e irreparáveis para seus países a troco de absolutamente nada. Patético e lamentável.

Mário Barilá Filho
São Paulo

Eufrázio

É HOJE





Liberdade de Expressão

29/ABR

Das 14h30 às 19h
B Hotel – Brasília, DF

PROGRAMAÇÃO

14h30 CREDENCIAMENTO

15h BOAS-VINDAS ESTADÃO



15h15

PALESTRA MAGNA
Ministro Edson Fachin
Vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)

15h45 PAINEL 1
LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM ESSÊNCIA



EUGÊNIO BUCCI
Professor da ECA-USP, articulista do Estadão e membro da Academia Paulista de Letras



PIERPAOLO BOTTINI
Advogado criminalista e professor de Direito Penal da USP



SEBASTIÃO VENTURA
Chairman do Instituto Millenium

MEDIAÇÃO



RENATO ANDRADE
Editor executivo do Núcleo de Política e Internacional do Estadão

16h35 PAINEL 2
IMPRENSA LIVRE



AFRANIO NETO
Especialista em Direito de Informação



BIA BARBOSA
Coordenadora de Incidência do escritório da Repórteres Sem Fronteiras para a América Latina



DANA GREEN
Consultora Jurídica sênior da The New York Times Company



MARCELO GODOY
Repórter especial do Estadão, jornalista e escritor

MEDIAÇÃO



Daniel Teixeira/Estadão

LUCIANA GARBIN
Editora executiva do Estadão

17h25 PAINEL 3
REDES SOCIAIS E O DIREITO À LIVRE MANIFESTAÇÃO



ORLANDO SILVA
Deputado federal (PCdoB-SP)



PAULO JOSÉ LARA
Codiretor executivo da Artigo 19 Brasil



PEDRO HENRIQUE
Diretor executivo do Reglab, professor do Ibmec e sócio do Baptista Luz Advogados

MEDIAÇÃO



ROSEANN KENNEDY
Colunista do Estadão

18h15 ENCERRAMENTO



ACOMPANHE A TRANSMISSÃO AO VIVO



O Estado de S. Paulo

Realização: ESTADÃO 150

Parceria: ESTADÃO BLUE STUDIO · ELDORADO FM 107.3

1875

ESPAÇO ABERTO

STF, Justiça do Trabalho e o PJ que quer férias

Lúcia Regina P. Moioli e André Souza

Quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decide suspender todos os processos que discutem a licitude de contratos de prestação de serviços – sob o pretexto técnico da repercussão geral –, o que está em jogo não é a formalidade de um rito processual, mas a espinha dorsal do mercado de trabalho. A chamada pejotização, tão brasileira quanto a jabuticaba e tão escorregadia quanto um contrato verbal com cláusula de exclusividade, foi convocada ao palco institucional.

A decisão do ministro Gilmar Mendes, proferida em 14 de abril no âmbito do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE 1532603), não é apenas um freio de arrumação; é um ato de ruptura. A afirmação de que a Justiça do Trabalho tem ignorado, sistematicamente, os precedentes do STF – produzindo insegurança jurídica e sobrecarregando a Corte – não é só um puxão de orelha. É um convite à redefinição de fronteiras institucionais. Como se dissesse, em juridiquês com sotaque filosófico: "Não se atravessa a rua fora da faixa hermenêutica do Supremo".

Sob o verniz técnico do reconhecimento da repercussão geral (Tema 1389), esconde-se outro problema: quem manda no Brasil quando se trata de classificar uma relação de trabalho como autônoma ou subordinada? Quem decide se aquele que vende sua força de trabalho como pessoa jurídica está exercendo liberdade contratual ou disfarçando sua dependência econômica sob um CNPJ com endereço na sala de estar?

A Justiça do Trabalho, por décadas, respondeu a essas perguntas com convicção. Munida do "princípio da primazia da realidade", recusou-se a aceitar o disfarce formal como prova de autonomia. Para o trabalhador médico, jornalista ou advogado, o contrato de prestação de serviços era, muitas vezes, desconsiderado, pela leitura de que se tratava de um vínculo empregatício. Essa leitura agora se vê confrontada por uma Suprema Corte que parece menos disposta a tolerar interpretações extensivas da CLT.

A crítica do Supremo atinge o conteúdo do que a Justiça do Trabalho vem decidindo. E não se trata de um debate trivial. A divisão social do trabalho brasileiro, marcada pela informalidade disfarçada e terceirizações em cadeia, encontra-se na encruzilhada entre a modernização e a proteção da pessoa humana.

> *O Brasil está, mais uma vez, diante de um espelho jurídico que reflete sua ambivalência histórica: entre o paternalismo estatal e o liberalismo retórico*

O Brasil navega entre a insegurança jurídica da interpretação casuística e a fragmentação regulatória, que não se resolve com reforma trabalhista e jurisprudência. O artigo 3.º da CLT continua a ser o campo de batalha: habitualidade, subordinação, onerosidade e pessoalidade são colunas que sustentam (ou ruem) a ponte entre o CNPJ e a CLT. Só que os tribunais têm lido essas colunas com lentes cada vez mais diversas.

A suspensão nacional dos processos é um recado, mas também uma tentativa de restaurar a autoridade do STF. Gilmar Mendes, que já liderou mudanças de paradigmas nas áreas penal e tributária, agora mira a seara trabalhista, em que, ao que tudo indica, pretende estabelecer um marco interpretativo que impeça o uso do Judiciário como ferramenta de revisão de contratos civis.

E aqui mora o dilema: o STF parece querer blindar o uso da pejotização legítima contra interpretações paternalistas. Mas como distinguir, com precisão, a pejotização "do bem"? O texto constitucional e a jurisprudência não respondem sozinhos. Será necessário criar parâmetros de aferição, critérios objetivos, guias interpretativos.

Se há um mérito na decisão do STF, é o de tirar o País da zona cinzenta. A suspensão cria um momento para rever a lógica de decisões, abre espaço para o debate e prepara o terreno para uma jurisprudência que equilibre liberdade contratual e proteção social. Não se trata de abolir a CLT, nem de glorificar a autonomia privada. Mas de reconhecer que o contrato de prestação de serviços pode ser legítimo – e que presumir sua invalidade, apenas por haver um CNPJ, é reducionista e perigoso.

O Brasil está, mais uma vez, diante de um espelho jurídico que reflete sua ambivalência histórica: entre o paternalismo estatal e o liberalismo retórico. A pejotização, nesse contexto, é mais sintoma do que causa. O verdadeiro problema é o déficit de segurança jurídica, a multiplicação de interpretações divergentes, a ausência de um marco normativo claro. E, talvez, o excesso de decisões judiciais que ignoram o pacto entre partes adultas e capazes, como se a liberdade contratual fosse uma fantasia burguesa, e não um direito constitucional.

Ao final, o Supremo não suspendeu apenas processos. Suspendeu certezas, dogmas, narrativas. E nos deixou com uma pergunta incômoda: quando tudo pode ser lido de forma diferente, quem será o intérprete final?

Talvez a resposta esteja menos nas decisões e mais nos critérios. Menos no texto e mais no contexto. E talvez seja hora de admitir que o Brasil precisa de menos litígios sobre formas contratuais e mais consenso sobre os limites da autonomia e da tutela. O futuro da pejotização não está no CNPJ – está na nossa capacidade de construir um sistema jurídico que respeite o contrato sem ignorar a dignidade de quem presta o serviço. ●

SÃO, RESPECTIVAMENTE, ADVOGADA, L.LM PELA CORNELL LAW SCHOOL, PROFESSORA UNIVERSITÁRIA, PALESTRANTE E ESCRITORA; E ADVOGADO E LL.M. PELO INSPER

TEMA DO DIA

REAL MADRID C.F.



Marcel Rizzo

CBF prepara proposta de R$ 5 milhões para tornar Ancelotti o técnico mais bem pago

O contrato que a CBF vai oferecer ao italiano faria dele o treinador de seleção com o maior salário em todo o mundo. A acordo teria validade até o fim da Copa de 2026, com cláusula de renovação até a Copa de 2030. ●

6.638 interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

- "Tem dinheiro pra pagar o maior salário, mas não tem pra profissionalizar os árbitros e investir em tecnologia."
HUGO MATOS

- "Como se o problema do futebol brasileiro fosse o técnico... Jogadores medíocres, mimados e com baixo nível de futebol."
MARCIO BOTELHO

- "Que loucura é essa? Há vários treinadores que poderiam servir à seleção."
IRAN SILVA

- "Rumo ao fundo do poço."
WILLIAM TSUDA

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
https://bit.ly/LDBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

ADOBE STOCK



Saúde dos pets



Os cuidados para evitar hipertensão em cães e gatos. ●
https://encr.pw/ayKDc

Jornal do Carro



Chery QQ volta com motor elétrico e novo visual. ●
https://encr.pw/YdOiw

Newsletter



'Conectado': assine e comece o dia bem informado. ●
https://bit.ly/3K6DaB3

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

ESTADÃO

SUMMIT
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Evento presencial

14 DE MAIO
8h30 – 16h Unibes Cultural

AS TENDÊNCIAS QUE IMPACTAM O PRESENTE E MOLDAM O FUTURO

As principais inovações tecnológicas com um olhar visionário sobre os desafios e as oportunidades dos próximos anos.

Keynote speakers

Diogo Cortiz
Professor da PUC-SP e pesquisador do NIC.br

Martha Gabriel
Futurista, autora do best-seller *Liderando o Futuro*

Presenças confirmadas

Ana Paula Appel
Senior AI Engineering e embaixadora de Computação Quântica da IBM

Anderson Soares
Coordenador científico do Centro de Excelência em Inteligência Artificial da Universidade Federal de Goiás (UFG)

Glauber Mota
CEO da Revolut Brasil

Luciano Mendes
Professor do Inatel

Luis Liguori
Diretor de Arquitetura de Soluções da Amazon Web Services (AWS) no Brasil

Valdivino Alexandre de Santiago Júnior
Líder do Laboratório de Inteligência Artificial para Aplicações AeroEspaciais e Ambientais (Liarea) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)

Vinícius Oliveira Caram Guimarães
Conselheiro substituto da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

Realização: ESTADÃO 150

Parceria: ESTADÃO BLUE STUDIO · ELDORADO FM 107.3 · paladar 20

Apoio: Integra

Patrocínio: Faculdade ESEG GRUPO ETAPA · FEBRABAN TECH 2025

Conheça a programação e adquira o seu ingresso

Operação Sem Desconto

Entidade suspeita de desviar R$ 2 bi do INSS repassou a buffet e firma de viagem

Para a PF, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura foi beneficiada com 'desconto em lote' e fez transferências fracionadas; Contag afirma que 'sempre atuou com ética'

RAYSSA MOTTA
FAUSTO MACEDO

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) é suspeita de desviar R$ 2 bilhões de aposentados entre janeiro de 2019 e março de 2024. Os cálculos são da Polícia Federal (PF). Os investigadores miram agora os beneficiários das supostas fraudes. A PF já identificou que uma agência de viagens, uma empresa de locação de estruturas para eventos e uma empresa de buffet receberam transferências fracionadas da confederação.

As informações foram obtidas a partir de uma análise detalhada do fluxo financeiro da Contag. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) alertou a PF sobre a saída de R$ 26.457.531,95 das contas da confederação para 15 pessoas físicas e jurídicas ligadas aos setores de turismo, alimentação e eventos, além de federações estaduais vinculadas à Contag. As transferências foram fracionadas, o que levantou suspeitas.

A confederação afirmou que coordena mais de 3,8 mil sindicatos e que "sempre atuou com ética, responsabilidade e tem se empenhado ativamente no aperfeiçoamento da gestão e na fiscalização dos projetos e convênios que administra".

As movimentações suspeitas levaram o juiz Frederico Botelho de Barros Viana, da 15.ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, a autorizar buscas na sede da Contag e nos endereços de empresas que receberam transferências da confederação. Os mandados foram cumpridos na última quarta-feira, durante a Operação Sem Desconto – deflagrada pela PF e a Controladoria-Geral da União (CGU).

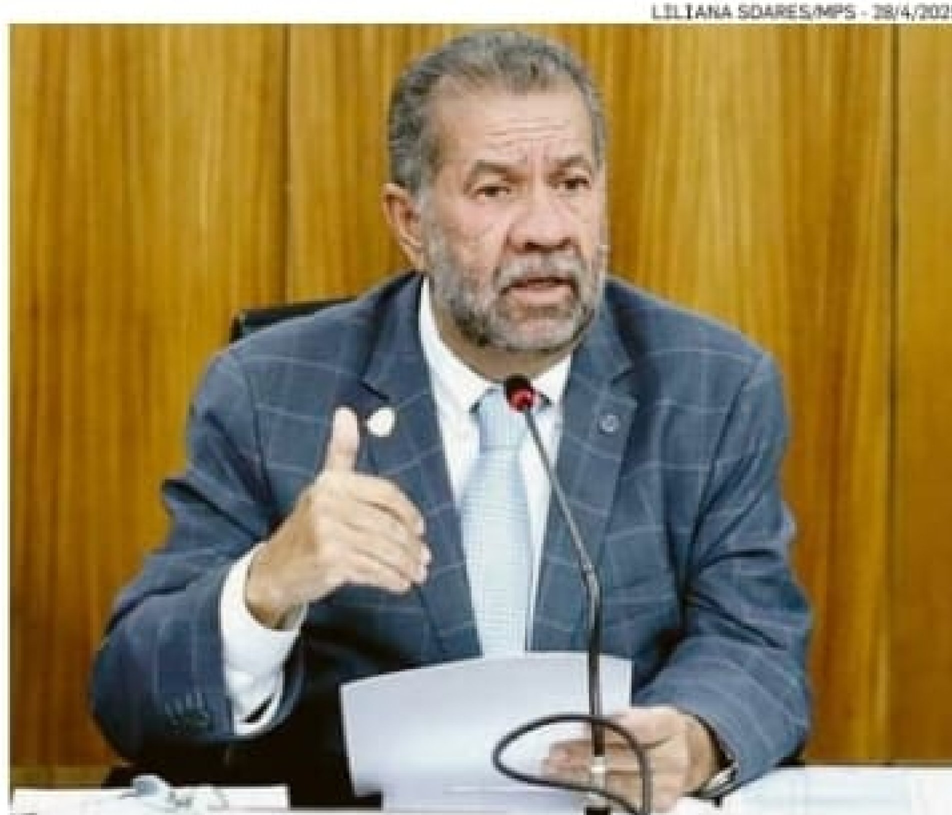
A investigação identificou um esquema fraudulento de deduções indevidas em benefícios de aposentados e pensionistas do INSS.

'ENRIQUECIMENTO ILÍCITO'. Em sua decisão, o juiz afirmou que há "indícios seguros" de que "responsáveis pela Contag, entre 2019 e 2024, realizaram (e continuam promovendo) descontos associativos indevidos de milhares de aposentados e pensionistas do INSS, ação que pode ter ocasionado enriquecimento ilícito dos envolvidos, com possível ocultação de patrimônio e de movimentações financeiras".

Outro dado levantou suspeitas da PF. Em novembro de 2023, o INSS autorizou o chamado desbloqueio em lote de descontos em pelo menos 34 mil pensões e aposentadorias em benefício da Contag. A PF afirma que a decisão, que atendeu a um pedido da própria entidade, "foi tomada com base em justificativas que se mostraram infundadas e contrárias à legislação".

Os beneficiários do INSS podem aderir a associações civis e sindicatos e autorizar descontos mensais em seus contracheques para cobrir custos de filiação. Para isso, as entidades devem estar habilitadas no INSS e precisam receber autorização "prévia, pessoal e específica" de aposentados e pensionistas interessados.

LILIANA SOARES/MPS - 28/4/2025



Titular da Previdência Social, Carlos Lupi fala em reunião da pasta

> ***"(O desconto em lote) Não se orientou por evidências que pudessem demonstrar a real intenção do segurado quanto ao desbloqueio do benefício para desconto"***
> **Polícia Federal**
> **Em representação à 15.ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal**

Para a PF, o desconto em lote ignorou a exigência de autorização expressa dos aposentados e, nesse sentido, "não se orientou por evidências que pudessem demonstrar a real intenção do segurado quanto ao desbloqueio do benefício para desconto".

A Contag está na lista de entidades suspeitas de envolvimento em um megaesquema de descontos não autorizados em aposentadorias e pensões pagas pelo INSS.

As suspeitas levaram o presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, a pedir demissão após ter sido afastado do cargo por ordem judicial.

Segundo a investigação, os dados dos aposentados foram obtidos com servidores do INSS, mediante o pagamento de propinas. As informações teriam sido cadastradas em associações suspeitas, sem o conhecimento dos aposentados, para operar os descontos indevidos nos contracheques.

'GESTÃO'. Em nota, a Contag afirmou que coordena federações estaduais e sindicatos "que atuam na luta pela garantia, manutenção e ampliação de direitos de mais de 15 milhões de trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, entre os quais estão aposentados, aposentadas e pensionistas rurais que fazem parte do quadro associativo e que autorizam o desconto da sua contribuição".

A confederação diz ainda que "tem se empenhado ativamente no aperfeiçoamento da gestão e na fiscalização dos projetos e convênios que administra, sempre em conformidade com as normas legais". "Neste momento, a entidade reitera seu respeito às instituições democráticas e o compromisso com a legalidade em todas as suas ações, e se coloca à disposição para colaborar com as investigações em curso, defendendo a total transparência do processo investigatório e apuração devida dos fatos." ●

LUPI PROMETEU ZERAR A FILA DO INSS. MAS JOGOU A TOALHA. PÁG. B5

Governo foi alertado por diferentes órgãos sobre aumento de fraudes

BRASÍLIA

O governo Lula foi alertado por diferentes órgãos sobre a disparada de fraudes nas mensalidades ilegais descontadas de aposentadorias e pensões do INSS desde 2023. Documentos mostram que os alertas vieram do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU), do Ministério Público, do Conselho Nacional de Previdência Social e de auditores do próprio INSS.

Em 2023, a CGU iniciou investigação após denúncias. O órgão justificou o trabalho "devido ao súbito aumento no montante dos descontos (de R$ 536,3 milhões em 2021 para R$ 1,3 bilhão em 2023)", além de "fragilidade dos controles mantidos pelo INSS para a realização desses descontos". "Mesmo conhecendo a existência de denúncias e a falta de capacidade operacional necessária para acompanhamento dos ACTs (*acordos de cooperação técnica, assinados com os sindicatos*), o INSS não implementou controles suficientes para mitigar os riscos", diz relatório da CGU.

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, foi informado, em junho de 2023, de um aumento de denúncias de descontos sem autorização durante reunião do Conselho Nacional de Previdência Social. Ontem, Lupi se defendeu. Em reunião do conselho, apresentou auditoria feita pelo INSS como a "prova cabal" de que ele agiu. "Pedi, à época, que o INSS começasse a apurar as denúncias. Levou-se tempo demais. O ministério sempre atuou firme. Não tem nenhuma acusação contra mim. Afastei um servidor pela morosidade."

> ***"O ministério sempre atuou firme. Não tem nenhuma acusação contra mim"***
> **Carlos Lupi**
> **Ministro da Previdência**

O TCU também fiscalizou os descontos e, em junho do ano passado, determinou que o governo só autorizasse novos descontos com assinatura eletrônica avançada e biometria. Já auditoria do INSS, concluída em setembro 2024, identificou falhas do próprio órgão. Técnicos apontaram R$ 45,5 milhões em descontos indevidos entre janeiro de 2023 e maio de 2024. As conclusões foram encaminhadas para o comando do instituto.

MEDIDAS. Governo e Ministério da Previdência disseram que tomaram providências para coibir irregularidades. A primeira medida listada é de janeiro de 2024, quando o INSS divulgou como pedir o bloqueio de descontos não reconhecidos. Além disso, o governo citou norma de 2024 que determinou que o desconto teria de ser formalizado com assinatura eletrônica e biometria. ● DANIEL WETERMAN E GABRIEL HIRABAHASI



Eliane Cantanhêde E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; X: @ecantanhede

Corrupção, o novo velho problema

O Congresso está parado, só discute anistia para o 8/1, enquanto a palavra "corrupção" anda a mil por hora e invade manchetes da mídia e a pauta da sociedade. Esta semana, que no setor público só tem três dias, já começou com o plenário do Supremo convalidando a prisão do ex-presidente Collor, o governo sob pressão para demitir o ministro da Previdência, Carlos Lupi, e dois escândalos "novos" que, de novos, não têm nada.

Collor caiu em 1992 e só agora, 33 anos depois, foi preso, por uma acusação nada a ver com o mandato de presidente, mas com o de senador, quando foi pego com a mão na botija na BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras, dez longos anos atrás. A Justiça tardou e prendeu Collor aos 75 anos, com Parkinson e deficiência cardíaca, trunfos da defesa.

Lupi também não é estreante, foi demitido do Ministério do Trabalho por Dilma Rousseff por denúncias, há 14 anos. Agora, ao dar entrevistas sobre o roubo de pensões e aposentadorias no INSS, ele admitiu "falcatruas", que "tem gente safada" e que "sabia do que estava acontecendo", mas tentou defender-se alegando que "nos governos, tudo é demorado". E tascou: "Tento resolver, mas não sou Deus".

Tudo verdade. Desde 2023, Lupi e a cúpula do INSS recebem uma avalanche de alertas de TCU, CGU, MP, imprensa e

No colo de Lula: Collor e BR, Lupi e INSS, jetons e amigos, PT e respiradores

milhares de vítimas de débitos não autorizados. Nenhum ministro é Deus, mas lavar as mãos feito Pilatos? O destino de Lupi depende de um cálculo político do presidente Lula: perder popularidade, mantendo Lupi, ou apoio parlamentar, despachando-o para casa e atraindo a ira do PDT.

E temos a manchete do nosso **Estadão** mostrando que "Lula turbina salários de 323 aliados em cargos de conselhos", indicando ministros, assessores, diretores e apadrinhados do Congresso como conselheiros de estatais ou empresas privadas que tenham a União como acionista.

Esse "jeitinho brasileiro" de aumentar salários é mais velho que minha avó, sob o argumento de atrair bons quadros que ganham muito bem na iniciativa privada e não trocariam uma dúzia por seis. Mas 323? Com salários até R$ 80 mil? A oposição no Congresso e nas redes faz a festa.

E a PF investiga R$ 48,7 milhões para a compra – sem licitação, devido à urgência – de respiradores que nunca chegaram a hospitais e pacientes na pandemia. Três problemas: o Consórcio Nordeste, região mais petista do País, era presidido pelo então governador da Bahia, Rui Costa, hoje chefe da Casa Civil; e a história foi excluída da pauta da CPI da Covid por aliados do PT. Logo, é mais uma bomba no colo de Lula. ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DA GLOBONEWS

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

SOMENTE ONLINE
LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS DO GRUPO BRADESCO
VEÍCULOS DE FINANCIAMENTO | 29/04/25 - 14h00, ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS | É HOJE!







*VISITAÇÃO TODA, TERÇA E SEXTA DAS 15H ÀS 17H MEDIANTE AGENDAMENTO EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DO TELEFONE 11-2464-6464.







SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

bradesco

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 182

Executivo

Para líder do PDT, tirar Lupi é 'demitir o partido'

O líder do PDT na Câmara dos Deputados, Mário Heringer (MG), afirmou que, caso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decida tirar o titular da Previdência Social, Carlos Lupi, de seu governo, estará não somente demitindo o ministro, como também o próprio partido.

"Na minha opinião, se Lupi for demitido, eu acho que ele (*Lula*) demite o partido. Acho que o partido não tem que colocar substituto de maneira alguma", disse Heringer em entrevista ao Poder360.

Heringer também afirmou que a pasta "só dá problema", sendo muito visada pelo alto volume orçamentário. "Não há possibilidade de a gente fingir que o nosso companheiro (*Lupi*) não foi atingido", disse o deputado, afirmando ter "certeza absoluta" de que o partido não tem nenhuma responsabilidade sobre os crimes investigados. ● KARINA FERREIRA

Eufrázio



Carlos Andreazza *E-mail: ca.andreazza@gmail.com; X: @andreazzaeditor*

União Alcolumbre

O União Brasil não é partido político. Tampouco agremiação rachada – o que pressuporia haver estado unida. Nunca esteve. Fragmentação que os seus operam, tanto para vender terrenos na lua quanto para tirar o corpo fora quando ante a impossibilidade de entregar os lotes.

Trata-se de uma confederação de oportunismos-patrimonialismos, cujos grupos se articulam e cooperam – disputam e se afastam – em função de interesses específicos eventuais. Dinâmica que constitui a própria negação do minimamente necessário à composição de base de apoio parlamentar.

Abrigo formal a projetos os mais díspares, o pulverizado União Brasil não tem corpo para garantir suporte a governo. Estando no governo, porém, não abrirá mão do espaço. Na hora de deliberação importante, tenha um ou dez ministérios, negociará caso a caso e votará conforme a oferta de emendas na ocasião.

Quando se dá ministério ao União Brasil, não se lhe dá – e sim a uma de suas federações. Quando o União Brasil não vota com o governo e é cobrado, a razão será porque a pasta fora dada a um de seus grupos. Apela-se à natureza fracionada da cousa. Quando o Planalto especula sobre tirar o ministério da federação aquinhoada, aí vem a ordem para reunir – e a cadeira será do União Brasil, de súbito se reivindicando como conjunto.

A de Alcolumbre é a maior dessas federações. Grande a ponto de ser maior que o União Brasil e usá-lo como escada. A sucessão no Ministério das Comunicações explica. A questão sempre fora apenas escolher qual seria o juscelino substituto. Escolha de Alcolumbre, que tentaria se alargar à custa do Planalto.

Em sociedade com Antonio Rueda, presidente da confederação, o primeiro nome lançado foi o de Pedro Lucas Fernandes, líder do União Brasil na Câmara. Lula comprou. O projeto do presidente do Senado era manter o controle sobre as Comunicações por meio do novo juscelino e colocar o denunciado filho, o juscelino demitido, na liderança do bicho – com o que ampliaria presença na Câmara.

Federações menores, algumas de oposição, sacaram a jogada e reagiram, ameaçando tomar o lugar, donde haver Fernandes decidido ficar. Ele e Rueda sairiam da troca com menos força. O posto que era de Elmar Nascimento controla muito mais dinheiro em orçamento secreto do que o Ministério das Comunicações tem para investir, depois do arranjo informal que criou, parasitando as emendas de comissão, a emenda de líder partidário.

Vexame para o governo e, ainda assim, bola com Alcolumbre. Que então concebeu um juscelino ao mesmo tempo não filiado ao União Brasil e avalizado pelo União Brasil; como Waldez Góes, ministro da Codevasf, que, representante da federação alcolúmbrica, será do União Brasil a depender da circunstância. O União Brasil como fachada ao exercício de um dos maiores poderes da República pós-ditadura.

O governo Lula não precisa do União Brasil. Depende de Alcolumbre. ●

JORNALISTA

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** Carlos Andreazza ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

8 de Janeiro

Alcolumbre prepara projeto para reduzir penas de condenados no 8/1

Texto deverá ser apresentado pelo presidente do Senado após negociação com Hugo Motta e ministros do Supremo

GABRIEL DE SOUSA
BRASÍLIA

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), pretende apresentar um projeto para reduzir a pena dos envolvidos no 8 de Janeiro. O texto está sendo negociado com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e com o Supremo Tribunal Federal (STF).

O novo projeto busca um meio-termo para aliviar as penas impostas pelo STF, que chegam a 17 anos de prisão, mas assegurar que acusados de orquestrar uma ruptura tenham punições mais severas.

Como revelou a *Coluna do Estadão* no início deste mês, Motta procurou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros do Supremo com o objetivo de construir um acordo para revisão das penas dos condenados pelo 8 de Janeiro.

O projeto que já tramita na Câmara e é defendido pelo PL, partido de Jair Bolsonaro, concede anistia total aos envolvidos nos atos golpistas. Parlamentares governistas sustentam que esse texto pode beneficiar também o ex-presidente, réu no Supremo sob acusação de tentativa de golpe.

Para garantir que a nova proposta possa tramitar de maneira mais rápida e consiga aderência dos mais variados partidos, o texto deve ser apresentado formalmente pelo próprio Alcolumbre.

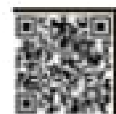
CRIMES. O texto em discussão prevê reduzir em até dois terços a pena de quem foi levado a participar dos atos golpistas, diferenciando esse grupo de quem organizou ou estimulou os ataques na Praça dos Três Poderes. Outra ideia é deixar de considerar de forma separada os crimes de abolição do estado democrático e de tentativa de golpe. Um deles passaria a ser considerado crime antecedente e, assim, as penas não se somariam, o que levaria à redução das punições.

Resistência
Ministros do STF têm sido refratários à concessão de anistia para condenados pelos atos golpistas

Ministros do STF têm sido refratários à concessão de anistia. Em entrevista ao jornal *O Globo*, o presidente do Supremo, ministro Luís Roberto Barroso, defendeu as penas que foram aplicadas. "O Supremo aplicou a legislação editada pelo Congresso nos julgamentos do 8 de Janeiro. A solução para quem acha que as penas foram excessivas é uma mudança na lei. Não acho que seja o caso de anistia, porque anistia significa perdão. E o que aconteceu é imperdoável", disse Barroso.

URGÊNCIA. Na Câmara, o partido de Bolsonaro se mobiliza pela análise do pedido de urgência do projeto de lei da anistia. A legenda apresentou uma lista de 262 apoios à urgência. Segundo o *Placar da Anistia do Estadão*, pelo menos 207 dos 513 deputados se declaram a favor do perdão para os envolvidos no 8 de Janeiro.

O presidente da Câmara tem resistido à pressão do PL. Na semana passada, após reunião com os líderes da Casa, Motta anunciou o adiamento da apreciação do tema. "Já há uma sinalização, dos líderes que pediram o adiamento (*da análise do pedido de urgência*), de que o diálogo entre os partidos pode avançar para uma solução", declarou o deputado do Republicanos. ●



NA WEB
Confira os votos dos deputados no Placar da Anistia do Estadão
www.estadao.com.br/

Julgamento

STF mantém prisão de Collor, condenado na Operação Lava Jato

RAYSSA MOTTA

Os ministros André Mendonça, Gilmar Mendes, Luiz Fux e Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), votaram ontem para revogar a prisão do ex-presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992). Os votos, no entanto, não alteraram os rumos do julgamento – já havia maioria formada no plenário virtual da Corte para manter o ex-presidente preso. A pena se refere à condenação de oito anos e dez meses em processo da Operação Lava Jato.

Collor foi preso na madrugada da última sexta-feira, em Maceió, por ordem do ministro Alexandre de Moraes, que determinou a execução imediata da pena por considerar que não havia mais recursos possíveis para reverter a condenação e que os pedidos da defesa eram apenas "protelatórios".

A decisão de Moraes que mandou prender o ex-presidente foi submetida ao crivo dos demais ministros em sessão extraordinária no plenário virtual do tribunal na própria sexta. A votação, no entanto, foi interrompida a pedido de Gilmar, que considerou que o caso deveria ser analisado em uma sessão presencial.

A estratégia do decano do STF, no entanto, foi esvaziada depois que os colegas começaram a antecipar seus votos no plenário virtual, formando maioria para confirmar a decisão de Moraes. O relator foi acompanhado por Flávio Dino, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia e Dias Toffoli. O movimento levou Gilmar a cancelar o pedido de destaque. O ministro Cristiano Zanin se declarou impedido e não participou da votação.

Collor foi condenado por corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo o recebimento de R$ 20 milhões em propinas da UTC Engenharia em troca do direcionamento de contratos de BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras, quando era senador.

Estado de saúde
Moraes pediu laudos sobre a saúde de Collor; defesa solicitou transferência para regime domiciliar

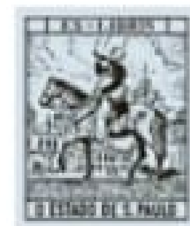
LAUDOS. Ontem, Moraes mandou a defesa de Collor apresentar laudos médicos que comprovem os problemas de saúde do ex-presidente. O ministro aguarda os documentos para decidir se autoriza a transferência para o regime domiciliar. Collor está detido em uma ala especial do Presídio Baldomero Cavalcanti de Oliveira, na capital alagoana.

Os advogados Marcelo Bessa e Thiago Fleury pediram prisão domiciliar porque, segundo eles, o ex-presidente sofre de "comorbidades graves". Ao ser ouvido na audiência de custódia, no entanto, Collor, que tem 75 anos, negou ter problemas de saúde ou tomar remédios. ●

Eufrázio

NOTAS E INFORMAÇÕES

Flertando com a arbitrariedade



Ao lacrar celulares de advogados de acusados de golpe, ministro Zanin afronta prerrogativa da profissão

O presidente da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cristiano Zanin, mandou lacrar, durante uma sessão, os celulares de todos os advogados dos acusados de "gerenciar" um plano de golpe de Estado no Brasil. O veto aos aparelhos ocorreu no julgamento da segunda denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra seis ex-auxiliares do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A ordem foi imposta por Zanin sob a alegação de que o STF já proíbe que as sessões de suas turmas e do plenário sejam fotografadas e filmadas por aqueles que ocupam as suas plateias. No julgamento da primeira denúncia da trama golpista, no qual Bolsonaro virou réu, essa regra foi descumprida, e a Corte decidiu então vetar o uso dos celulares.

Os aparelhos dos advogados e também dos jornalistas foram postos em sacolas plásticas, em que pese o caso não correr em segredo de Justiça. A determinação foi executada sem a edição de um ato formal nem uma devida fundamentação jurídica. Posteriormente, em nota, o STF afirmou que a decisão "excepcional" foi chancelada por todos os integrantes da turma para "assegurar o bom andamento dos trabalhos e o cumprimento de uma decisão do ministro-relator" – no caso, a proibição de Alexandre de Moraes de que Filipe Martins filmasse a sessão.

Não faz muito tempo, era Zanin, na condição de advogado de Lula da Silva, que criticava as decisões de Sergio Moro na Operação Lava Jato. O então causídico chegou a se insurgir por ter sido proibido de gravar suas audiências. Suas queixas ganharam à época o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Agora, a Ordem teve de reclamar do ex-colega que chegou à Corte por indicação de seu ex-cliente, hoje presidente da República. Beto Simonetti, presidente da entidade, enviou a Zanin um ofício contra o veto aos celulares e precisou dizer o óbvio. O representante dos advogados citou que esses profissionais no exercício regular de suas atividades fazem o uso de "vasto acervo eletrônico", e o celular, portanto, é um instrumento de trabalho.

Mas, mais importante, Simonetti lembrou o ministro de que o Estatuto da Advocacia, uma lei federal, estabelece que um dos direitos dos advogados é "exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional". Por óbvio, liberdade não é um adorno na lei. Atuar com liberdade na defesa dos clientes é uma das prerrogativas dos advogados.

O presidente da OAB destacou ainda que os "direitos fundamentais" impõem "limites ao desempenho de funções dos poderes públicos". Logo, é dever do Judiciário respeitar o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Constituição. Sobretudo quando sobre os clientes dos advogados pesam crimes graves, como organização criminosa armada, golpe de Estado e tentativa de abolição violenta do Estado democrático.

Ao Poder Judiciário cabe respeitar as prerrogativas dos advogados e os direitos fundamentais dos acusados. Mas o caso dos celulares lacrados só expõe os flertes da mais alta Corte brasileira com a arbitrariedade nos últimos tempos. ●

Estadão 150 anos

Sessão solene do Congresso celebra os 150 anos do 'Estadão'

Plenário do Senado fará homenagem ao jornal pelo seu sesquicentenário em defesa dos valores liberais e republicanos

GABRIEL DE SOUSA
BRASÍLIA

O Congresso Nacional realiza hoje, a partir das 10h, sessão solene pelo aniversário de 150 anos do **Estadão**. Autoridades e profissionais do jornal se reúnem para homenagear a história de um dos principais veículos de comunicação do Brasil.

Os autores da proposta, a senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) e o deputado federal e presidente nacional do MDB, Baleia Rossi (SP), destacam que o **Estadão** tem a história sesquicentenária marcada pela oposição a ditaduras impostas no País e pela defesa do liberalismo econômico e dos valores republicanos.

A sessão solene pode ser acompanhada pela TV Senado e pelo **Estadão**. O presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), conduz a homenagem. "Como todo grande jornal, o **Estadão** não se limitou a documentar a história; ele fez história", afirmou o senador.

MARCELO CHELLO / ESTADÃO-31/8/2022



A senadora Mara Gabrilli, do PSD, propôs a sessão solene

Na justificativa para a realização da solenidade, a senadora Mara Gabrilli ressaltou que, ao longo de seus 150 anos, o **Estadão** esteve presente nos principais acontecimentos do Brasil e do mundo, sempre pautando temas relevantes e defendendo causas de grande impacto para a sociedade.

"O **Estadão** é o segundo jornal mais antigo do País em circulação. O periódico noticiou e teve atuação decisiva nos principais fatos da cidade de São Paulo, do Estado, do País e do mundo. Nas suas páginas, defendeu causas como a abolição da escravidão e o regime republicano, resistiu aos arbítrios de governos ditatoriais e estampou o que se tornariam clássicos da literatura brasileira", disse a senadora.

'COISA PÚBLICA'. Mara Gabrilli também citou na justificativa os avanços recentes do **Estadão**, como a reorganização da redação com foco na produção digital e o uso da inteligência artificial generativa. "Hoje, permanece cumprindo o seu propósito, com jornalismo voltado a defender a coisa pública, a democracia e as liberdades, por meio de reportagens exclusivas, grandes coberturas e editoriais que pautam o debate no País", disse.

Baleia Rossi também frisou as inovações feitas pelo **Estadão**. Segundo o emedebista, o jornal se modernizou "sem perder sua vocação" ao implementar na reportagem tradicional as ferramentas digitais.

"Com as mudanças de plataformas econômica e de comunicação, a nova era digital, o **Estadão** procurou se modernizar sem perder sua essência e vocação. A reportagem tradicional, que encontrou no jornal paulista uma de suas bases, ganhou o reforço de material gráfico, interativo e de multimídia", disse o deputado.

Baleia Rossi também afirmou que reportagens do **Estadão** costumam, desde o início da história do jornal, influenciar decisões dos três Poderes. "Ao longo do tempo, o jornal nunca deixou de ser um ponto de encontro de informações aprofundadas sobre o Brasil." ●

Fachin abre fórum sobre liberdade de expressão e defesa da democracia

BRASÍLIA

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin fará na tarde de hoje a palestra inicial do Fórum Liberdade de Expressão – 150 Anos em Defesa da Liberdade e da Democracia, promovido pelo **Estadão**. O evento, que integra as comemorações de 150 anos do jornal, será realizado a partir das 14h30, em Brasília, e transmitido ao vivo pelo **Estadão**.

O fórum vai debater a liberdade de expressão diante dos desafios impostos pelo avanço da tecnologia e destacará como uma imprensa livre é vital para a preservação da democracia no Brasil. Além de Fachin, vão participar do fórum a vice-presidente e conselheira-geral adjunta do jornal *The New York Times*, Dana Green, o professor, jornalista e membro da Academia Paulista de Letras, Eugênio Bucci, e o professor e advogado Pierpaolo Bottini.

Outra presença confirmada é a do deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), relator do Projeto de Lei das Fake News na Câmara. O texto está engavetado desde maio de 2023, após pressão de big techs e da oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

'CONDIÇÃO ESSENCIAL'. "A liberdade de expressão é uma condição essencial para a existência e a manutenção das democracias. Esse debate volta a estar em evidência com a popularização de novos canais de expressão como as redes sociais. Estamos reunindo algumas das melhores cabeças do Brasil com diferentes pontos de vista sobre o tema e convidamos nosso leitor a participar conosco dessa conversa, que faz parte do ciclo de celebração dos 150 anos do **Estadão**", disse o CEO do **Estadão**, Erick Bretas.

No primeiro painel, Liberdade de Expressão em Essência, será abordada a história dessa conquista da civilização, que garantiu aos cidadãos comuns o direito de questionar a autoridade do Estado. Estarão em debate os limites e como os ataques contra a liberdade de expressão pavimentam o caminho para o autoritarismo.

O painel Imprensa Livre, o segundo da tarde, promoverá reflexões sobre como a ideia da liberdade de imprensa chegou ao Brasil, como se propagou em terreno hostil desde os tempos do Império e se firmou, apesar da ameaça constante dos governantes republicanos. Passado, presente e futuro se encontram nos debates sobre o livre exercício da atividade jornalística no País.

Por último, o tema Redes Sociais e o Direito à Livre Manifestação aprofundará o debate sobre os limites do Estado e até onde vai a autonomia das big techs no mundo. O silenciamento, a exclusão e a censura prévia são alguns dos pontos centrais do debate. ● G.S.

Evento: Fórum Liberdade de Expressão – 150 Anos em Defesa da Liberdade e da Democracia. **Quando:** 29 de abril, às 14h30, em Brasília. **Transmissão:** portal **Estadão**

Península Ibérica

Apagão deixa milhões sem transporte, internet e água em Portugal e Espanha

Centro Nacional de Inteligência espanhol aponta como possível causa um ataque cibernético, mas premiê Sánchez afirma que informações ainda são inconclusivas

JAVIER SORIANO/AFP



Passageiros passam a noite na estação Córdoba, em Valência; longe das grandes cidades e sem ter como se locomover, 30 mil pessoas precisaram ser resgatadas

BARCELONA

Um apagão sem precedentes na Espanha e em Portugal tirou do ar aviões, parou trens e metrô e desligou semáforos. A imagem de milhões sem transporte na Europa foi uma das mais inusitadas decorrentes do corte de luz, mas seus efeitos foram além e impediram ações mais simples, como telefonar, usar internet e sacar dinheiro.

As autoridades não revelaram a causa da interrupção, embora uma autoridade portuguesa tenha dito que o problema parecia estar na rede de distribuição de eletricidade na Espanha. À noite, o primeiro-ministro português, Luis Montenegro, disse que a origem do apagão estava "provavelmente na Espanha".

O Centro Nacional de Inteligência (CNI) espanhol afirmou que o apagão pode ser resultado de um ataque cibernético. No entanto, o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, disse que não havia "informações conclusivas". As autoridades não disseram exatamente quantas pessoas foram atingidas, mas a estimativa era de dezenas de milhões de afetados.

A distribuidora de energia espanhola Red Eléctrica informou que o apagão começou por volta das 12h30 (7h30 no horário de Brasília). No meio da tarde, a energia começou a ser gradualmente restabelecida em regiões como Catalunha, Aragão, País Basco, Galícia, Astúrias, Navarra, Castela e Leão, Estremadura e Andaluzia, informou a empresa. A energia foi restabelecida com a ajuda da eletricidade canalizada do Marrocos e da França, onde também houve uma interrupção breve.

INTERNET. O apagão atingiu toda a Espanha e Portugal, incluindo suas capitais, Madri e Lisboa. Grandes instituições entraram em modo de gestão de crise. Hospitais na Espanha foram forçados a usar geradores. Bancos e escolas portugueses fecharam. Pessoas ficaram presas em elevadores e dentro de vagões de metrôs e trens, escritórios fecharam. Houve problemas generalizados de conexão à internet e às redes telefônicas nos dois países.

Logo após o apagão, imagens da mídia espanhola mostraram cenas de confusão em Madri. Sem semáforos funcionando, veículos bloquearam as largas e arborizadas avenidas da cidade, e a polícia improvisou, fazendo o possível para manter o trânsito fluindo. No fim da tarde, passageiros abandonaram seus veículos e optaram por caminhar.

Na cidade, as ruas estavam cheias de pessoas nas calçadas, aglomeradas em frente a lojas e escritórios escuros, trocando informações sobre o que havia acontecido. Algumas entraram em lojas em busca de rádios a pilhas.

VOOS. Os aeroportos espanhóis operaram com sistemas elétricos de reserva e voos foram atrasados e cancelados, segundo a Aena, empresa que administra 56 aeroportos na Espanha, incluindo Madri e Barcelona.

Passageiros de trem, presos por horas no meio do nada, desceram de seus vagões e ficaram sentados ao lado dos trilhos, sob o sol, esperando para serem resgatados. Segundo a mídia espanhola, cerca de 30 mil passageiros foram afetados.

Em Lisboa, os terminais fecharam e muitos turistas sentaram-se do lado de fora esperando notícias sobre seus voos. Pessoas correram para os supermercados para se abastecer de água e produtos secos, mas encontraram muitas lojas fechadas. Mercearias menores tiveram dificuldade para reabastecer as prateleiras, que se esvaziavam rapidamente.

A falta de acesso à informação deixou muitos desamparados. "Não saber o que está acontecendo é a pior parte", disse Lucia Prisco, de 57 anos. Na loja em que ela trabalha, as garrafas de água se esgotaram.

Eduardo Prieto, chefe de operações da Red Eléctrica, disse a jornalistas que o evento foi inédito, chamando-o de "excepcional e extraordinário". É raro ocorrer uma interrupção de energia tão ampla na Península Ibérica. Os países têm uma população combinada de mais de 50 milhões. As redes elétricas na Europa são interconectadas, e uma sobrecarga ou problema em uma área pode se espalhar para outro país.

SEGUNDA FALHA. O apagão é a segunda grave queda de energia na Europa em menos de seis semanas, depois que um incêndio em 20 de março fechou o Aeroporto de Heathrow, no Reino Unido, e ocorre enquanto autoridades em toda a Europa se preparam contra sabotagens possivelmente apoiadas pela Rússia. ● NYT, AFP e AP

Queda de energia paralisa jogo de tênis no match point

O apagão na Espanha fez com que as partidas do Masters 1000 de Madri fossem paralisadas. No momento em que ocorreu a queda na rede elétrica, Grigor Dimitrov tinha o match point contra Jacob Fearnley. Além deles, outras duas partidas, pelos torneios de simples e duplas, precisaram ser interrompidas em função da queda de energia na capital espanhola. ● AFP

Virada após Trump assumir

Projeção indica derrota de conservadores no Canadá

OTTAWA

O Partido Liberal, do ex-premiê Justin Trudeau, agora liderado por Mark Carney, venceu as eleições de ontem no Canadá, de acordo com projeção da emissora CBC News – resta saber se a legenda terá maioria ou precisará negociar uma coalizão.

A campanha foi marcada pela interferência de Donald Trump, que de tanto ameaçar a soberania canadense acabou criando uma onda nacionalista e emparedou a candidatura do conservador Pierre Poilievre, favorito até a posse do republicano, em janeiro.

A apuração deve ser concluída hoje à tarde, mas desde as primeiras horas era possível perceber um padrão: os dois principais partidos – Liberal e Conservador – tiveram boa votação, em detrimento das outras legendas – Bloc Québécois e New Democratic.

A vitória do Partido Liberal representa uma das reviravoltas mais surpreendentes na história política recente do Canadá. Em janeiro, quando Trudeau anunciou sua renúncia, os liberais estavam mais de 20 pontos porcentuais atrás dos conservadores na maioria das pesquisas. A vitória de Poilievre parecia questão de tempo.

Mas então veio Trump. Assim que tomou posse, iniciou sua guerra comercial e repetiu diversas vezes que pretendia anexar o Canadá. Os liberais, com a popularidade no chão, começaram a se recuperar. Cada declaração do presidente americano inflamava o nacionalismo canadense e turbinava os números de Carney.

Ontem, Trump retomou as ameaças de anexação. "Escolham o homem que tem a força e a sabedoria para reduzir seus impostos pela metade e aumentar seu poder militar. Todas as empresas quadruplicarão de tamanho, com zero tarifa ou imposto, se o Canadá se tornar nosso 51.º Estado. Acabou a linha traçada artificialmente há muitos anos", escreveu o presidente americano, se referindo à fronteira entre os dois países, que ele chama de "artificial".

IMPULSO. Carney acabou conseguindo consolidar a imagem de candidato anti-Trump. Ex-presidente dos bancos centrais de Canadá e Reino Unido, de 60 anos, ele nunca havia ocupado um cargo eletivo.

A campanha de Carney foi calcada na sua experiência nos meios financeiros, o que o torna o candidato ideal para defender o Canadá das tarifas de Trump, que afetam setores cruciais, como o automotivo e o siderúrgico.

O último fim de semana de campanha foi marcado por um ataque que deixou 11 mortos em Vancouver. Um homem de 30 anos atropelou uma multidão que participava de um festival da comunidade filipina.

Primeiro-ministro
Mark Carney consolidou a imagem de candidato anti-Trump e manteve o Partido Liberal no poder

Autoridades investigam os motivos, mas descartaram a possibilidade de terrorismo. O motorista, Kai-Ji Adam Lo, de 30 anos, foi indiciado ontem por oito acusações de homicídio. Ele teria atuado deliberadamente e tinha um histórico de problemas mentais. ● NYT e AFP

LEILÃO IMPERDÍVEL
07/05 ÀS 10H00 SOMENTE ONLINE





5 VEÍCULOS DE PASSEIO: VW / 3 GOL 1.0 - 2007/13, 1 SPACEFOX - 2012/13 E 1 SANTANA - 2005 • 4 MOTOCICLETAS: HONDA / XRE 300 - 2014/15 • 2 ÔNIBUS: M. BENZ / O-400R - 1995/96 E APACHE A - 2003 • 2 CAMINHÕES: F350G - 2002/09 • 1 REBOQUE RECLAL CA RC - 2016 • 4 SUCATAS DE REBOQUES - 2006/11/19 • 1 TRATOR DE RODAS VALMET 785 - 2007 • SUCATAS MISTAS DIVERSAS (APROX. 13.830 ITENS) • 13 CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS • CONTENTORES • CAIXAS DE SOM (APROX. 100 ITENS) • SUCATAS DE CARRINHOS DE SUPERMERCADO (APROX. 150 ITENS).LOCALIZAÇÃO DOS LOTES E CONTATOS PARA O AGENDAMENTO OBRIGATÓRIO DE VISITA: Lotes 1/11/12/13/15/16 - Garagem Municipal: Rua Reinaldo dos Santos, 357, Glória, Praia Grande / SP, de segunda a sexta-feira, das 08h às 10h30 e das 13h às 16h - Tel.: (13) 3496-5748 - 3496-5679 - 3496-5681 - 3496-5683 - Sr. Jefferson/Sr. Amarildo; Lotes 2/3/4 - Estacionamento do Paço Municipal: Av. Pres. Kennedy, 9000, Mirim, Praia Grande / SP, de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h e das 14h às 16h - Sr. Carlos - Tel.: (13) 3496-2439; Lotes 5/6 - Garagem SEAS: Rua Emancipador Paulo Fefin, 775, Boqueirão, Praia Grande / SP, de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h e das 14h às 16h -Tel.: (13) 3496-5036 - Sr. Jorge; Lotes 7/8/9/10 - Sede SEASP: Av. Ministro Marcos Freire, 6.660, Quietude, Praia Grande / SP, de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h e das 14h às 16h - Tel.: (13) 3496-5130 - Sr. Almir; Lote 14 - Garagem SEDUC: Rua Fernando Di Stefano, 160, Quietude, Praia Grande / SP, de segunda a sexta-feira, das 08h às 10h30 e das 13h às 16h - Tel.: (13)3496-1459 - Sr. Robson; Lote 17 - Depósito SETRAN: Rua Amália Bellotti Pastorello, 180, Sítio do Campo, Praia Grande / SP, de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h e das 14h às 16h - Tel.: (13) 3496-5075 - Sr. Natalício; Lote 18 - Galpão da SESAP: Rua Itajubá, 245, Guilhermina, Praia Grande / SP, de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h e das 14h às 16h - Tel.: (13) 3496-2420 - Sr. Clayton; Lotes 19/21/22 - Galpão do Patrimônio: Rua Adriano Dias dos Santos, 200, Cidade das Crianças / Av. Min. Marcos Freire, 6650, Quietude, ambos na Praia Grande / SP, de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h e das 14h às 16h - Tel.: (13) 3496-2012 - Sra. Júlia; Lote 20 - Terminal de Transbordo: Av. do Trabalhador, 2300, Vila Sônia, Praia Grande / SP, de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h e das 14h às 16h - Tel.: (13)3496-5624 - 3496-5676 - Sr. Amarildo; Lote 23 - Espaço Piaçabuçu: Av. Presidente Kennedy, 9000, Mirim, Praia Grande / SP, de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h e das 14h às 16h - Tel.: (13) 3496-2012 - Sra. Júlia.

VEÍCULOS MATERIAIS SUCATAS



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



PRAIA GRANDE



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
José Eduardo de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195

Itália

Suspeito de ataque em mesquita francesa é preso

Um suspeito de matar um jovem muçulmano a facadas em uma mesquita francesa se entregou à polícia na Itália ontem. Ele era procurado desde sexta-feira, data do ataque na cidade de La Grande Combe, no sul do país. O agressor é um homem nascido na França, em 2004, sem antecedentes criminais, que filmou a morte do rapaz com o celular. ●

ALAIN JOCARD/AFP - 27/4/2025



Iêmen

Ataque dos EUA matou 68, dizem houthis

Um bombardeio americano matou 68 pessoas em um centro de detenção de migrantes em Sadah, um reduto dos insurgentes do Iêmen no norte do país, informou ontem a imprensa ligada aos rebeldes houthis. Desde janeiro de 2024, os americanos atacam posições houthis para tentar coibir os lançamentos de mísseis e drones contra Israel. ●

Eufrázio

Segundo mandato

Trump firma 4 vezes mais decretos do que há 8 anos nos 100 dias iniciais

Com maioria legislativa apertada, presidente americano prefere impor sua revolução sem consultar o Congresso

LUIZ RAATZ

EVAN VUCCI/AP - 26/4/2025



Trump no aeroporto de Newark: políticas radicais e impopularidade nos primeiros 100 dias de governo

Donald Trump completa hoje 100 dias como presidente dos EUA. É a arrancada mais avassaladora desde os anos 30, quando Franklin D. Roosevelt estabeleceu a tradição de impor uma agenda política nos três primeiros meses de mandato para deixar uma marca.

Se Roosevelt combateu a Grande Depressão com regulamentação e aumento do papel do Estado na economia, por meio de leis aprovadas no Congresso, Trump tenta desmontar esse legado na base do decreto. "Estamos forjando uma nova maioria política que está destruindo e substituindo a coalizão do New Deal, de Roosevelt, que dominou a política americana por quase 100 anos", disse Trump em encontro com governadores republicanos, em fevereiro.

Já foram mais de 140 decretos assinados desde janeiro, quatro vezes mais que na comparação com o primeiro mandato, quando Trump emitiu 33 decretos, e mais que FDR, o recordista até então, com 99.

Canetadas
Trump prefere impor sua agenda por decreto, praticamente sem recorrer ao Congresso

Esses decretos envolvem as quatro prioridades do presidente no segundo mandato: comércio exterior, imigração, redução do Estado e combate ao que chama de "ideologia woke" (como os republicanos se referem pejorativamente às iniciativas de diversidade).

Para Lucas de Souza Martins, historiador da Temple University, na Filadélfia, o segundo mandato de Trump rompe com várias tradições da política americana. "Ele transforma instituições em algo que serve a um partido, em vez de um Estado", disse.

Embora presidentes americanos tenham cada vez mais recorrido a essa ferramenta, em virtude do impasse legislativo provocado pela polarização, os decretos teriam um escopo limitado e serviriam apenas para a organização do governo federal, segundo a Constituição.

Os decretos de Trump foram alvos de mais de 150 ações judiciais que contestam sua legalidade. Muitos foram bloqueados de forma parcial ou total por não estarem de acordo com a Constituição. Um dos mais notórios é o decreto que extingue o direito de cidadania por nascimento nos EUA.

CHOQUE DE PODERES. A resistência dos tribunais detonou uma guerra entre o presidente e o Judiciário. Trump diz ter um cheque em branco para implementar sua agenda e não permite ser contestado por juízes. Em ao menos uma oportunidade, advogados do governo descumpriram a ordem de um juiz federal, quando não agiu para repatriar Kilmer Garcia, deportado por engano para uma prisão em El Salvador.

A retórica agressiva provocou uma rara reprimenda da Suprema Corte. Em março, o presidente do tribunal, o conservador John Roberts, publicou um comunicado criticando o impeachment de juízes, defendido por Trump, que decidiram contra o governo.

Na semana passada, o FBI prendeu uma juíza de primeira instância, acusando-a de ajudar um imigrante ilegal a escapar da deportação. A medida aumentou a preocupação entre especialistas sobre o choque de poderes nos EUA.

Com uma maioria enxuta no Congresso, Trump tem conseguido aprovar poucas leis. A única mais importante até agora foi o projeto que permite a prisão de imigrantes ilegais suspeitos de roubo. Nos mesmos 100 dias, Roosevelt aprovou 16 leis, muitas desenhadas para tirar o país da Grande Depressão. Mas Roosevelt tinha um capital político maior que o de Trump. Eleito com 57% dos votos, tinha maioria de quase dois terços no Senado e na Câmara.

Ponto forte de Trump na campanha, a economia foi um de seus focos nos primeiros 100 dias, sobretudo com a imposição de tarifas para quase todos os países do mundo, incluindo aliados como México, Canadá e Europa. "Muitos países tem procurado outros clientes para fugir dos EUA, por causa das tarifas. É o caso de União Europeia e China, que busca alianças com Japão e Coreia do Sul", observa Natália Fingermann, professora de relações internacionais da ESPM.

Eleito com a promessa de fazer o poder de compra dos americanos aumentar, ele herdou uma inflação de 3% que tem boas chances de aumentar quando as tarifas forem repassadas para consumidores. O índice de inflação anualizado de março foi de 2,4%.

DEPORTAÇÕES. Na imigração, Trump decretou emergência na fronteira e autorizou o uso de militares no combate aos ilegais. As entradas, que chegaram a 250 mil pessoas por mês, no governo Biden, já estavam baixas quando Trump tomou posse. Desde então, caíram de 8,3 mil para 7,1 mil travessias mensais.

O foco de Trump parece ser as deportações. Segundo a revista *Newsweek*, mais de 37 mil pessoas foram deportadas no primeiro mês de mandato, número abaixo da média de governos anteriores. Desde então, a Casa Branca parou de divulgar os números.

Segundo a ONG Migration Policy, estima-se que até o fim do ano Trump deportará 500 mil pessoas, metade da meta prometida pela Casa Branca. Para facilitar o processo, o presidente forjou uma aliança com o presidente salvadorenho, Nayib Bukele, para enviar imigrantes para prisões de segurança máxima na América Central.

"Essa política migratória acaba afastando pessoal qualificado. No longo prazo, isso provocará um problema muito sério, já que os EUA deixarão de ser o lugar onde os grandes cérebros querem estar e debater", disse Natália.

Outro foco de Trump, o corte de gastos ficou a cargo do dono da Tesla, Elon Musk, e de seu Departamento de Eficiência Governamental (Doge). Ao assumir o cargo, Musk prometeu economizar US$ 1 trilhão com demissões. Ele obteve acesso a dados sensíveis de milhões de americanos, com uma devassa em agências do governo. A economia, no entanto, ficou aquém do desejado. Segundo dados oficiais, US$ 150 bilhões foram economizados, mas apenas US$ 32 bilhões comprovados.

Trump chega aos 100 dias com a pior avaliação de um presidente na era moderna, perdendo apenas para si mesmo em seu primeiro mandato. Até em áreas onde ele era forte, seus números estão caindo. Segundo pesquisa do Ipsos, Trump é aprovado por 39% da população e reprovado por 55%. Para 61%, seu manejo da economia é ruim e para 58% dos independentes, ele não faz um bom trabalho. ●

Agenda política

Prioridades do segundo mandato

● Tarifas
A medida com mais impacto global foi a imposição de tarifas alfandegárias sobre produtos vindos de quase todos os países do mundo, incluindo aliados como Europa, México e Canadá, além da China. O protecionismo levou muitos países a responder, impondo tarifas aos produtos americanos. As tarifas, se mantidas por muito tempo, devem ter impacto inflacionário, aumentando o preço de quase todos os bens de consumo nos EUA.

● Migração
Na campanha, Trump prometeu a maior deportação em massa da história dos EUA. Desde que assumiu, o plano tem sido colocado em prática, mas não ao ritmo que ele esperava. O serviço de imigração deportou 12,3 mil imigrantes em março, abaixo das 12,7 mil pessoas deportadas no mesmo período do ano passado.

● Diversidade
O presidente baniu de espaços federais uma série de livros que promovem diversidade, equidade e inclusão, incluindo obras sobre Holocausto, feminismo, direitos humanos e racismo. Trump também fez pressão para o setor civil eliminar políticas de diversidade. Vítimas da guerra contra a "lacração" incluem o Kennedy Center e o Smithsonian.

● Corte de gastos
Para reduzir o tamanho do Estado e combater o déficit americano, Trump cortou o financiamento de pesquisas, ajuda humanitária internacional, recursos para acidentes naturais, extingui agências federais e demitiu milhares de funcionários. As demissões foram capitaneadas pelo bilionário Elon Musk, dono da Tesla, do X e da Space X.

"Estamos forjando uma nova maioria política que está destruindo e substituindo a coalizão do New Deal, de Roosevelt, que dominou a política americana por quase 100 anos"
Donald Trump
Presidente dos EUA

PESQUISAS UNIVERSITÁRIAS DEPENDEM DE VERBA ALVO DE TRUMP. PÁGS. C6 E C7



Religião

Maior conclave da história começa dia 7; novo papa terá série de desafios

Sucessor de Francisco deverá lidar com temas que vão de guerras e crise climática ao papel das mulheres na Igreja Católica; o número de possíveis eleitores é de 135

RENATA CAFARDO
JOSÉ MARIA TOMAZELA

O Colégio de Cardeais decidiu ontem iniciar o conclave no dia 7. Dessa forma, a votação para escolher o novo papa, que terá o maior número de eleitores da história, começará só após o término do período de nove dias de luto pela morte de Francisco. Seu sucessor, conforme especialistas ouvidos pelo **Estadão**, enfrentará uma série de desafios, de guerras e crise climática ao papel das mulheres na Igreja.

Ontem 180 dos 252 cardeais presentes em Roma (pouco mais de 100 eleitores) se reuniram na quinta Congregação Geral para decidir detalhes da sucessão. Ainda de acordo com o Vaticano, não há previsão de conclusão. Entre os próprios cardeais eleitores, há aqueles que esperam um conclave curto, considerando também o jubileu (ano santo da encarnação de Jesus) em andamento, e aqueles que, ao contrário, preveem tempo mais longo para permitir que os cardeais "se conheçam melhor".

No total, 135 prelados têm menos de 80 anos e podem participar da sucessão – muitos não chegaram à Itália ainda e dois já informaram que não participarão, por motivo de saúde. O próximo papa terá de ser o escolhido por dois terços dos cardeais presentes na Capela Sistina. O local, tradicional ponto de visitação, foi fechado ontem para os preparativos, incluindo a colocação de chaminé que marca o fim do processo – caso dela saia a famosa fumaça branca.

O FUTURO. Continuar as reformas iniciadas pelo papa Francisco será um dos grandes desafios do novo pontífice. As mudanças, até então centradas na figura do argentino e no novo paradigma de líder que ele estabeleceu na Igreja Católica, precisam agora se manter com o seu sucessor, dizem especialistas. "Francisco era um líder diferente, que obrigava a estrutura a se adaptar pela força do seu exemplo, pelo tipo humano que representava. Como dizer que o Vaticano não tem de se desapegar de bens materiais quando o próprio papa abdicou do conforto?", diz o sociólogo especialista em religião, Francisco Borba Ribeiro Neto. O **Estadão** ouviu especialistas para traçar os principais desafios.

A IMAGEM DE FRANCISCO. Primeiramente, será preciso conviver com o legado do papa. Jorge Bergoglio inaugurou e consolidou uma nova imagem de líder, marcada por simplicidade, transparência, popularidade e informalidade, em contraposição ao histórico de luxo da Igreja Católica. Essas características vão exercer pressão sobre o novo pontífice e não será simples romper com elas, diz João Décio Passos, professor da PUC-SP.

REFORMAS. Francisco impulsionou a modernização da estrutura do Vaticano, ainda em curso. "Em primeiro lugar, trata-se de garantir um sistema de compliance cada vez mais efetivo, coisa complicada numa organização que manteve o sigilo como modus operandi por séculos", diz Borba Neto.

Capela Sistina fechada
Preparativos começaram ontem com o fechamento do local, que terá chaminé para indicar votações

Há ainda uma demanda por eficiência na aplicação do dinheiro, para poder cobrir os enormes custos das obras evangelizadoras e sociais pelo mundo e evitar desvios. Além disso, é preciso observar a disciplina do clero e das ordens religiosas, às vezes abaladas por escândalos de abuso sexual de crianças e adolescentes, e lidar com rachas internos. "Internamente há setores que se tornaram fundamentalistas, fizeram da religião uma coisa rígida e condenam os outros. Não tem nada a ver com o que Jesus pregava", diz o teólogo José Oscar Beozzo.

MEIO AMBIENTE. Francisco se tornou referência mundial na temática ambiental, tanto do ponto de vista teórico quanto político. Seu esforço de marcar presença e influenciar as Conferências do Clima das Nações Unidas (COPs) foi uma marca do pontificado, que exigirá continuidade do sucessor, sob pena de ser acusado de omissão. "A questão ambiental é um desafio cada vez mais premente para a Igreja Católica", afirma Edin Sued Abumanssur, professor da PUC-SP e estudioso das religiões.

HOMOSSEXUAIS. "A aceitação dos homossexuais chegou a avançar com Francisco, mas depois recuou", afirma Abumanssur. O papa aprovou um documento em 2023 que permitia a bênção a casais formados por pessoas do mesmo sexo, mas não em rituais religiosos, como o casamento. Seu acolhimento a homossexuais foi duramente criticado por alas conservadoras da Igreja, o que pode ser um entrave para o novo pontífice que quiser continuar essa abertura.

PARTICIPAÇÃO DE MULHERES. Em mudança histórica, ele ainda permitiu que mulheres votassem no Sínodo dos Bispos em 2023, instituição de aconselhamento ao pontífice e que discute as normas da Igreja. "É um nó dentro da igreja que precisa ser desfeito", afirma o padre Beozzo. Francisco também deu declarações importantes sobre o papel das mulheres e aumentou o número de funcionárias no Vaticano. Neste ano, por exemplo, nomeou a freira Simona Brambilla prefeita do departamento responsável por todas as ordens religiosas da Igreja.

IMIGRAÇÃO E TRUMP. Medidas antimigratórias e cortes na ajuda a países vulneráveis adotadas por exemplo pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, se chocam hoje com o pensamento da Igreja. Para Passos, "o próximo papa enfrentará o desafio de se posicionar perante as consequências das posturas dele, tendo de ir além das posturas diplomáticas muito típicas da Santa Sé."

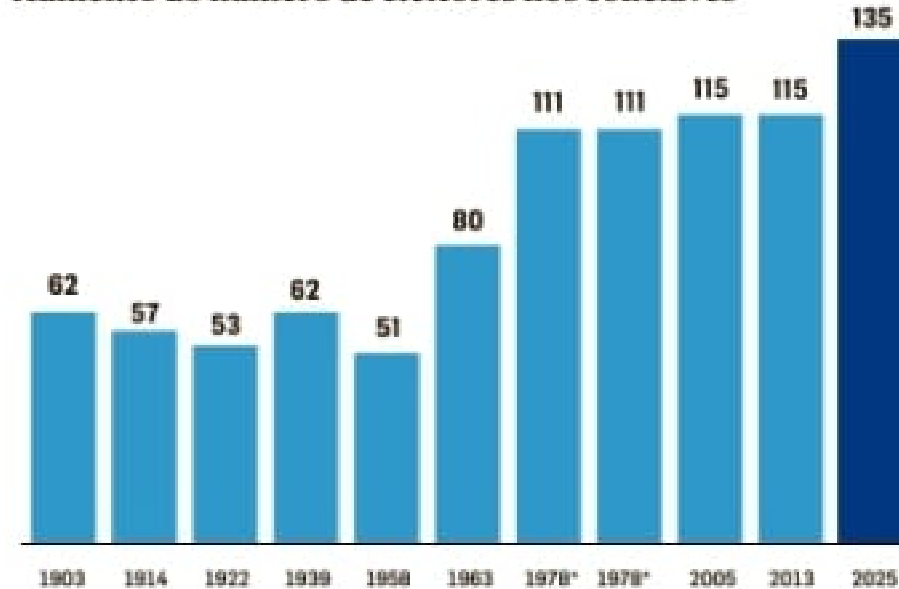
GUERRAS. Outro desafio será manter o forte posicionamento de Francisco contra os conflitos e guerras atuais. O papa estabeleceu diálogos tanto com russos como ucranianos para que se chegasse a um acordo de paz. E ainda reuniu-se igualmente com parentes israelenses de reféns mantidos pelo Hamas e com os de palestinos de Gaza, para onde ligava toda noite e pedia atualizações para o reverendo local. "Declarem cessar-fogo, libertem os reféns e ajudem um povo faminto que aspira a um futuro de paz", disse o argentino em seu último discurso.

LIBERDADE RELIGIOSA. Também professor da PUC, o especialista em Ciência da Religião Wagner Lopes Sanchez afirma que o sucessor terá de aprofundar o diálogo com outras religiões iniciado por Francisco e manter a universalidade da Igreja, aberta a todas realidades e pessoas.

Além disso, na medida em que o catolicismo avança na África e na Ásia, a garantia da liberdade religiosa se torna cada vez mais essencial. "Levantamentos internacionais citam anualmente mais de 4 mil cristãos mortos e mais de 50 mil casos de abusos físicos ou psicológicos contra cristãos no mundo", diz Borba Neto. ●

MAIS CARDEAIS

Aumento do número de eleitores nos conclaves



*EM 1978, FORAM REALIZADOS DOIS CONCLAVES

FONTE: WWW.VATICAN.VA / INFOGRÁFICO ESTADÃO

Processo pode se estender e se prevê até segundo turno

Na manhã da quarta-feira, dia 7, será celebrada a solene missa "pro eligendo Pontifice", presidida pelo decano do Colégio de Cardeais, que convidará os irmãos a se dirigirem à Sistina à tarde com as seguintes palavras: "Toda a Igreja, unida a nós na oração, invoca constantemente a graça do Espírito Santo, para que seja eleito por nós um digno Pastor de todo o rebanho de Cristo".

Na sequência, os cardeais entoarão o hino Veni, creator Spiritus, farão o juramento e ficarão reunidos para definir o novo papa. Serão feitas quatro votações por dia, duas pela manhã e duas à tarde, e após a 33.ª ou 34.ª votação, no entanto, haverá um segundo turno direto e obrigatório entre os dois cardeais que receberam mais votos na última votação. Mesmo nesse caso, no entanto, sempre será necessária uma maioria de dois terços. Os dois cardeais restantes não poderão participar ativamente da votação. Ao término da votação, convoca-se o mestre das Celebrações Litúrgicas e o secretário do Colégio Cardinalício.

Ao recém-eleito será questionado: aceita a sua eleição canônica como Sumo Pontífice? Em caso afirmativo, será perguntado: como quer ser chamado? Após a aceitação, as cédulas são queimadas, de modo que a clássica fumaça branca poderá ser vista da Praça de São Pedro. Após a oração e a homenagem dos cardeais, o conclave acaba e publicamente ele é apresentado: "Habemus papam". ●

Eufrázio

Saúde

Nova diretriz brasileira prevê rastreio de diabete a partir dos 35 anos

Aumento de casos da doença em adultos mais jovens motivou alterações; situação de crianças e adolescentes também preocupa

GABRIEL DAMASCENO

A Sociedade Brasileira de Diabete (SBD) atualizou as diretrizes para o rastreamento e diagnóstico do tipo 2 da doença no País. O documento, publicado na revista *Diabetology & Metabolic Syndrome*, amplia o público-alvo da triagem, inclui alertas para crianças e adolescentes e propõe mudanças nos testes laboratoriais utilizados.

Uma das principais novidades é a redução da idade inicial para rastreamento da doença na população geral. "Antigamente, o rastreamento era recomendado a partir dos 45 anos. Antes dessa idade, apenas em pessoas com fatores de risco", afirma a endocrinologista Melanie Rodacki, professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio (UFRJ) e integrante da SBD. "Agora, a indicação é iniciar a triagem a partir dos 35 anos, estendendo-se também a indivíduos mais jovens que apresentem fatores de risco, como o excesso de peso."

Mudar o estilo de vida
Hábitos mais saudáveis e uma alimentação balanceada podem oferecer maior proteção

De acordo com a professora, a mudança na idade acontece pelo aumento de registros da doença em adultos mais jovens. "Nessa faixa etária, já ocorre uma alteração nos níveis de glicose, o que torna os pacientes menos protegidos. Isso é influenciado por fatores como obesidade, sedentarismo e estilo de vida. Mas hábitos mais saudáveis e uma alimentação balanceada podem oferecer maior proteção", explica. "Esse movimento foi iniciado na Sociedade Americana de Diabete e nós incorporamos essa recomendação neste ano."

Um ponto de destaque é que, de acordo com o *Atlas de Diabete* da Federação Internacional de Diabete (IDF), quase 45% dos adultos vivendo com a doença desconhecem que possuem a condição. No Brasil, esse número fica em aproximadamente 30%.

Diante do subdiagnóstico, Melanie afirma que o rastreamento pode mudar a história natural do paciente. "Caso ele seja diagnosticado com diabete ou pré-diabete, poderemos adotar condutas que ajudarão a prevenir as complicações da doença."

Subdiagnóstico

30%
dos adultos vivendo com a doença no Brasil desconhecem que a têm

45%
é a porcentagem de diabéticos que desconhecem ter a condição no mundo, mas se espera que as mudanças diminuam esse número

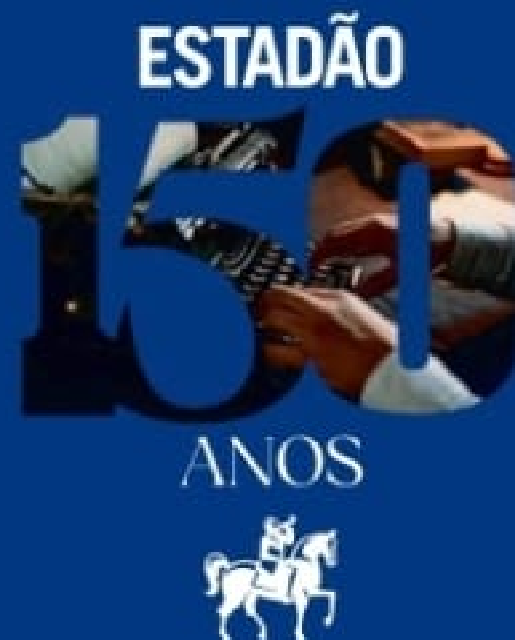
CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Os índices do tipo 2 também vêm crescendo entre crianças e adolescentes, principalmente por causa do consumo de produtos ultraprocessados e pouco exercício físico. Diante dessa situação, a nova diretriz também traz recomendações para o público a partir dos 10 anos de idade.

"Crianças com excesso de peso, sedentarismo e histórico familiar com a doença também têm indicação de rastreamento, e adultos mais jovens do que 35 anos também", afirma Melanie. São fatores de alerta: história familiar de diabete tipo 2 em parente de primeiro grau; antecedente de doença cardiovascular; hipertensão arterial; HDL abaixo de 35 mg/dl; triglicerídeos acima de 250 mg/dl; síndrome do ovário policístico; acantose nigricans (doença de pele caracterizada por manchas escuras); sedentarismo; diabete gestacional prévio ou recém-nascido grande para idade gestacional; pontuação alta ou muito alta no escore de risco para diabete (FINDRISC).

MONITORAMENTO. O documento também define um cronograma de reavaliação para os pacientes. Pessoas com exames normais e baixo risco devem repetir a triagem a cada três anos. Já aqueles com pré-diabete ou múltiplos fatores de risco devem ser reavaliados anualmente.

A nova diretriz ainda incorpora o teste de tolerância por via oral, com uma hora de duração, como método preferencial para detectar a doença. "O teste é mais barato, mais fácil e detecta de forma mais sensível quem tem pré-diabete e pode evoluir para diabete", diz a professora. ●

É HOJE

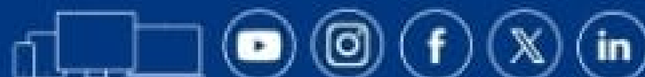


Sessão solene no Congresso Nacional em homenagem aos 150 anos do Estadão

29/ABR
10 h
Brasília – DF



ACOMPANHE A TRANSMISSÃO AO VIVO,
DIRETO DO PALÁCIO DO CONGRESSO NACIONAL



O Estado de S. Paulo

Realização: ESTADÃO 150

Parceria: ESTADÃO BLUE STUDIO · ELDORADO FM 107.3

1875

Saúde

Gripe reforça alta de síndrome aguda grave nos hospitais

Boletim da Fiocruz indica nível de alerta ou alto risco em 13 Estados e no DF; uso de máscara em local fechado é recomendado

GABRIEL DAMASCENO

Treze Estados e o Distrito Federal apresentaram nível de alerta ou de alto risco para o crescimento de casos de síndrome respiratória aguda grave (SRAG) nas últimas seis semanas, com um aumento das hospitalizações relacionadas a um dos vírus da gripe (influenza A), segundo o Boletim InfoGripe da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

A situação é observada em Acre, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo. Segundo a fundação, além do crescimento de casos de influenza A, a alta de SRAG tem ocorrido principalmente por vírus sincicial respiratório (VSR) e, em menor escala, por rinovírus.

Nas últimas quatro semanas, o VSR foi o agente que mais apareceu entre os casos positivos de SRAG, com 56,9% das infecções. Em seguida vêm rinovírus (25,5%), influenza A (15,7%), SARS-CoV-2 (3,9%) e influenza B (1%).

Entre os óbitos por SRAG registrados no mesmo período, 35,7% foram associados ao SARS-CoV-2 (causador da covid-19). O vírus influenza A foi identificado em 30,4% dos mortos, seguido por rinovírus (16,1%), VSR (10,1%) e influenza B (3,6%).

Tatiana Portella, pesquisadora do Programa de Processamento Científico da Fiocruz e do InfoGripe, reforça que o cenário serve de alerta para que a população intensifique as medidas de prevenção, incluindo o uso de máscara em locais fechados e dentro de postos de saúde. "Reforçamos também a importância da vacinação contra o vírus influenza. Quem faz parte do grupo elegível e ainda não se vacinou deve procurar um posto de saúde o quanto antes", afirma em um comunicado da Fiocruz.

OS VÍRUS. O VSR é um dos principais causadores de bronquiolite em crianças pequenas. No início, o vírus pode provocar sintomas semelhantes aos de um resfriado comum, como tosse, dor de cabeça e coriza. Mas, com o tempo, alcança as vias aéreas inferiores e pode causar problemas respiratórios mais graves, como bronquiolite e pneumonia.

Já o rinovírus é o agente viral mais associado a infecções no trato respiratório. De fácil transmissão, ele é responsável pela maioria dos resfriados e costuma circular durante todo o ano, com maior incidência na primavera. O vírus não costuma provocar complicações, mas em pacientes com comorbidades, especialmente crianças pequenas, pode evoluir para quadros mais graves.

Complicações
A gripe pode evoluir, principalmente em doentes crônicos, idosos e crianças menores de 2 anos

Quanto à gripe (influenza), existem quatro tipos de vírus: A, B, C e D. Os mais comuns são o A e o B. Alguns casos da doença podem evoluir com complicações, especialmente em indivíduos com doença crônica, idosos e crianças menores de 2 anos; daí a importância da vacinação. ●

IMPERDÍVEL
LEILÃO DE IMÓVEL
CASA (DESOCUPADO)
GRANJA VIANA
COTIA - SP
22/05 ÀS 11H
SOMENTE ONLINE
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA 400,69M²
LANCE INICIAL: R$2.030.000
DESOCUPADO
PRÓXIMO AO CENTRO DA GRANJA VIANA, COM FÁCIL ACESSO ÀS RODOVIAS RAPOSO TAVARES E CASTELO BRANCO, CONDOMÍNIO GRANJA DO LAGO.
• HALL SOCIAL COM LAVABO • LIVING PARA 3 AMBIENTES • LAREIRA, NICHO PARA BAR E VARANDA • MÓVEIS PLANEJADOS • 3 SUÍTES COM ARMÁRIOS, SENDO A MASTER COM AMPLO CLOSET E HIDROMASSAGEM • COZINHA CLARA E ESPAÇOSA, COM COPA • JARDIM COM PAISAGISMO E LAGO DE CARPAS • QUIOSQUE GOURMET COM CHURRASQUEIRA • PISCINA EM ALVENARIA COM AQUECIMENTO • GARAGEM PARA 4 VAGAS COBERTAS, MAIS 4 VAGAS DESCOBERTAS E DEPÓSITO
TERRENO URBANO DESIGNADO COMO LOTE 05, LOCALIZADO NA RUA LAGO, Nº 555 – CONDOMÍNIO GRANJA DO LAGO, COM ÁREA TOTAL DE 2.065,93 M². DE ACORDO COM O HABITE-SE Nº 089/85, EMITIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIA, FOI CONCEDIDO ALVARÁ DE VISTORIA E HABITE-SE PARA A CONSTRUÇÃO COM ÁREA TOTAL DE 400,69 M², CONFORME DESCRITO NA MATRÍCULA Nº 034.214 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE COTIA/SP, SOB A INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 23234.42.90.1018.00.000. IMÓVEL DESOCUPADO. AGENDE SUA VISITA OU TIRE SUAS DÚVIDAS TELEFONE: (11) 2464-6460 / CELULAR: (11) 97777-0753/ E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR CONSULTE O EDITAL COMPLETO NO SITE: WWW.SODRESANTORO.COM.BR
AGENDE SUA VISITA OU TIRE SUAS DÚVIDAS TELEFONE: (11) 2464-6460 / CELULAR: (11) 97777-0753/ E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR
CONSULTE O EDITAL COMPLETO NO SITE: WWW.SODRESANTORO.COM.BR
IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS
SODRÉ SANTORO
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Urbanismo

Obra sob o Minhocão começa e vai parar na Justiça

A Prefeitura de São Paulo começou ontem uma obra para abrir bolsão de estacionamento embaixo do elevado João Goulart, conhecido como Minhocão, no centro da capital.

A medida, segundo o vice-prefeito Ricardo Mello Araújo (PL), é feita para atender moradores e comerciantes locais, "mas principalmente", afirma, para acabar "com o descarte de lixo irregular" sob o elevado. O local também costuma ser usado e frequentado por pessoas em situação de rua.

Vereadores da oposição, contrários ao projeto, afirmam ter entrado com uma ação na Justiça para barrar as obras, que estão sendo executadas na altura do número 370 da Rua Amaral Gurgel, na Vila Buarque.

O Executivo municipal diz, em nota, que o bolsão vai ser implementado de forma experimental e apenas em um trecho. ● CAIO POSSATI

Eufrázio

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital
Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 28/04


HOJE: MANHÃ 22° — 20%


HOJE: TARDE 24° — 85%


HOJE: NOITE 19° — 75%

VOLUME DE CHUVA 10MM

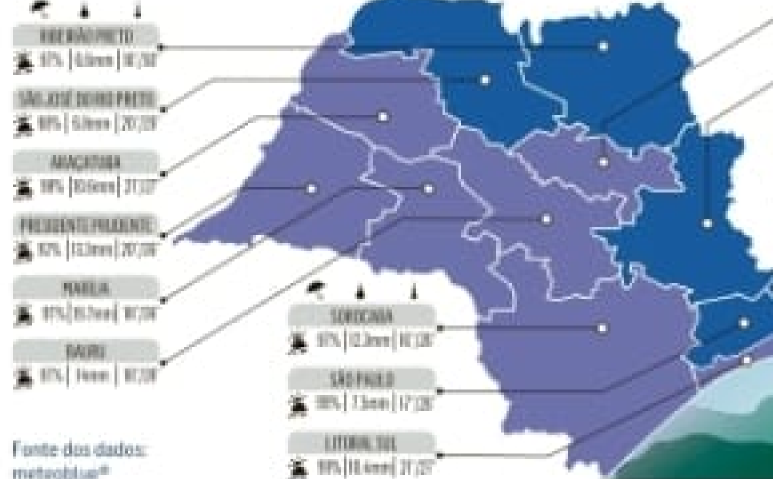
UMIDADE RELATIVA 80 a 100%

AMANHÃ	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
15°/20°	15°/22°	14°/22°	15°/23°

SOL: NASCENTE 6h25 / POENTE 17h42

LUA: NOVA
NOVA 27/04 16h31
CRESCENTE 04/05 10h51
CHEIA 12/05 13h56
MINGUANTE 20/05 8h58

Regiões do Estado de SP — Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperaturas (mín./máx.)

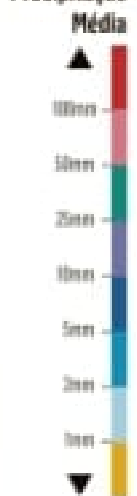


ARARAQUARA
CAMPINAS
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
LITORAL NORTE

Ondas: 29/04 — 2.5m, 1.5m, 1m

Fonte dos dados: meteoblue®

Precipitação Média



Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJU	0%	0mm	25°C/30°C
BELÉM	55%	6mm	25°C/28°C
BELO HORIZONTE	90%	7mm	20°C/24°C
BOA VISTA	60%	6mm	25°C/29°C
BRASÍLIA	80%	6mm	18°C/25°C
CAMPO GRANDE	0%	0mm	17°C/24°C
CUIABÁ	35%	4mm	25°C/27°C
CURITIBA	10%	0mm	13°C/20°C
FLORIANÓPOLIS	0%	0mm	16°C/22°C
FORTALEZA	60%	0mm	26°C/30°C
GOIÂNIA	90%	2mm	21°C/25°C
JOÃO PESSOA	25%	3mm	25°C/30°C
MACAPÁ	65%	0mm	25°C/29°C

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
MACEIÓ	0%	0mm	24°C/31°C
MANAUS	55%	5mm	25°C/29°C
NATAL	20%	0mm	26°C/29°C
PALMAS	25%	0mm	24°C/32°C
PORTO ALEGRE	0%	0mm	13°C/19°C
PORTO VELHO	90%	10mm	25°C/28°C
RECIFE	10%	0mm	27°C/30°C
RIO BRANCO	75%	12mm	23°C/26°C
RIO DE JANEIRO	90%	1mm	23°C/24°C
SALVADOR	0%	0mm	25°C/29°C
SÃO LUÍS	65%	6mm	25°C/30°C
TERESINA	70%	4mm	25°C/30°C
VITÓRIA	75%	10mm	23°C/28°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	17°C/24°C	LOS ANGELES	-4h	10°C/19°C
ATENAS	+6h	14°C/17°C	MADRID	+5h	11°C/24°C
BARCELONA	+5h	15°C/21°C	MIAMI	-1h	24°C/28°C
BERLIM	+5h	7°C/20°C	MONTEVIDÉU	0h	14°C/17°C
BRUXELAS	+5h	8°C/20°C	MOSCOU	+6h	-1°C/13°C
BUENOS AIRES	0h	11°C/18°C	NOVA YORK	-1h	12°C/22°C
CARACAS	-1h	21°C/28°C	PARIS	+5h	11°C/24°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	14°C/27°C	ROMA	+5h	15°C/22°C
ESTOCOLMO	+5h	9°C/17°C	SANTIAGO	-1h	8°C/23°C
GENEBRA	+5h	10°C/20°C	SYDNEY	+13h	17°C/22°C
JOANESBURGO	+5h	10°C/20°C	TEL-AVIV	+6h	18°C/22°C
LIMA	-2h	18°C/22°C	TÓQUIO	+12h	15°C/23°C
LISBOA	+4h	16°C/26°C	TORONTO	-1h	5°C/18°C
LONDRES	+4h	12°C/22°C	WASHINGTON	-1h	12°C/24°C

Ambiente

Peixe amazônico gigante surge em rios da Bahia e ameaça outras espécies

Pirarucu, espécie que pode chegar a 3 m e se alimenta de outros peixes e crustáceos, foi capturado no Rio São Francisco

Relatos sobre um peixe gigante em um banhado, às margens do Rio São Francisco, intrigaram moradores do povoado de Pau d'Arco, em Malhada, no sudoeste da Bahia. No último dia 16, eles capturaram um peixe de escamas avermelhadas, com quase 2 metros de comprimento e 78 quilos, desconhecido na região. A façanha foi postada em redes sociais, com o peixão exibido como troféu, mas preocupou especialistas.

Trata-se de um pirarucu, peixe da Região Amazônica que não é encontrado em rios baianos. Só então se soube que, alguns dias antes, outro, ainda maior, da mesma espécie, havia sido retirado das águas por outros pescadores na barragem do Rio do Paulo, em Dom Basílio, também no sudoeste baiano.

CHEGA A 3 METROS E 200 QUILOS. O pirarucu (*Arapaima gigas*) é uma espécie de peixe de água doce que pertence à família *Arapaimidae* e é encontrado na Amazônia e em outras regiões específicas da América do Sul. Ele pode atingir até 3 m de comprimento e pesar até 200 kg, tornando-se um dos maiores peixes de água doce do mundo. A espécie é carnívora, se alimentando de outros peixes, crustáceos e pequenos animais aquáticos.

Para o pesquisador Francisco Kelmo, professor de Ecologia e Biodiversidade do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), embora a novidade possa agradar aos pescadores, é muito preocupante para o meio ambiente. "A existência de pirarucu vivendo livremente nas águas do rio (*São Francisco*) pode colocar em perigo a existência de outras espécies de peixes da região e, assim, promover perda da biodiversidade da ictiofauna local", disse ao **Estadão**. "A sua presença nas águas do Rio São Francisco está ligada, muito provavelmente, à existência de fazendas de cultivo dessa espécie. Em período de cheia, pode haver rompimento desses criadouros ou tanques permitindo a fuga dos peixes, que passam a viver livremente nas águas do rio, readaptados à vida livre."

INVASOR EM RIOS PAULISTAS. A presença de pirarucus, peixes amazônicos, em locais fora de seu hábitat natural, não é algo exclusivo da Bahia. Como mostrou o **Estadão** em 2022, pescadores de Cardoso, na região norte do Estado de São Paulo, pescaram espécimes de até 110 quilos no Rio Grande, na divisa com Minas Gerais.

Na ocasião, especialistas advertiram que o pirarucu pode se tornar uma ameaça para os peixes nativos dos rios paulistas, por ser voraz e capaz de desestabilizar as cadeias alimentares.

Palavra do especialista
Presença do peixe no Rio S. Francisco pode estar ligada a fazendas da espécie, diz pesquisador

AMAZÔNIA. Nos últimos anos, milhares de pessoas passaram a preservar os peixes e a depender deles em grande parte da Amazônia. Esse processo não só envolve desafios logísticos, mas também esforços contra a pesca ilegal, conhecimento científico e empírico.

A iniciativa de manejar e comercializar o pirarucu é vista como fundamental para o desenvolvimento da Amazônia, promovendo tanto a preservação ambiental quanto o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. ●

JOSÉ MARIA TOMAZELA

SÃO PAULO RECLAMA

Sinalização de trânsito em via na zona leste

Reclamação de Vânia Resende: "Um carro entrou desgovernado na Rua Apoquitáua, na Vila Síria, zona leste de São Paulo. Saiu destruindo tudo pela frente, felizmente, não atingiu ninguém. A Guarda Civil Metropolitana (GCM) esteve no local. Nós, moradores, ficamos muito assustados. Passada a correria, pedimos a colocação novamente da placa de sinalização por parte da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). E que a CET vistorie o local para a colocação de uma lombada, para inibir que carros e motos entrem em alta velocidade na Rua Apoquitáua, no acesso pela Avenida Águia de Haia. Moram muitos idosos, crianças e há pessoas que sempre transitam voltando do trabalho e da escola. Também já há relatos de outras pessoas que tiveram casas destruídas por outros veículos desgovernados, em outras ocasiões."

Resposta da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET): "A placa de sinalização foi recolocada.

Posteriormente, a leitora disse que a placa de sinalização já está novamente no lugar.
Envie reclamações: Mande uma mensagem para spreclama@estadao.com. ●



Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ 150 ANOS

Noticiario

Chafarizes mudos – Recebemos instantes reclamações a respeito dos chafarizes do Rosario e Piques.
Então ambos com as torneiras desmontadas ha muito, e não deitam pinga d'agua.
Os reclamos publicos são justos. Chafarizes não devem ser feitos para mera ornamentação de praças e ruas.
De aformoseamentos está farta a capital.
Visto em passaporte – Pela repartição da policia, foi visado o passaporte do subdito italiano Bestolloti Angelo de Linigi que retira-se para o Reino da Italia. ●

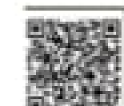


CORREÇÕES

Plano Real. Diferentemente do publicado na página D9 da edição de domingo (27/4), o Plano Real foi instituído na presidência de Itamar Franco (1992-1995) e não na primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA



Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Dib Bonemer Filho – Dia 27, aos 86 anos. Filho de Dib Bonemer e Antonieta Cervi Bonemer. Era viúvo de Leda Marostica. Deixa as filhas Lilian, Luciana, Lucimara, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Terra Roxa.

MISSAS

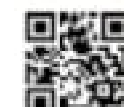
Adolpho Lindenberg – Hoje, às 17 horas, na Igreja São José, na R. Dinamarca, 32, Jardim Europa (1 ano).

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:

Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita somente por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP-Regula).

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/



NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

Eufrázio

Copa do Brasil

São Paulo recebe o Náutico e tenta abrir boa vantagem

Equipe tricolor vem de sequência desgastante de jogos e quer encaminhar classificação hoje

BRUNO ACCORSI



O São Paulo volta ao MorumBis hoje, após vencer o Libertad no Paraguai, pela Copa Libertadores, e empatar com o Ceará em Fortaleza, pelo Campeonato Brasileiro. A partir das 21h30, enfrenta o Náutico pela terceira fase da Copa do Brasil. Será a estreia do time comandado por Luis Zubeldía no torneio nacional, já que não precisou disputar as fases anteriores por estar também na competição sul-americana.

Nesta etapa, os duelos são de ida e volta. A classificação, portanto, será definida no Estádio dos Aflitos, no Recife, no dia 20 de maio. Se houver empate no placar agregado ao final do segundo jogo, a decisão será nos pênaltis.

Mesmo depois de escalar um time bastante modificado para enfrentar o Ceará no último sábado, o técnico argentino ainda não pode utilizar a escalação ideal porque continua com muitos desfalques.

Havia a expectativa de que Lucas Moura, em reta final de recuperação, ficasse no banco após mais de um mês como desfalque por causa de um trauma no joelho, mas o retorno deve ser apenas na sexta-feira, contra o Fortaleza, de novo pelo Brasileirão. O zagueiro Arboleda ainda está com sobrecarga muscular e, portanto, também continua como baixa.

Zubeldía tem se destacado nos últimos jogos pelo bom aproveitamento que tem feito dos jovens da base. Ryan Francisco, de 18 anos, entrou no final de semana e fez o gol são-paulino no empate por 1 a 1 com os cearenses. Apesar disso, deve deixar o time titular para a entrada de André Silva, mais experiente e artilheiro do time na temporada. Já Lucas Ferreira, de apenas 19 anos, começa jogando mais uma vez.

O meia Matheus Alves, outro jovem de Cotia que foi integrado ao elenco de profissionais, participou da movimentação e comentou sobre a sua adaptação. “Estar aqui com esse elenco tem sido muito gratificante e importante”, disse.

RIVAL EM MÁ FASE. O São Paulo vai encontrar um Náutico que está sofrendo na Série C, com um empate e duas derrotas em três jogos. Para chegar à terceira fase da Copa do Brasil, o time eliminou o Santa Cruz de Natal (RN) com uma goleada por 4 a 0 na primeira fase, antes de despachar o Vitória da Bahia com triunfo por 2 a 0 na segunda.

O técnico Hélio dos Anjos não vai poder contar com o zagueiro João Maistro, o lateral-esquerdo Luiz Paulo, o volante Igor Pereira e o atacante Vinícius, lesionados.

O nome mais conhecido do Náutico é o goleiro Muriel, que passou por Fluminense e Internacional e é irmão de Alisson, goleiro do Liverpool e da seleção brasileira. ●

COPA DO BRASIL - IDA DA 3ª FASE

SPFC — SÃO PAULO × NÁUTICO

SÃO PAULO: Rafael; Cédric Soares, Ruan, Alan Franco e Enzo Díaz; Bobadilla, Marcos Antônio e Matheus Alves; Lucas Ferreira, Ferreira e André Silva. **Técnico:** Luis Zubeldía.
NÁUTICO: Muriel, Marcos Ytalo, Carlinhos, Rayan (Felipe Santana) e Igor Fernandes; Auremir, Marco Antônio, Wenderson e Patrick Allan; Kelvin e Paulo Sérgio.
Técnico: Hélio dos Anjos.
Árbitro: Sávio Pereira Sampaio (DF). **Horário:** 21h30.
Local: Estádio do MorumBis, em São Paulo (SP).

Santos

Clube acerta com Cléber Xavier, que terá a primeira experiência como treinador

O Santos dará a Cleber Xavier a primeira oportunidade como treinador. O ex-auxiliar de Tite, que se separou do técnico depois de 24 anos, substituíra Pedro Caixinha. Ele é esperado hoje para assinar contrato e levará para a Vila a comissão técnica com a qual trabalhou na seleção. O Santos não se importa com a inexperiência de Cleber como técnico e o escolheu por ter as mesmas ideias táticas de Tite e por crer que saberá lidar com Neymar, com quem trabalhou por seis anos e meio. ●

LUCAS FIGUEIREDO/CBF-1/6//2018



Corinthians

Dorival Jr. é apresentado e já prepara o time para jogo de amanhã no interior

Dorival Júnior foi apresentado ontem como novo técnico do Corinthians e comandou o primeiro treino. “É um momento importante da minha carreira. Espero deixar um legado dentro de um trabalho que já vinha acontecendo.” A estreia é amanhã, contra o Novorizontino, pela Copa do Brasil. ●

Copa Libertadores

Lima vence a disputa com Brasília e vai receber a final do torneio em novembro

A Conmebol definiu ontem a cidade de Lima, capital do Peru, como palco da partida única que vai definir o campeão da edição 2025 da Copa Libertadores. A decisão está marcada para o dia 29 de novembro. Lima venceu a concorrência de Brasília, que utilizaria o estádio Mané Garrincha, e de Montevidéu. ●

Champions League

Arsenal e Paris Saint-Germain abrem as semifinais hoje no Emirates, em Londres

As semifinais da Champions League começam hoje, com a ida entre Arsenal e Paris Saint-Germain, no Emirates Stadium, em Londres. Para o jogo, Mikel Arteta, técnico do time inglês, convocou a torcida: “Estamos fazendo história e queremos mais. Aquele lugar tem que ser algo que nunca vimos”. ●

Seleção brasileira

Brasil vai vestir camisa vermelha na Copa, diz site

A camisa número dois da seleção brasileira na Copa do Mundo de 2026 será vermelha, segundo o site Footy Headlines, referência em “vazar” camisas de clubes e seleções antes do lançamento. A camisa conterá o selo da Jordan, e não da Nike, fornecedora do time nacional de futebol masculino desde 1996. A marca Jordan é controlada pela empresa de material esportivo. Tradicionalmente, a camisa número dois da seleção é na cor azul.

Na semana passada, o mesmo site já havia noticiado que a segunda camisa do Brasil seria de uma “cor inédita”, sem dar detalhes. Agora, afirma que o modelo será de um “vermelho moderno e vibrante”.

Além disso, a produção deste uniforme estaria a cargo da Jordan, e não da tradicional Nike. Não é a primeira vez que a marca faz algo para a equipe brasileira. Em 2016, a Nike lançou uma camisa de Neymar Jr. em parceria com o Air Jordan. O uniforme, que possuía o emblema da CBF, era predominantemente preta e continha detalhes vermelhos na manga.

Será a primeira vez que a seleção adotará esse tom. Ainda de acordo com o *Footy Headliners*, a camisa vermelha será lançada em março de 2026.

O estatuto da CBF diz que o uniforme da seleção só pode ter as cores da entidade (verde, amarelo, azul e branco), com exceção de camisas comemorativas, que precisam ser aprovadas pela diretoria. ●

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
• Liga dos Campeões - Ásia
Al-Hilal x Al-Ahli (semifinal)
13h30 / ESPN 4
• Copa do Brasil Sub-17
Vasco x Flamengo
14h50 / SporTV
• Liga dos Campeões
Arsenal x Paris Saint-Germain
15h45 / SBT, TNT e MAX
• Campeonato Argentino
Newell's Old Boys x Huracán
19h / ESPN 4
• Copa do Brasil
Internacional x Maracanã
19h / SporTV e Premiere
Retrô x Fortaleza
19h / SporTV 3 e Premiere
Maringá x Atlético-MG
19h30 / Prime Vídeo
São Paulo x Náutico
21h30 / SporTV e Premiere
Fluminense x Aparecidense
21h30 / Prime Vídeo

TÊNIS
• Masters 1000 e WTA 1000 de Madri
Oitavas de final
15h30 / ESPN 2

BASQUETE
• NBB
Flamengo x Caxias
21h / SporTV 2
• NBA
Indiana Pacers x Milwaukee Bucks
23h / ESPN 2

Teimosia arriscada

Celular leva chinês a se perder 2 vezes no Monte Fuji

Estudante perde aparelho ao ser resgatado pela primeira vez, volta à montanha e tem de ser socorrido de novo


JF DIORIO/ ESTADÃO-13/12/2012

Vulcão japonês passa a maior parte do ano coberto pela neve

TÓQUIO

Um alpinista de 27 anos que foi resgatado de helicóptero do Monte Fuji, no Japão, na terça-feira da semana passada voltou a ser socorrido quatro dias depois na mesma montanha. Motivo, segundo a imprensa japonesa: ele retornou ao local para buscar seu celular.

A polícia informou à AFP que o homem, um estudante universitário chinês que mora no Japão, foi encontrado no sábado por outro alpinista em uma trilha a mais de 3 mil metros de altura e depois resgatado de helicóptero por uma equipe especializada.

"Devido à suspeita de que sofria do 'mal da montanha', ele foi transferido para o hospital", declarou ontem um porta-voz da polícia do município de Shizuoka. Ele disse também que os crampons (peças pontiagudas, normalmente de metal, que são presas às solas das botas para aumentar a aderência ao gelo e à neve) estavam danificados.

As autoridades perceberam depois que era o mesmo homem resgatado no Fuji quatro dias antes, informaram o canal de televisão TBS e outros veículos da imprensa local.

A polícia, porém, não confirmou que o estudante chinês tenha retornado à montanha com o objetivo específico de recuperar o celular que havia perdido durante a primeira operação de resgate. A imprensa também não informou se o aparelho foi resgatado.

O "mal da montanha" ocorre quando o corpo não tem uma adaptação rápida à redução do oxigênio decorrente da altitude e a pressão baixa. Então, há um aumento da frequência cardíaca e da produção de glóbulos vermelhos. A consequência é o aparecimento de diversos sintomas (varia de pessoa a pessoa). Os mais comuns são: dor de cabeça, tontura, náusea, vômito, fadiga, falta de ar e insônia. Fazer um período de aclimação antes de ir para altitudes elevadas, subir gradualmente e boa hidratação ajudam a evitar ou minimizar o problema.

PATRIMÔNIO MUNDIAL. O Monte Fuji, um vulcão de 3.776 metros designado Patrimônio Mundial da Cultura pela Unesco em 2013, passa a maior parte do ano coberto pela neve. As trilhas ficam oficialmente abertas apenas de julho ao início de setembro, mas não há penalidade por percorrê-las fora de temporada. Também não há cobrança ou punição quando alguém precisa ser resgatado, mas o caso do chinês gerou pedidos nas redes sociais para que ele fosse cobrado, pelo menos, pelo segundo resgate.

Um símbolo do Japão, a montanha costumava ser um local de peregrinação. Para controlar o excesso de visitantes e os riscos de escaladas apressadas durante a noite por terrenos rochosos para ver o nascer do sol, as autoridades locais introduziram no ano passado uma taxa de entrada e um limite no número de pessoas na trilha mais popular e introduzirão regras semelhantes em outras trilhas principais este ano. ●

ESTADÃO expresso SÃO PAULO

TUDO SOBRE A CIDADE

CONTEÚDOS DE **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO** PARA QUEM VIVE NA MAIOR METRÓPOLE DA AMÉRICA LATINA



CONFIRA NOTÍCIAS, DICAS E GUIAS DA CIDADE

- **INFRAESTRUTURA** Capital utiliza sistema inédito no mundo para monitorar pontes e viadutos a distância, 24h por dia.
- **MOBILIDADE** São Paulo recebe nova frota de ônibus: 115 novos veículos elétricos e 5 deles conectados ao sistema de segurança Smart Sampa.
- **ASSISTÊNCIA SOCIAL** Prefeitura inaugura Centros de Referência de Promoção da Igualdade Racial nas regiões sul e oeste

SAÚDE Modera SP: aplicativo ajuda na orientação sobre consumo de álcool, com conteúdo educativo para menores de 18 anos.

UM PORTAL COM NOTÍCIAS ATUALIZADAS DIARIAMENTE
ACESSE E CONHEÇA:
expressosaopaulo.com.br



INSCREVA-SE NO CANAL DO **WHATSAPP** E **RECEBA INFORMAÇÕES** DE UTILIDADE PÚBLICA EM PRIMEIRA MÃO

Realização: ESTADÃO 150 · Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO · Apoio: ELDORADO FM 107,3 · Parceria: CIDADE DE SÃO PAULO

Orçamento Conta não fecha

Mesmo com pente-fino, governo prevê aumento de 18% no gasto com o BPC

Concessões via Justiça de benefício para idosos de baixa renda e pessoas com deficiência dificultam contenção de despesas, que devem chegar a R$ 140 bilhões no próximo ano

GIORDANNA NEVES
FERNANDA TRISOTTO
BRASÍLIA

Apesar dos esforços do governo para conter o avanço das despesas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), um tipo de aposentadoria de um salário mínimo paga a idosos pobres ou pessoas com deficiência, a projeção para 2026 aponta um aumento de quase 18% nos gastos com o programa, de acordo com as estimativas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026, enviado ao Congresso Nacional no último dia 15.

O programa foi incluído no anexo de revisão de gastos, que traz medidas adicionais para conter as despesas, mas permanece em trajetória de expansão orçamentária. Para 2026, o governo estima gastar R$ 140,1 bilhões com o BPC, ante R$ 119,1 bilhões previstos para este ano.

Regulamentação
Elevação dos gastos coincidiu com mudanças na lei que trata das regras de acesso ao benefício em 2022

A alta chama atenção de analistas, com alerta de que despesas estejam subestimadas e questionamento sobre a efetividade das medidas de contenção adotadas até o momento.

Para o economista Gabriel Leal de Barros, da ARX Investimentos, a despesa prevista no PLDO está subestimada em torno de R$ 15 bilhões. "O principal vetor do gasto com BPC e também previdenciário é o efeito preço, colateral do reajuste do salário mínimo. Além disso, tem ocorrido um avanço robusto da quantidade de beneficiários no BPC, sinal que nos parece até um certo descontrole da concessão", afirma.

TRAJETÓRIA DE ELEVAÇÃO. A elevação das despesas com o BPC projetada para 2026 mantém aproximadamente o mesmo ritmo de crescimento observado desde 2022. Naquele ano, os gastos com o programa aumentaram 16,5% em relação ao exercício anterior, conforme dados do Tesouro Nacional.

Em 2023, a alta foi de 17,5%, e, em 2024, chegou a 19,9%. A partir de 2027, porém, o governo projeta uma desaceleração no crescimento das despesas: são estimadas altas de 8,14% em 2027, 9,37% em 2028 e 11,35% em 2029.

O movimento de elevação do gasto, a partir de 2022, coincide com as mudanças legislativas na regra de acesso do benefício, que impulsionaram pedidos – entre 2017 e 2021, o avanço anual desse gasto ficou abaixo dos 10%.

Ao destrinchar as concessões do BPC, a constatação é de que a maior elevação se dá justamente para os pedidos obtidos na Justiça, como já mostrou o **Estadão**.

De 2023 para 2024, por exemplo, as concessões administrativas cresceram 9%, ao passo que as judiciais aumentaram 22%, de acordo com dados do Visdata, ferramenta desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) para analisar dados de programas sociais.

Em 2025, esse ritmo permanece no mesmo patamar, com crescimento da concessão judicial para pessoas com deficiência crescendo 24%. O **Estadão** já mostrou que essa elevação do pagamento do benefício para esse público é um dos fatores que dificultam o ajuste fiscal do programa.

REVISÃO DE GASTOS. A alta de gastos com BPC para o próximo ano chama ainda mais atenção por ocorrer justamente em um momento em que o governo busca intensificar a agenda de revisão de gastos.

Em 2023, o Congresso aprovou projeto de lei de autoria do Executivo com alterações nas regras do programa, com o objetivo de conter o avanço das despesas diante da explosão no número de beneficiários.

A proposta original previa uma série de ajustes nas regras de acesso e revisão cadastral. O governo conseguiu aprovar a inclusão do código da Classificação Internacional de Doenças (CID) na avaliação de deficiência para pessoas com menos de 65 anos, redução no prazo de atualização do Cadastro Único para 24 meses, biometria obrigatória e o veto de dedução de renda não prevista em lei.

O Congresso excluiu a possibilidade de que posse de patrimônio superior ao limite de isenção do Imposto de Renda fosse prova de que a pessoa poderia se sustentar. Além disso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou um trecho que exigia atestar deficiência de grau moderado ou grave, nos termos de regulamento, para a concessão administrativa ou judicial do benefício.

Após as mudanças no Congresso, a economia projetada em dois anos com os ajustes do BPC caiu pela metade, de R$ 4 bilhões para R$ 2 bilhões. O PLDO aponta que, em 2025, as revisões podem poupar R$ 2,7 bilhões. ●

Raio x

R$ 119,1 bi é o gasto previsto com Benefício de Prestação Continuada (BPC) pelo governo neste ano

22% foi o crescimento das concessões do benefício por via judicial entre 2023 e 2024. No mesmo período, as subvenções administrativas regulares subiram bem menos, 9%

HADDAD FALA EM REGRA 'DESARRUMADA' EM BENEFÍCIO E DIZ QUE VAI 'BOTAR ORDEM'. PÁG. B2

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500



NATUREZA INSPIRADORA!

Aprecie vistas deslumbrantes no Hotel Resort e Golfe Clube dos 500.
Momentos especiais aguardam você em meio à natureza.

FAÇA SUA RESERVA! 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500

Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
@hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!



‘Liberation Day’: oportunidades para a agricultura brasileira

ARTIGO

Eduardo Martins, do Grupo Associado de Agricultura Sustentável (Gaas)
Reginaldo Minaré, da Associação Brasileira de Bioinsumos (Abbins)
Frederico Bernardes, da Associação Brasileira dos Produtores de Remineralizadores de Solo e Fertilizantes Naturais (Abrefen)
Paulo Romano, do Instituto Fórum do Futuro (IFF)

O *Liberation Day* de Trump pode ser interpretado não apenas como uma medida protecionista, mas como um sinal do esgotamento de um modelo global baseado na dependência de insumos centralizados e comércio linear de commodities. Indica uma oportunidade para o Brasil acelerar a transição para uma agricultura regenerativa e soberana.

Nossa dependência de insumos importados é estrutural e conhecida. Um novo ciclo de imprevisibilidade nos custos de fertilizantes sintéticos e defensivos químicos, que se soma a outros, como a covid-19 e o conflito Rússia-Ucrânia, amplia a urgência de termos uma produção doméstica de insumos. Entre 2020 e 2022, o cloreto de potássio passou de US$ 250 para US$ 520 por tonelada; a ureia chegou a US$ 700/t, e o glifosato ultrapassou os US$ 9/kg, dobrando seu preço. Os dados demonstram a fragilidade da estratégia produtiva excessivamente dependente.

A agricultura tropical regenerativa é uma estratégia que une segurança alimentar, segurança climática e segurança econômica

O Brasil construiu os pilares regulatórios e tecnológicos necessários para uma substituição sustentável e competitiva de insumos. A Lei dos Bioinsumos (Lei n.º 15.070/2024), permite e incentiva a produção *on farm* de insumos biológicos. A regulamentação dos remineralizadores (Lei n.º 12.890/2013) legitima o uso de fontes minerais nacionais. Além disso, o Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012) estabelece parâmetros claros para conservação e uso do solo.

Esses fundamentos criam uma oportunidade singular. A agricultura regenerativa prioriza a regeneração dos solos com o uso de bioinsumos, remineralizadores, plantas de cobertura e fertilizantes naturais. De acordo com o relatório da BCG (2024), a transição regenerativa em 40 milhões de hectares no Cerrado brasileiro pode gerar até R$ 32 bilhões por ano em valor adicional, com a possibilidade de sequestrar mais de 1,2 bilhão de toneladas de CO2 em três décadas.

Esse modelo responde às crises recorrentes de insumos e atua de forma preventiva contra a expansão desordenada da fronteira agrícola. Além disso, a substituição de importações por cadeias regionais regenerativas permite que os recursos destinados a compras externas circulem regionalmente. A estruturação de biofábricas locais, moagem de rochas silicáticas, polos de compostagem e redes de sementes adaptadas estimula a economia rural, gera empregos qualificados e fortalece a cooperação.

A agricultura tropical regenerativa é uma estratégia que une segurança alimentar, segurança climática e segurança econômica. O Brasil tem a base, a demanda e a oportunidade. O que está em jogo é como escolher crescer: reproduzindo vulnerabilidades ou regenerando sua vocação mais potente. ●

Orçamento Conta não fecha

Haddad diz que benefício teve regra ‘desarrumada’ e fala em ‘botar ordem’

Para ministro, mudança na lei de acesso ao benefício, em 2021, deu início à judicialização de pedidos de concessões

FERNANDA TRISOTTO
BRASÍLIA
GABRIELA JUCÁ
SÃO PAULO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) se tornou um problema orçamentário em função da falta de clareza das mudanças feitas na lei em 2021.

“Em 2021, a lei do BPC foi desarrumada. E você sabe que isso é um problema também, dada a judicialização que aconteceu. Porque, quando você não tem clareza de quem é o beneficiário de um determinado programa, você cria uma indústria automaticamente, que é o que aconteceu agora. E nós também temos de botar ordem nessa questão de dar clareza para o Judiciário de o que é o programa, qual é o objetivo do programa, que nunca teve problema. Ele se tornou (*problema*) em função da falta de clareza do texto que foi reformado”, afirmou o ministro, que participou ontem do J. Safra Macro Day 2025.

O governo espera que 500 mil benefícios sejam definitivamente cortados do programa por meio da revisão cadastral. As despesas com o BPC foram incluídas no anexo da revisão de gastos previsto na LDO, com as despesas com Proagro e com os benefícios previdenciários.

Segundo Haddad, as medidas para conter os gastos do BPC têm potencial de economizar R$ 12,4 bilhões entre 2026 e 2029 apenas com a revisão cadastral bianual do benefício. A expectativa é de que a revisão do BPC gere uma economia de apenas R$ 2 bilhões em 2026. O valor sobe para R$ 4,2 bilhões em 2027, chega a R$ 4,5 bilhões em 2028 e recua novamente para R$ 2 bilhões em 2029.

As revisões consistem em avaliar se o beneficiário ainda se enquadra nos critérios de pagamento do programa e compreende a reavaliação da situação do Cadastro Único, verificação da renda e atualização biopsicossocial. A revisão dos beneficiários com cadastro desatualizado há mais de 24 meses foi implementada em 2024.

O secretário de Orçamento Federal, Clayton Montes, explicou que o aumento na projeção de economia com o benefício ao longo dos próximos anos tem a ver com a maturação das medidas já aprovadas pelo Congresso. Ele disse ainda que é natural que haja uma revisão do programa a cada dois anos. “Para o ano que vem, naturalmente a revisão aconteceria”, disse.

AJUSTE FISCAL. Também ontem no J. Safra Macro Day, Haddad disse que o ajuste fiscal precisa ser uma “agenda do País” e defendeu que o Brasil tem condições de fazer a lição de casa sem prejudicar possibilidades de crescimento futuro.

“Ninguém é obrigado a saber em detalhe o que a Fazenda e o Planejamento estão fazendo em proveito do equilíbrio das contas públicas. Mas o fato é que não pode depender de uma pessoa. Não pode depender de um governo. Isso tem de se transformar em uma agenda do País. O País tem de compreender que (*para isso*) nós não precisamos abdicar do crescimento.” ●

Redução

500 mil é o número de BCPs que o governo estima cortar definitivamente ao final da revisão cadastral do benefício

R$ 2 bi é a estimativa de economia com os cortes do BPC neste ano

País tem déficit em conta corrente de US$ 8,75 bi em março

CÍCERO COTRIM
CÉLIA FROUFE
BRASÍLIA

O Brasil teve déficit de US$ 2,245 bilhões na conta corrente em março, após um saldo negativo de US$ 8,758 bilhões em fevereiro, informou ontem o Banco Central (BC). O rombo foi menor do que a mediana da pesquisa Projeções Broadcast, de déficit de US$ 3,3 bilhões – todas as estimativas do mercado indicavam saldo negativo, de US$ 15,274 bilhões a US$ 1,90 bilhão. Em março de 2024 o País registrara déficit de US$ 4,087 bilhões nesse indicador.

A conta corrente – que inclui o fluxo de bens, serviços, rendas e transferências entre o País e o resto do mundo – agora tem saldo negativo de US$ 19,67 bilhões no acumulado do ano. Em 12 meses, porém, o rombo recuou de 3,28% do Produto Interno Bruto (PIB), em fevereiro, para 3,21% em março.

No mês passado, a balança comercial teve superávit de US$ 7,637 bilhões, enquanto a conta de serviços teve déficit de US$ 4,352 bilhões e a conta financeira foi negativa em US$ 3,812 bilhões. Já a conta de renda primária ficou negativa em US$ 5,781 bilhões.

O BC projeta déficit de US$ 62 bilhões nas transações correntes e a entrada líquida de US$ 70 bilhões em Investimento Direto no País (IDP) neste ano, segundo os dados mais recentes do Relatório de Política Monetária (RPM), de março.

A projeção da autarquia para o superávit comercial ao longo de 2025 é de US$ 65,0 bilhões.

AVALIAÇÃO. Segundo o chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, o saldo maior da balança comercial e uma redução do resultado negativo da renda primária ajudaram a reduzir o rombo das transações correntes em março.

No vermelho
A conta corrente do País acumula saldo negativo de US$ 19,6 bilhões nos três primeiros meses do ano

“Essa elevação apenas da balança comercial foi equivalente a US$ 1,3 bilhão, ou 70% daquela redução no déficit corrente de US$ 1,8 bilhão. O resultado foi o principal responsável pela redução do déficit em transações correntes, fundamentalmente do aumento das exportações”, disse Rocha, ressaltando que no primeiro trimestre o saldo comercial caiu praticamente pela metade, passando de US$ 16,3 bilhões para US$ 7,9 bilhões.

Sobre a conta de serviços, o técnico do BC salientou que, no acumulado do ano, houve um crescimento mais significativo do déficit, que atingiu US$ 12,7 bilhões. O resultado da rubrica ajudou no aumento do déficit corrente do trimestre a atingir US$ 19,7 bilhões no primeiro trimestre. A elevação, de acordo com ele, foi de 58,7%. ●

Nós criamos química para um futuro sustentável.

Saiba mais em www.basf.com.br

BASF
We create chemistry

BASF S.A. CNPJ nº 48.539.407/0001-18

www.basf.com.br

Informações Gerais

Senhores e senhoras acionistas, As demonstrações financeiras da BASF S.A. e de suas controladas, referentes às atividades encerradas em 31 de dezembro de 2024, são submetidas à sua apreciação, após as devidas avaliações de auditores independentes. Alguns fatos foram destacados para apoio na interpretação do demonstrativo. O período de 2024 foi de continuidade dos desafios do ano anterior e tivemos um decréscimo nas vendas em quase todos os segmentos nos quais atuamos, exceto em Químicos e Materiais. Essa redução se deve, principalmente, a efeitos cambiais negativos no Brasil. No resultado anual, nosso Market Profit também caiu na comparação com 2023, devido às margens mais baixas, especialmente em Soluções Agrícolas, e a um aumento nos custos fixos em quase todos os segmentos, exceto em Produtos Químicos e Nutrição e Cuidados. Além disso, continuamos a enfrentar a volatilidade política, altas taxas de juros e o aumento das importações de produtos químicos a preços menores da China. Desde setembro de 2024, a BASF vem promovendo a implementação da sua nova estratégia, de forma estruturada e por meio da transparência. Essa abordagem não apenas aumenta a clareza, mas também nos permite manter o foco e impulsionar a transformação com aceleração, sempre que possível. Por meio das alavancas foco, aceleração, transformação e cultura vencedora a empresa impulsionará as mudanças necessárias para implementar a ambição de ser a empresa química preferida para viabilizar a transformação verde de seus clientes. Entre as decisões que irão gerar ainda mais valor para os acionistas, definindo uma nova direção para a orientação do portfólio, foi colocado à venda o negócio de tintas decorativas - marcas Suvinil e Glasu. A transação inclui as fábricas do Demarchi, em São Bernardo do Campo, e Jaboatão dos Guararapes. Nos pilares de clientes e pessoas, a empresa superou todas as nossas metas e se destacou, também, como a performance em termos de sustentabilidade e engajamento social, impactando cerca de 740 mil pessoas.

SOBRE A BASF

Na BASF, criamos química para um futuro sustentável. Combinamos sucesso econômico com proteção ambiental e responsabilidade social. Cerca de 112.000 funcionários no Grupo BASF contribuem para o sucesso de nossos clientes em quase todos os setores e quase todos os países do mundo. Nosso portfólio é composto por seis segmentos: Químicos, Materiais, Soluções Industriais, Tecnologias de Superfície, Nutrição e Cuidados e Soluções Agrícolas. A BASF gerou vendas de € 65.3 bilhões em 2024. As ações da BASF são negociadas na bolsa de valores de Frankfurt (BAS) e como American Depositary Receipts (BASFY) nos Estados Unidos. Mais informações em www.basf.com. **Nota:** em março de 2024 a BASF SA anunciou o início do processo de encerramento das atividades de Tintas Automotivas no Brasil e Argentina que terá duação de até 18 meses. A partir do segundo semestre de 2025 a BASF SA não produzirá mais tintas automotivas nesses países.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024

(Valores expresso em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.129.854	262.514	1.139.110	314.629
Títulos e valores mobiliários	7	232.684	191.755	232.684	191.755
Contas a receber de clientes	8	7.096.351	6.773.863	7.117.849	6.809.651
Estoques	9	3.671.037	4.226.867	3.688.018	4.261.349
Partes relacionadas	13	555.623	484.815	557.276	475.848
Tributos a recuperar	10	342.249	621.559	343.041	719.435
Operações de derivativos	30	1.624.476	-	1.624.805	-
Ativo fiscal diferido	12	-	229.162	-	231.551
Outros créditos	11	177.282	81.615	179.065	89.393
		14.829.556	12.872.150	14.881.848	13.093.611
Não circulante					
Contas a receber de clientes	8	6.174	4.446	6.174	6.050
Tributos a recuperar	10	607.413	546.334	609.461	561.229
Ativo fiscal diferido	12	845.189	721.136	846.519	723.740
Outros créditos	11	148.385	141.192	151.885	145.820
		1.607.161	1.413.108	1.614.039	1.436.839
Investimentos	15	34.723	189.773	907	908
Ativo de direito de uso	16	179.095	168.241	181.275	171.109
Imobilizado	17	2.802.668	2.887.021	2.802.723	2.888.619
Intangível	18	414.448	418.186	414.448	418.186
		5.038.095	5.076.329	5.013.392	4.915.661
Total do ativo		19.867.651	17.948.479	19.895.240	18.009.272

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Fornecedores	20	1.208.814	1.060.550	1.210.167	1.063.477
Empréstimos	19	288.969	318.493	288.969	318.493
Impostos e contribuições a recolher		153.515	137.699	153.892	138.104
Provisões diversas	21	1.425.715	1.455.616	1.427.291	1.458.028
Partes relacionadas	13	7.809.258	6.975.223	7.830.164	7.015.698
Operações de derivativos	30	944.880	241.516	944.880	242.506
Imposto de renda e contribuições a recolher		318.396	307.412	318.396	309.371
Passivos de arrendamentos	16	98.720	105.216	99.732	106.477
Outras contas a pagar	22	155.183	153.709	155.183	157.889
		12.403.450	10.755.434	12.428.674	10.810.043
Não circulante					
Empréstimos	20	-	26.222	-	26.222
Provisão para causas judiciais	23	241.520	192.332	242.522	195.435
Provisão para benefícios a funcionários	24	307.019	256.412	307.214	256.520
Provisões diversas	21	65.781	76.210	65.781	77.386
Provisão para passivo descoberto		-	1.270	-	1.270
Passivos de arrendamentos	16	64.704	83.716	65.872	85.512
Outras contas a pagar	22	19.159	14.978	19.159	14.978
		698.183	651.140	700.548	657.323
Total do passivo		13.101.633	11.406.574	13.129.222	11.467.367
Patrimônio líquido					
Capital social	25	4.628.713	4.628.713	4.628.713	4.628.713
Reserva de capital		99	99	99	99
Reserva legal		282.967	234.165	282.967	234.165
Reserva de incentivos fiscais		624.384	609.115	624.384	609.115
Reservas de lucros		1.283.277	1.101.307	1.283.277	1.101.307
Ajustes de avaliação patrimonial		(53.422)	(31.494)	(53.422)	(31.494)
Total do patrimônio líquido		6.766.018	6.541.905	6.766.018	6.541.905
Total do passivo e do patrimônio líquido		19.867.651	17.948.479	19.895.240	18.009.272

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expresso em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita líquida de vendas	26	21.167.230	20.278.568	21.386.145	20.562.335
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	(14.905.090)	(14.980.302)	(15.066.283)	(15.211.918)
Lucro bruto		6.262.140	5.298.266	6.319.862	5.350.417
(Despesas) receitas operacionais					
Vendas, administrativas e gerais	27	(4.183.726)	(3.978.809)	(4.218.909)	(4.018.768)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	(2.736)	152.608	(2.014)	225.582
Participação nos resultados das controladas	15	15.581	46.063	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		2.091.259	1.518.128	2.098.939	1.557.231
Despesas financeiras	29	(2.539.828)	(2.593.875)	(2.559.419)	(2.617.039)
Receitas financeiras	29	1.809.649	2.181.842	1.828.028	2.201.036
Resultado financeiro líquido		(730.179)	(412.033)	(731.391)	(416.003)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.361.080	1.106.095	1.367.548	1.141.228
Imposto de renda e contribuição social	12	(385.039)	(270.537)	(391.507)	(305.669)
Corrente		(265.806)	(258.438)	(271.487)	(259.049)
Diferido		(119.233)	(12.099)	(120.020)	(46.620)
Lucro líquido do exercício		976.041	835.558	976.041	835.558
Lucro líquido básico e diluído por milhares de ações		0,21	0,18	0,21	0,18

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expresso em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora/Consolidado 2024	Controladora/Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício		**976.041**	**835.558**
Outros componentes do resultado abrangente			
Ganho (perda) atuarial com benefícios a funcionários	24 (a)	(33.223)	43.041
Imposto de renda e contribuição diferidos sobre perda atuarial		11.295	(14.618)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários		(21.928)	28.423
Total do resultado abrangente do exercício		954.113	863.981

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expresso em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas: Reserva legal	Reservas: Reserva incentivos fiscais	Reservas: Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1 de janeiro de 2023		4.938.858	99	(59.917)	192.387	514.363	1.605.182	-	7.190.972
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	835.558	835.558
Ganho atuarial com benefícios a funcionários		-	-	28.423	-	-	-	-	28.423
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	28.423	-	-	-	835.558	863.981
Constituição de reservas	25	-	-	-	41.778	92.334	-	(134.112)	-
Dividendos	25 (g)	-	-	-	-	-	(503.875)	(696.125)	(1.200.000)
Reinvestimento Sudene	25	-	-	-	-	2.418	-	-	2.418
Cisão negócio de Catalisadores	3 (f)	(310.145)	-	-	-	-	-	(5.321)	(315.466)
Em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)		4.628.713	99	(31.494)	234.165	609.115	1.101.307	-	6.541.905
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	976.041	976.041
Perda atuarial com benefícios a funcionários		-	-	(21.928)	-	-	-	-	(21.928)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	(21.928)	-	-	-	976.120	954.113
Constituição de reservas	25	-	-	-	48.802	15.269	911.970	(976.041)	-
Dividendos	25 (g)	-	-	-	-	-	(730.000)	-	(730.000)
Em 31 de dezembro de 2024		4.628.713	99	(53.422)	282.967	624.384	1.283.277	-	6.766.018

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expresso em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023 (Reapresentado)	Consolidado 2024	Consolidado 2023 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.361.080	1.106.095	1.367.548	1.141.228
Depreciação	17	452.510	255.467	452.526	256.574
Amortização	18	28.398	25.074	28.398	25.074
Depreciação e amortização direito de uso	16	64.181	74.485	64.872	75.435
Provisões diversas	21	(40.330)	(115.145)	(42.342)	(115.431)
Provisão para causas judiciais	23	73.896	(24.761)	76.247	(26.458)
Provisão para benefícios a funcionários	24	27.556	16.960	27.643	16.989
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	8	108.830	(55.192)	108.782	(52.361)
Provisão para desvalorização dos estoques	9	(98.781)	143.993	(98.574)	143.651
Resultado de equivalência patrimonial	15	(15.581)	(46.063)	-	-
Variações cambiais com partes relacionadas	29	(758.119)	(251.022)	(758.119)	(258.513)
Juros de empréstimos		(142.903)	(12.290)	(142.595)	(12.290)
Impairment ativo imobilizado	17	13.392	35.158	13.392	35.158
(Ganhos) perdas com o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	30	(1.151.081)	1.125.855	(1.043.996)	1.126.360
Lucro (prejuízo) da alienação de imobilizado	17	1.165	256.960	2.712	256.941
Lucro (prejuízo) da alienação de intangível	18	-	485	-	485
		(75.787)	2.536.059	56.495	2.612.842
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes	8	(406.569)	610.128	(417.104)	629.610
Estoques	9	694.488	296.212	671.905	363.001
Partes relacionadas	13	2.480.323	(1.648.197)	2.518.494	(1.684.385)
Tributos a recuperar	10	466.704	593.252	328.162	552.584
Outros créditos	11	(95.275)	(163.820)	(95.737)	(156.783)
(Ganhos) perdas com o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	30	332.193	(500.459)	226.502	(500.459)
Fornecedores	20	148.085	(268.300)	146.690	(268.689)
Impostos e contribuições a recolher		(152.700)	494.864	15.788	113.937
Provisão para benefícios a funcionários		(10.172)	(16.360)	(10.172)	(16.360)
Outras contas a pagar	22	1.350	(718)	1.349	(717)
Pagamento de causas judiciais		(29.160)	(35.550)	(29.160)	(37.270)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		3.353.479	1.897.110	3.413.212	1.607.311
Imposto de renda e contribuição social pagos		(253.549)	(1.066.540)	(262.416)	(697.152)
Pagamento de juros		(19.037)	(31.991)	(19.037)	(31.991)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		3.080.893	798.579	3.131.759	878.168
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários	7	(40.929)	(53.214)	(40.929)	(53.214)
Aquisição de ativo imobilizado	17	(382.714)	(454.642)	(382.734)	(454.658)
Empréstimos concedidos a coligadas		12.648	60.539	12.648	6.050
Aquisição de ativo intangível	18	(24.660)	(4.045)	(24.660)	(4.045)
Aquisição de investimento em controladas		(1.147)	-	(1.147)	-
Incorporação de investimentos	3	92.523	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(344.279)	(451.362)	(436.822)	(505.867)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos com partes relacionadas		14.632.346	14.663.832	14.632.350	14.663.832
Liquidação de empréstimos		(55.746)	(72.175)	(55.746)	(72.175)
Liquidação de empréstimos com partes relacionadas		(15.510.395)	(13.861.137)	(15.510.395)	(13.861.137)
Pagamento de arrendamento		(100.543)	(75.038)	(101.728)	(75.800)
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos		(730.000)	(1.200.000)	(730.000)	(1.200.000)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(104.937)	(172.078)	(104.937)	(172.078)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		(1.869.275)	(716.596)	(1.870.456)	(717.358)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		867.340	(369.379)	824.481	(345.057)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	262.514	631.893	314.629	659.686
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	1.129.854	262.514	1.139.110	314.629

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Diretoria

Priscila Camara Leal Carvalho de Souza - Presidente **Claus Wunschmann Lenz** - Vice-Presidente Sênior

Contador

Leonardo Franco dos Santos - CRC - SP-335463/O-8

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras - Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BASF S.A. ("Companhia"ou "BASF") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 abrangem a Companhia e duas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo BASF"). A BASF com sede no Estado de São Paulo, tem por objetivo a industrialização e o comércio, a importação e exportação de produtos químicos de qualquer natureza e para quaisquer fins, bem como exercer a representação e participação em outras sociedades. A CA Pesquisa e Comercio de Sementes Ltda. ("CA") na qual a BASF tem 100,00% do controle acionário, tem por objetivo a venda, a distribuição, a comercialização, a importação e exportação, prestação de serviço de consultoria, pesquisa e desenvolvimento de todos os tipos de sementes e extrativos agrícolas. A BASF Coatings S.A. ("Coatings") na qual a BASF tem 99,99% do controle acionário, tem por objetivo à industrialização, comércio, importação e exportação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas, bem como o comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos. Em 2024, as companhias BASF Poliuretanos Ltda. e Wintershall BM C 10, das quais a BASF possuía 99,99% do controle acionário, foram incorporadas pela BASF S.A.

2. EVENTOS SUBSEQUENTES

(i) BASF realiza venda do negócio de tintas decorativas - Suvinil: O Grupo BASF e a Sherwin-Williams assinaram um acordo para a venda da atividade brasileira de tintas decorativas, que faz parte da divisão Coatings da BASF. O preço de compra, numa base de caixa e sem dívidas, é de 1,15 milhões de dólares. A transação foi estruturada como um acordo de ações e inclui as fábricas do Demarchi em São Bernardo do Campo - SP e Jaboatão dos Guararapes - PE, contratos relacionados, as marcas Suvinil e Glasu!, e cerca de mil colaboradores. O negócio teve receita líquida de R$ 2.856 milhões de reais em 2024. Durante o período de transição, a Suvinil e a Sherwin-Williams continuarão a operar de forma independente, até que a venda seja concluída no segundo semestre de 2025, que está sujeita à aprovação das autoridades competentes. **(ii) Conversão de empréstimo em aumento de capital:** Em 15 de abril de 2025, a Companhia converteu seu empréstimo no valor de 550.000.000 de euros (quinhentos e cinquenta milhões euros), correspondente a R$ 3.649.745.000 (três bilhões, seiscentos e quarenta e nove milhões, setecentos e quarenta e cinco mil reais) obtido de partes relacionadas, em capital social. Com esta operação, a obrigação financeira será eliminada do passivo circulante, resultando em um aumento no patrimônio líquido. **(iii) Alteração da razão social da BASF Coatings S.A. para Suvinil Coatings S.A.:** Em 31 de março de 2025, a controlada BASF Coatings S.A. teve sua razão social alterada para Suvinil Coatings S.A.

O relatório do auditor independente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., sem ressalva, datado de 28 de abril de 2025, encontra-se disponível nos endereços eletrônicos: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/ e www.basf.com.br.

Eufrázio

LIVE

e|investidor
ESTADÃO

IMPOSTO DE RENDA 2025

É HOJE!

Tire suas dúvidas com um dos maiores especialistas em direito tributário do país!



O E-Investidor apresenta uma **live exclusiva e gratuita** com **Samir Choaib**. Acompanhe ao vivo!

DIA 29/04
(TERÇA-FEIRA)



Ás 14h no Youtube do E-Investidor

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado e ative o lembrete para ser avisado quando a transmissão começar.





Eufrázio



Pedro Fernando Nery X: @pfnery

Homer Simpson

O primeiro argumento do Homer Simpson é "já estava assim quando eu cheguei aqui". O segundo argumento do Homer Simpson é "a culpa é do outro cara, o que não sabe falar inglês".

*

O ministro Sidônio Palmeira, da Comunicação Social, deu uma entrevista sobre a impopularidade do governo. A primeira resposta que chama atenção é que faltou comunicar a herança que encontraram. "O País estava destruído."

A segunda resposta é que a segurança pública é responsabilidade dos Estados. Ao governo federal caberia cuidar das fronteiras e da Polícia Federal.

*

O ministro Carlos Lupi, da Previdência, deu uma entrevista sobre a operação da Polícia Federal no INSS. A primeira resposta que chama atenção é que receberam como herança uma instituição dilapidada. Os acordos feitos com as associações suspeitas foram firmados até 2022.

A segunda resposta é que cabe à CGU e à PF investigar. "Eu não sou fiscal de diretor." "Não sou Deus." A culpa da crise também é dos bancos, porque "por trás disso" tudo estaria a luta do ministro contra os juros de empréstimos e "o sistema financeiro é um sistema com muito poder".

*

A segurança pública é a principal preocupação dos brasileiros. O governo federal tem responsabilidade, no mínimo porque o problema é em todo o País e os Estados e municípios não têm competência sobre Direito penal, processual penal e, sobre o desenho das polícias, a competência é bem restrita.

> ***Lupi prometeu zerar a fila do INSS. Mas jogou a toalha: 'A fila do INSS nunca vai acabar'***

O roubo dos aposentados pode ter começado em 2022, mas explodiu a partir de 2023. Os acordos estavam firmados, mas não tinham sido escalados.

É verdade que o INSS é complicado, mas é verdade também que o ministro não foi bem-sucedido nas tarefas em que estaria concentrado. Lupi, no dia 1, prometeu zerar a fila do INSS. Depois, jogou a toalha: "A fila do INSS nunca vai acabar". O lado positivo é que os trabalhadores estão a salvo dos descontos ilegais, enquanto estiverem na fila para receber os benefícios.

O governo não consegue articular uma ideia de futuro nem falar para os seus. São trabalhadores que foram roubados no INSS, assim como são trabalhadores que são roubados nas ruas.

Neste 1.º de Maio, alguns vão protestar pelo fim da escala 6x1. É uma pauta justa, de impacto econômico menor do que o alardeado, que dialoga com segmentos conservadores que valorizam a família, que marca contraste com uma oposição que já disse que é contra. É muito melhor do que falar de herança.

O colunista é a favor do fim da escala 6x1. O Homer Simpson seria também. ●

PROFESSOR DE ECONOMIA DO IDP E AUTOR DO LIVRO 'EXTREMOS - UM MAPA PARA ENTENDER AS DESIGUALDADES NO BRASIL'

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça ● TER. Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● QUA. Fábio Alves ● QUI. Alvaro Gribel ● SEX. Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● SAB. Fabio Gallo ● DOM. José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**, Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

IMPERDÍVEL
LEILÃO DE IMÓVEIS
EXCELENTE TERRENO

VILA AMÁLIA
SÃO PAULO/SP

DESOCUPADO

08/05 ÀS 11H
SOMENTE ONLINE

TERRENO COM 1.000M²

LANCE INICIAL: R$1.380.000

TERRENO APROVADO PARA INCORPORAÇÃO DE PRÉDIO. TERRENO LIMPO E PLANO, DE ESQUINA, COM 1.000M² E PROJETO APROVADO NA PREFEITURA DE SÃO PAULO PARA EDIFÍCIO DE 49 APARTAMENTOS, 100% ENQUADRADOS NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA. PRONTO PARA INCORPORAÇÃO/LANÇAMENTO IMEDIATO.

SÃO PAULO/SP. VILA AMÁLIA. UM TERRENO SITUADO NA RUA ELZA GUIMARÃES Nº 717, ESQUINA COM A RUA TITO NICOLAU, LOTES Nº 102, 103,104 E 105 DA VILA AMÁLIA, COM ÁREA DE 1.000M². MATRÍCULA SOB Nº 154.698 DO 3º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO/SP. INSCRIÇÃO MUNICIPAL – 305.020.0105-1. IMÓVEL POSSUI ALVARÁ DISPONÍVEL PARA CONSTRUÇÃO IMEDIATA SOB O NÚMERO 2021/06303-00 PUBLICADO EM 08/10/2021. TERRENO LIMPO E PLANO, DE ESQUINA, COM 1.000M2 E PROJETO APROVADO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO PARA EDIFÍCIO DE 49 APARTAMENTOS, 100% ENQUADRADOS NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA. PRONTO PARA INCORPORAÇÃO/LANÇAMENTO IMEDIATO. DESOCUPADO. É PERMITIDA A VISITAÇÃO, QUE DEVERÁ SER PREVIAMENTE AGENDADA COM SR. EMERSON PELO NÚMERO TEL: 11 - 2464-6460 / CELULAR 11 - 97777-0753 OU ATRAVÉS DO E-MAIL AF@SODRESANTORO.COM.BR.

CONSULTE O EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.SODRESANTORO.COM.BR. PARA AGENDAR VISITAS AOS IMÓVEIS DISPONÍVEIS PARA VISITAÇÃO OU ESCLARECER DÚVIDAS, ENTRE EM CONTATO PELO TELEFONE (11) 2464-6460.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Relatório Focus **Ainda alta**

Mercado volta a reduzir projeção para a inflação

A mediana do relatório Focus para o IPCA de 2025 caiu de 5,57% para 5,55%, a segunda baixa seguida. Agora, está 1,05 ponto porcentual acima do teto da meta, de 4,5%. Para 2026, a projeção do IPCA passou de 4,50% para 4,51%, também além do teto da meta.

O Banco Central espera que o IPCA some 5,1% em 2025 e 3,7% em 2026, conforme a trajetória divulgada no último Relatório de Política Monetária (RPM). A autarquia trabalha com o terceiro trimestre de 2026 como horizonte relevante, mas o período deve mudar para o fim do ano que vem na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), marcada para 6 e 7 de maio.

A mediana para a Selic no fim de 2025 permaneceu em 15,0% pela 16.ª semana seguida – sugerindo que os juros terão de subir 0,75 ponto porcentual acima do nível atual, de 14,25%.

A mediana para o crescimento do PIB em 2025 se manteve em 2,0%. Um mês antes, era de 1,97%. ● FERNANDA TRISOTTO/BRASÍLIA

Tributação Isenção maior do IR

Para secretário da Fazenda, elevar tributo de bancos prejudicaria crédito

Secretário de Reformas do Ministério da Fazenda afirma que taxar a alta renda é medida mais eficaz de compensação

AMANDA PUPO
FERNANDA TRISOTTO
BRASÍLIA

Elevar a tributação sobre os bancos para compensar parte da isenção ampliada do Imposto de Renda para pessoas físicas, para até R$ 5 mil, como proposto pelo Partido Progressista (PP), é uma alternativa "injusta" que pode tornar o crédito mais caro à população. A avaliação é do secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, para quem, em essência, a proposta feita pelo PP acaba tendo um efeito "regressivo" e vai prejudicar as classes mais pobres.

"Pode parecer que a gente estaria fazendo justiça, mas na verdade estaria fazendo injustiça, na minha visão. No Brasil, por definição, quem mais toma crédito são os mais pobres. Aumentar a tributação dos bancos nesse momento, quando ela já é bastante alta, fora de qualquer padrão mundial, eu temo que isso teria um efeito regressivo", disse o secretário em entrevista ao *Estadão/Broadcast*.

A proposta do PP, partido do relator do projeto, Arthur Lira (AL), elevaria em 5% a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), paga por instituições financeiras com lucro líquido anual superior a R$ 1 bilhão, para compensar parte da renúncia fiscal do aumento da faixa de isenção do IR – cuja proposta, na forma de um projeto de lei, foi enviada pelo governo ao Congresso no mês passado. A sigla ainda sugeriu outras medidas, como um corte horizontal em benefícios fiscais.

A Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) já criticou publicamente a sugestão de alta na tributação sobre a CSLL.

O Ministério da Fazenda tem batido na tecla de que o modelo de compensação proposto pelo governo é o mais justo ao efetivamente cobrar de pessoas físicas de mais alta renda que pagam pouco IR.

O auxiliar do ministro Fernando Haddad (Fazenda) reforçou esse ponto e argumentou que a tributação do imposto mínimo é até mais "popular" que a isenção ampliada a quem ganha até R$ 5 mil.

"As pessoas se sentem injustiçadas. Todo mundo paga o imposto de um lado e aquele que ganha mais não paga, não faz sentido", disse Pinto.

CONVENCIMENTO. Pela fórmula da Fazenda, quem ganha acima de R$ 50 mil por mês pagará um imposto mínimo de até 10%, cuja cobrança efetiva é regulada com os tributos já pagos pelas empresas – se ultrapassar uma carga de 34% (para a maioria dos setores), haverá devolução. Segundo o secretário, a pasta tem tido conversas informais com parlamentares para explicar esse modelo, o que tem elevado o nível de entendimento e, em consequência, o apoio ao projeto, segundo ele.

LUCRO PRESUMIDO E SIMPLES. A aferição com base na tributação do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), contudo, fez tributaristas levantarem preocupações sobre o impacto em quem é remunerado por empresas que fazem parte do regime de lucro presumido e do Simples, cujas alíquotas efetivas médias são de 11% e 6%, respectivamente, portanto, menores ainda em relação ao lucro real.

Sobre essa questão, Marcos Pinto afirmou que essas companhias continuarão a apurar o IR e a CSLL da mesma forma e argumentou que são "muito poucos" os empresários do Simples que recebem mais de R$ 600 mil por ano e que, portanto, serão afetados. Segundo ele, os dados mais detalhados estão com a Receita Federal. No caso do lucro presumido, esse número aumenta, admite ele, já que o limite anual de faturamento é de R$ 78 milhões, ante R$ 4,8 milhões do Simples.

Mesmo assim, o secretário defende que a alíquota combinada ainda será menor do que o IR cobrado de empresas em "qualquer país desenvolvido".

"Numa média de alíquota do (*lucro*) presumido em 11%, somado ao imposto mínimo máximo de 10%, seria uma alíquota combinada de 21%. Ela é mais baixa do que a alíquota de imposto de renda de pessoa jurídica de qualquer país desenvolvido", disse. "Na média, o lucro presumido vai continuar sendo vantajoso em relação ao lucro real", concluiu. ●

Hugo Motta diz que não há definição de como será compensação

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse ontem que ainda não há sinalização sobre como se dará a compensação para o projeto que amplia a isenção do Imposto de Renda. As declarações foram dadas durante o evento J. Safra Macro Day 2025, em São Paulo. Segundo Motta, o relator do projeto, Arthur Lira (PP-AL), deve dialogar com os demais deputados sobre a proposta.

"Achar que o Congresso não vai mexer na proposta é uma opção completamente fora daquilo que é a realidade de política hoje dentro da Câmara", afirmou Motta.

O parlamentar disse que ainda não há decisão, por exemplo, sobre qual princípio deverá ser adotado: o da noventena ou o da anualidade – período de tempo para a entrada em vigor da medida, para que não haja surpresa na majoração do tributo.

"Do ponto de vista daquilo que será feito, dependendo tecnicamente de qual caminho venha a ser escolhido, será necessário ou um período de noventena, ou o período da anualidade, dependendo das mudanças que sejam feitas", declarou. ● VICTOR OHANA/BRASÍLIA

> ***"No Brasil, por definição, quem mais toma crédito são os mais pobres. Aumentar a tributação dos bancos nesse momento, quando ela já é bastante alta, fora de qualquer padrão mundial, eu temo que isso teria um efeito regressivo"***
> **Marcos Pinto**
> Secretário de Reformas do Ministério da Fazenda

COLUNA FIABCI-BRASIL



INFORME PUBLICITÁRIO

SÃO PAULO, 29/04/2025

Multifamily: o novo ciclo da habitação urbana no Brasil

A busca por soluções habitacionais mais dinâmicas, acessíveis e alinhadas ao estilo de vida urbano reacende no Brasil um modelo que já é consolidado em mercados maduros como o dos Estados Unidos: os empreendimentos multifamily.

Esse formato, em que edifícios inteiros são destinados exclusivamente à locação residencial sob a gestão de um único proprietário ou operador, existe há mais de um século em países como os EUA — onde cerca de 40 milhões de pessoas vivem em imóveis desse tipo. No Brasil, embora o termo seja recente, o conceito não é exatamente novo: já tivemos, em décadas passadas, edifícios de aluguel com características semelhantes, ainda que sem a atual sofisticação em gestão e infraestrutura.

O que diferencia o multifamily contemporâneo é a forma como ele responde a uma demanda crescente por praticidade, serviços integrados e vida em comunidade. Esses empreendimentos geralmente oferecem espaços compartilhados, como lavanderias, coworkings, academias e áreas de lazer, além de soluções de segurança e manutenção centralizadas — tudo pensado para um público que valoriza conveniência, mobilidade e flexibilidade.

Outro aspecto relevante é o compromisso com a sustentabilidade. Muitos desses projetos já nascem com foco em eficiência energética, uso de materiais de menor impacto ambiental e práticas que incentivam o consumo consciente e o compartilhamento de recursos.

Do ponto de vista do investidor, o modelo representa uma alternativa estratégica: trata-se de um ativo com múltiplas unidades locáveis, o que proporciona diversificação de receita, ocupação estável e gestão profissional. Segundo levantamento da CBRE Brasil, já em 2021, havia mais de 10 mil unidades multifamily em construção no país — reflexo do potencial de expansão. A mesma pesquisa indicava que 70% dos investidores pretendiam alocar recursos nesse segmento até 2024.



Modelo consolidado no exterior ganha força no país e aponta caminhos para um mercado de locação mais profissional, dinâmico e sustentável

Além disso, dados da Pnad Contínua (IBGE) mostram que 21,1% dos domicílios brasileiros são alugados. Essa realidade abre caminho para a institucionalização de um mercado de locação ainda muito pulverizado, tradicionalmente marcado por relações informais entre locadores e inquilinos.

O multifamily, portanto, não é apenas uma tendência passageira, mas uma resposta estrutural às transformações urbanas e aos novos modos de habitar. Cabe aos agentes do setor imobiliário — profissionais, investidores e formuladores de políticas públicas — observar com atenção esse modelo, aprender com as experiências internacionais e adaptá-lo à realidade brasileira de forma inteligente, ética e sustentável.



CONFIRA AS NOSSAS COLUNAS

Coluna publicada às terças-feiras sob responsabilidade da ***FIABCI-BRASIL*** *(Federação Internacional Imobiliária) Tel: (11) 5078-7778 - www.fiabci.com.br - Produção gráfica:* ***Publicidade Archote***

Trabalho Jornada menor

Presidente da Câmara diz que PEC 6x1 será pautada

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou ontem que as discussões sobre a redução da escala de trabalho devem começar na Câmara nos próximos dias. A ideia, disse, é dar "tratamento institucional" à proposta de emenda à Constituição que propõe o fim da jornada de seis dias de trabalho semanais (6 por 1).

Motta disse ainda que, apesar de ser simpática para a população, é preciso verificar o seu "impacto negativo" e a "viabilidade" da medida. "Não dá também para ficar vendendo sonho, sabendo que esse sonho não vai se realizar. Eu acho que isso é uma falta de compromisso com o eleitor", afirmou, acrescentado que a Câmara deve procurar uma "condução equilibrada e serena" das votações. ● VICTOR OHANA/BRASÍLIA

EMBRAESP
AVALIAÇÃO DE MERCADO
www.embraesp.com.br
(11) 3665-1590

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

Eufrázio

CSBRASIL

CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.



CNPJ/MF nº 10.965.693/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas: A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda., cumprindo as disposições legais e estatuárias, submete à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras, bem como as notas explicativas e parecer do auditor independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

AVISO: 1.) As Demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeiras e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. **2.)** As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/ - Jornal "O Estado de S.Paulo"/Estadão RI - Edição de 29 de abril de 2025.

BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	53.631	6.319	58.094	6.851
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	5	333.866	91.916	336.199	103.174
Contas a receber	6	113.527	114.580	236.079	114.490
Estoques		3.447	3.133	4.910	3.133
Ativos de frota disponibilizados para venda	8	30.554	35.393	30.554	35.393
Tributos a recuperar	7	16.600	11.707	23.141	11.707
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	21.3	49.555	34.709	64.952	34.807
Dividendos a receber		163	–	163	–
Partes relacionadas	22.1	13.273	–	13.297	–
Despesas antecipadas		2.483	1.646	2.852	1.973
Adiantamento de terceiros		4.734	4.221	15.007	4.226
Outros créditos	9	23.117	27.213	23.455	27.188
		644.950	**330.837**	**808.703**	**342.942**
Ativo não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	28.2b	27.222	8.717	27.222	8.717
Contas a receber	6	214.775	180.236	214.776	180.236
Tributos a recuperar	7	11.826	11.826	11.826	11.826
Partes relacionadas	22.1	121.901	199.427	121.901	199.427
Depósitos judiciais	20	6.351	4.146	6.359	4.146
Outros créditos	9	281	238	281	238
		382.356	**404.590**	**382.365**	**404.590**
Investimentos	10	78.555	49.110	39.465	34.797
Imobilizado	11	460.487	475.395	554.630	475.652
Intangível	12	3.413	3.709	21.786	10.756
		924.811	**932.804**	**998.246**	**925.795**
Total do ativo		**1.569.761**	**1.263.641**	**1.806.949**	**1.268.737**

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Passivo circulante					
Fornecedores	13	54.084	73.685	81.027	74.410
Empréstimos e financiamentos	14	92.280	2.824	92.343	2.826
Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	15	12.861	14.250	12.861	14.250
Arrendamentos a pagar por direito de uso	16	82	84	9.418	84
Obrigações sociais e trabalhistas	17	42.030	34.527	55.091	34.835
Tributos a recolher		37.078	20.995	46.447	21.050
Adiantamentos de clientes	18	9.719	21.570	29.724	21.570
Outras contas a pagar	22	10.501	3.902	10.823	3.899
		258.635	**171.837**	**337.734**	**172.924**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	178.000	79.819	201.285	79.819
Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	15	–	11.591	–	11.591
Arrendamentos a pagar por direito de uso	16	4.294	7.647	90.763	7.647
Instrumentos financeiros derivativos	28.2b	44.719	29.477	44.719	29.477
Obrigações trabalhistas		879	490	885	490
Provisão para demandas judiciais e administrativas	20.2	9.343	2.562	9.343	2.562
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.1	83.545	74.638	96.744	74.638
Partes relacionadas	22.1	106.025	105.909	106.025	105.909
Total do passivo não circulante		**426.805**	**312.133**	**549.764**	**312.133**
Total do passivo		**685.440**	**483.970**	**887.498**	**485.057**
Patrimônio líquido					
Capital social	23.1	830.789	675.714	830.789	675.714
Reservas de capital	23.2	1.196	1.196	1.196	1.196
Reservas de lucros	23.3	51.422	99.536	51.422	99.536
Avaliação patrimonial	23.4	914	3.225	914	3.225
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**884.321**	**779.671**	**884.321**	**779.671**
Participação de não controladores	23.5	–	–	35.130	4.009
Total do patrimônio líquido		**884.321**	**779.671**	**919.451**	**783.680**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.569.761**	**1.263.641**	**1.806.949**	**1.268.737**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	24	**522.238**	**583.850**	**788.348**	**583.774**
Custo de venda, locação e prestação de serviços	25	(361.382)	(339.488)	(529.114)	(340.583)
Custo de contratos de concessão e parcerias público-privadas	25	–	–	(21.760)	–
Custo de venda de ativos desmobilizados	25	(80.394)	(134.634)	(80.394)	(134.558)
Total do custo de venda, locação, prestação de serviços, venda de ativos desmobilizados e contratos de concessão		**(441.776)**	**(474.122)**	**(631.268)**	**(475.141)**
Lucro bruto		**80.462**	**109.728**	**157.080**	**108.633**
Despesas comerciais	25	(5.534)	(1.516)	(5.598)	(1.516)
Despesas administrativas	25	(23.740)	(28.927)	(46.485)	(31.068)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber	25	2.225	(4.394)	2.225	(4.394)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	31.647	(3.186)	31.639	(3.186)
Resultado de equivalência patrimonial	10	22.475	3.768	8.068	5.264
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		**107.535**	**75.473**	**146.929**	**73.733**
Receitas financeiras	26	40.234	22.172	43.348	24.036
Despesas financeiras	26	(54.189)	(43.979)	(61.302)	(43.994)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**93.580**	**53.666**	**128.975**	**53.775**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	21.2	(5.108)	(7.096)	(8.856)	(7.704)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21.1	(8.907)	(9.965)	(22.106)	(9.965)
Total do imposto de renda e da contribuição social		**(14.015)**	**(17.061)**	**(30.962)**	**(17.669)**
Lucro líquido do exercício		**79.565**	**36.605**	**98.013**	**36.106**
Atribuído aos:					
Acionistas controladores		–	–	79.565	36.605
Acionistas não controladores		–	–	18.448	(499)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**79.565**	**36.605**	**98.013**	**36.106**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**79.565**	**36.605**	**98.013**	**36.106**
Atribuído aos:				
Acionistas controladores	–	–	79.565	36.605
Acionistas não controladores	–	–	18.448	499

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	21.1	93.580	53.666	128.975	53.775
Ajuste para:					
Resultado de equivalência patrimonial	10,1	(22.475)	(3.768)	(8.068)	(5.264)
Depreciação e amortização	25	31.855	29.251	49.409	29.258
Custo de venda de ativos desmobilizados	25	80.394	134.634	80.394	134.558
Provisão para demandas judiciais e administrativas	20.2	6.781	9.128	6.781	9.128
Baixas de outros ativos imobilizados	8, 11 e 12	14.247	3.479	14.575	3.479
Provisão (reversão) perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6.1	(2.225)	4.394	(2.225)	4.394
Perda (ganho) com valor justo de instrumentos financeiros derivativos	26	7.494	1.203	7.494	1.203
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos	26	34.674	18.323	41.672	18.323
		244.326	**250.310**	**319.008**	**248.854**
Contas a receber		(31.261)	60.898	(153.904)	60.988
Estoques		(314)	1.734	(1.777)	1.734
Tributos a recuperar		(4.893)	7.337	(11.434)	7.337
Fornecedores		(19.601)	(11.545)	6.617	(10.820)
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher		23.975	(15.579)	46.048	(28.462)
Adiantamento de clientes		(11.851)	11.670	8.154	11.670
Outras contas a pagar		6.599	(11.888)	6.924	(17.519)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes		(2.875)	(89)	(13.578)	18.078
Variações no capital circulante líquido operacional		**(40.221)**	**42.538**	**(112.950)**	**43.006**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	21.2.a	(19.954)	7.096	(39.001)	7.704
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos	15 e 16	(23.048)	(16.019)	(32.559)	(16.019)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	30.1	(101.977)	–	(102.417)	–
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		(241.950)	41.333	(233.025)	30.075
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		**(182.824)**	**325.258**	**(200.944)**	**313.620**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	11 e 12	(3.149)	(144.954)	(15.541)	(149.911)
Aporte de capital em controladas	10.1	(10.370)	–	–	–
Aporte de capital de não controladores		–	–	12.673	–
Partes relacionadas (assunção de dívida)			(119.816)		(119.816)
Dividendos recebidos		2.002	–	2.002	–
Recebimento de mútuo com coligada		68.000	–	68.000	–
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento		**56.483**	**(264.770)**	**67.134**	**(269.727)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital		130.000	–	155.075	–
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	14	178.000	–	201.216	–
Pagamentos de instrumentos derivativos de hedge		(10.757)	(10.511)	(10.757)	(10.511)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(103.677)	(4.609)	(128.752)	(4.609)
Amortização de empréstimos e financiamentos e arrendamentos a pagar	15 e 16	(19.913)	(43.261)	(31.728)	(43.261)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**173.653**	**(58.381)**	**185.054**	**(58.381)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**47.312**	**2.107**	**51.243**	**(14.488)**
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do período	4	6.319	4.212	6.851	21.339
No final do período	4	53.631	6.319	58.094	6.851
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**47.312**	**2.107**	**51.243**	**(14.488)**

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Reserva de lucros: Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**675.714**	**1.196**	**68.615**	–	**3.225**	**748.750**	**4.508**	**753.258**
Lucro líquido do período		–	–	–	36.605	–	36.605	(499)	36.106
Retenção de lucros		–	–	36.605	(36.605)	–	–	–	–
Transações com pagamento baseado em ações		–	–	–	–	–	–	–	–
Ajuste de exercícios anteriores		–	–	(1.075)	–	–	(1.075)	–	(1.075)
Dividendos intermediários		–	–	(4.609)	–	–	(4.609)	–	(4.609)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**675.714**	**1.196**	**99.536**	–	**3.225**	**779.671**	**4.009**	**783.680**
Aporte de capital	1.1.1	155.075	–	–	–	–	155.075	–	155.075
Lucro líquido do exercício		–	–	–	79.565	–	79.565	18.448	98.013
Distribuição de dividendos	23.3.1	–	–	(99.252)	–	–	(99.252)	–	(99.252)
Distribuição de juros sobre capital próprio	23.3.1	–	–	–	(29.500)	–	(29.500)	–	(29.500)
Retenção de lucros	23.3	–	–	50.065	(50.065)	–	–	–	–
Reclassificação	23.4	–	–	1.073	–	(1.073)	–	–	–
Outras movimentações	23.4	–	–	–	–	(1.238)	(1.238)	–	(1.238)
Total de contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas		155.075	–	(48.114)	–	(2.311)	104.650	18.448	123.098
Alteração de participações em controladas									
Aporte de capital de não controladores em controladas	1.2c	–	–	–	–	–	–	12.673	12.673
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**830.789**	**1.196**	**51.422**	–	**914**	**884.321**	**35.130**	**919.451**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("Companhia" e/ou "CS Brasil Transportes") é uma Companhia limitada controlada direta da CS Holding e Locação S.A. ("CS Holding"), que por sua vez é controlada direta da Simpar. A sede da Companhia é na Avenida Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: operações de transporte rodoviário de passageiros no âmbito municipal; coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial; limpeza pública em ruas, logradouros e imóveis em geral, públicos ou privados, incluindo-se varrição, capina manual, mecânica e química, roçada, poda e extração de árvores; execução e conservação de áreas verdes; limpeza e manutenção de bueiros, córregos, rios e canais; locação de veículos leves e pesados, para órgãos públicos; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva) e venda de veículos. A Companhia é uma controlada indireta da Simpar S.A. ("Grupo Simpar") que possui 100% das cotas. A CS Brasil Transportes possui contratos de consórcio para operação de transporte de passageiros através da controlada em conjunto BRT Sorocaba Concessionária de Serviços Públicos SPE S.A. ("BRT Sorocaba Concessionárias"). O contrato de concessão foi assinado em 9 de fevereiro de 2018 com vigência de 20 anos. Em 13 de junho de 2022, a Companhia venceu a proposta apresentada pelo Consórcio CS Mobi Cuiabá e, em 20 de dezembro de 2022, foi assinado o contrato de concessão para revitalização das vias e logradouros públicos da região central da cidade de Cuiabá; revitalização e gestão do Mercado Municipal; implementação, operação, gestão e manutenção do sistema do mobiliário urbano; e implementação, operação, gestão e manutenção do sistema de estacionamento rotativo do município. A partir de então foi criada a Sociedade de Propósito Específico (SPE) denominada Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. ("CS Cuiabá"). A concessão possui prazo de 30 anos e deu início à operação no primeiro trimestre de 2024. Em 07 de fevereiro de 2024, por meio de sua controlada Ciclus Amazônia S.A. ("Ciclus Amazônia"), constituída em 24 de janeiro de 2024, foi assinado contrato de concessão para prestação de serviços públicos especializados de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no município de Belém, conforme detalhado na nota explicativa 1.2.c. **1.1 Acontecimentos relevantes do exercício: 1.1.1 Aumento de capital:** Nos dias 24 e 30 de dezembro de 2024, foram aprovados aportes de capital nos montantes de R$ 25.075 e R$ 130.000, respectivamente. Foram criadas 155.075.000 (cento e cinquenta e cinco milhões, setenta e cinco mil) quotas sociais, todas de titularidade da CS Brasil Holding S.A. **1.1.2 Acordo de pagamentos com cliente Comlurb:** A Companhia realizou, no mês de abril de 2024, 3 acordos com o cliente Comlurb, totalizando R$ 101.390, a título de parcelamento de pagamentos atrasados e reajuste tarifário. Os pagamentos serão realizados da seguinte forma: R$ 12.248 no ato, R$ 55.443 em 30 parcelas mensais de R$ 1.848 a partir de maio de 2024 e R$ 33.699 em 1 parcela paga no ato no valor de R$ 8.305 e 7 parcelas anuais de 3.628 a partir de maio de 2025. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo a receber remanescente dos acordos é de R$ 67.901 **1.2 Relação de participação em entidades controladas e controlada em conjunto:** As participações percentuais da Companhia em sua controlada em conjunto e consórcio no exercício de ano de 2024 são as seguintes:

Razão social	País-sede	Atividade operacional	31/12/2024 Participação direta %	31/12/2024 Participação indireta %	31/12/2023 Participação direta %	31/12/2023 Participação indireta %
BRT Sorocaba Concessionárias (a)	Brasil	Transporte municipal de passageiros	–	49,75	–	49,75
Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. (b)	Brasil	Revitalização, implementação, gestão e operação de mobiliário urbano	75,00	–	75,00	–
Ciclus Amazônia S.A. (c)	Brasil	Serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	45,00	–	–	–

a) BRT Sorocaba Concessionárias: O BRT Sorocaba Concessionárias de Serviços Públicos SPE S.A. ("BRT Sorocaba") é uma sociedade anônima fechada, controlada em conjunto com outros sócios, com sede na Av. Antônio Carlos Comitê, 540, Parque Campolim - Sorocaba, São Paulo, que tem como atividades preponderantes de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e administração de obras. O contrato de concessão foi assinado em 9 de fevereiro de 2018 com vigência de 20 anos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aumentou sua participação na BRT Sorocaba Concessionárias de 49,25% para 49,75% mas não possui o controle. **b) Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. ("CS Mobi"):** Em 20 de dezembro de 2022, foi assinado contrato de concessão para revitalização das vias e logradouros públicos da região central da cidade de Cuiabá; revitalização e gestão do Mercado Municipal; implementação, operação, gestão e manutenção do sistema do mobiliário urbano; e implementação, operação, gestão e manutenção do sistema de estacionamento rotativo do município. A CS Brasil possui 75% de participação na sociedade. **c) Concessionária Ciclus Amazônia S.A. ("Ciclus Amazônia"):** Em 24 de janeiro de 2024, foi constituída a Concessionária Ciclus Amazônia S.A. tendo a CS Brasil como acionista controlador com 45% de participação e aporte de R$ 10.370, visto que é a responsável pela gestão e tomada de decisões operacionais do negócio. Os acionistas não controladores realizarem aporte de R$ 12.673 por 55% de participação. Em 07 de fevereiro de 2024, foi assinado o contrato de concessão 01/2024/PMB, junto à Prefeitura Municipal de Belém, para serviços públicos especializados de manejo de resíduos sólidos, serviços de limpeza urbana das principais avenidas e pontos turísticos do município. O contrato possui prazo de concessão de 30 (trinta) anos com possibilidade de prorrogação, condicionada a razões de interesse público a serem fundamentadas. **1.3 Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** O Grupo Simpar para orientar suas controladas, desde 2022 é mantida uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação em razão do cenário de mudanças climáticas. Pelo quinto ano consecutivo, o Grupo recebeu o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. A certificação indica grau máximo de transparência no relato das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). De maneira anual, o Grupo elabora, divulga e tem auditado por terceiros o seu inventário, que engloba os escopos 1, 2 e 3. O reporte é continuamente aprimorado e tem por objetivo monitorar e gerenciar as emissões, visando à adoção de medidas de mitigação eficazes. O Grupo possui meta pública de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030. Essa meta está comprometida às emissões dos *Sustainability-Linked Bond* (SLB) em 2021. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (*Tank-to-Wheel*) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (*upstream*) e a categoria 13 considera as emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora). A intensidade leva em consideração a receita líquida em milhões de reais das empresas do Grupo. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação trimestral ao Comitê de Sustentabilidade do Grupo, e são considerados como parte do plano de atingimento da meta os seguintes fatores: • Manutenção de baixa idade média da frota e uso de tecnologias mais recentes; • Portfólio de produtos, equipamentos e caminhões elétricos, e preparados para utilização de biogás; • Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos internos, com campanha de comunicação envolvendo os consumidores; • Uso de telemetria para melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível e otimizando a frota; • Ampliação da participação de fontes de energia renováveis na matriz energética, para minimizar as emissões de Escopo 2. Consequentemente, a CS Brasil renova anualmente sua frota, com a aquisição de veículos que atendam aos mais atuais requisitos ambientais. Os efeitos da renovação da frota estão demonstrados na nota explicativa 11. **1.4 Reforma Tributária sobre o consumo**: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS")

continua →

← continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS.

2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "CPC"): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 25 de abril de 2025. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados no caixa e equivalente de caixa, além dos títulos e aplicações financeira (Nota 2.16) tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 2.21. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apresentadas em Reais ("R$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico de suas operações. Os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Base de consolidação: a) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **b) Operação em conjunto:** A operação em conjunto existe quando as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. **c) Investimentos em entidades controladas em conjunto:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades com controle conjunto (joint venture). Controle conjunto existe quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há controle conjunto. **d) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados à mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. **2.6 Contratos de concessão:** Os contratos de concessão convergem para o reconhecimento de dois tipos de ativos: financeiro e intangível. Ativos intangíveis são mensurados através da representatividade da estimativa de receita acessória com relação a receita total estimada e sua vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa em 31 de dezembro de 2024, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelos valores justos e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. b) Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo a outros resultados abrangentes VJORA se atender ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. A Companhia opta por registrar a variação do valor justo dos seus instrumentos patrimoniais, quando não possui controle, controle compartilhado e influência significativa, em outros resultados abrangentes. c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultado abrangentes como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Os contratos de concessão da Companhia são de longo prazo e sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment, a Administração revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **2.7 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro da Companhia, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses. **2.8 Ativos de frota disponibilizados para venda (Estoque de veículos para venda):** Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços de locação a Companhia renova constantemente sua frota. Os veículos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativos de frota disponibilizados para venda". Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. **2.9 Imobilizado**: **a) Reconhecimento e mensuração:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *("impairment")*, quando aplicável. Também fazem parte do Imobilizado, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. **b) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com o tipo de bem comprado, o valor pago, a data e o valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de bens utilizados diretamente na prestação de serviços de locação compõe o custo da prestação de serviços de locação e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. A Companhia adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstradas na nota explicativa 11. **d) Redução ao valor recuperável ("*impairment*"):** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram observados indicativos, os quais a Companhia fosse requerida a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável. **2.10 Intangível: 2.10.1** ***Softwares:*** As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.10.2 Concessões:** A controlada CS Mobi possui um contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão, para a revitalização das vias e logradouros públicos da região central, gestão do Mercado Municipal Miguel Sutil com implementação, operação, e manutenção de estacionamento rotativo e de mobiliário urbano, com foco na melhoria da mobilidade urbana municipal. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos com possibilidade de prorrogação. O contrato converge a um modelo híbrido, que resulta no reconhecimento de ativos financeiros e intangíveis. Os ativos intangíveis são mensurados através da representatividade da estimativa de receita acessória em relação a receita total estimada e é amortizada ao longo da vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda pro redução do valor recuperável sempre que houver indicativos de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados ao final de cada exercício social. Ativos intangíveis com vida indefinida são testados em relação à perda por redução de valor recuperável anualmente. O contrato de concessão é de longo prazo e sujeito a discussões e reequilíbrio financeiro junto ao poder concedente. Em 31 de dezembro de 2024, a amortização destes ativos foi reconhecida como despesa nas demonstrações de resultado. **2.11 Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2). **(i) Como arrendatária:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS / COFINS; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor:** A Companhia classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 06 (R2), tais como: • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); • exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **(ii) Como arrendadora:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a Companhia atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando a Companhia é uma arrendadora intermediária ela contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ela avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatária contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ela classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato. A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento (nota 2.8 (d)). A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. **2.12 Ativos reconhecidos a partir dos custos para o cumprimento de um contrato:** A Companhia reconhece ativos relacionados aos custos para o cumprimento de exigências estabelecidas no edital e são tratados no escopo do CPC 47/IFRS15 - Receita de contrato com Cliente, apresentados no balanço patrimonial na rubrica "ativos para cumprimento de contratos" no ativo circulante e não circulante, uma vez que não são elegíveis para reconhecimento como ativos sob nenhuma outra norma contábil. A Companhia utiliza as principais premissas para avaliar os ativos contratuais: (a) custos atrelados diretamente ao edital ou ao contrato previsto que a entidade pode especificamente identificar, como por exemplo custos relativos a serviços a serem prestados de acordo com a renovação de contrato existente ou custos para projetar o ativo a ser transferido, de acordo com contrato específico; (b) custos que geram ou aumentam os recursos da entidade para cumprimento das obrigações de desempenho no futuro; e (c) espera-se que os custos sejam recuperados. O ativo é amortizado pelo método linear ao longo do contrato específico ao qual está relacionado, de forma consistente com o padrão de reconhecimento da receita associada e as amortizações foram reconhecidas como custo de prestação de serviços durante o exercício de 2024. **2.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos ("IRPJ e CSLL"):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **2.14 Provisões gerais:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.15 Provisão para demandas judiciais e administrativas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.16 Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. A Companhia utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "*ad hoc*". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras classificados ao custo amortizado, a metodologia de "*impairment*" aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 6.1.a (ii) é detalhado como a Companhia determina se houve um aumento significativo no risco de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto após 24 meses e validação do Comitê Financeiro, que avalia individualmente os clientes com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **2.17 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e concessão de serviço público. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao: - Custo amortizado: quando os ativos e passivos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e - Valor justo por meio do resultado ("VJR"): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Estimativa do valor justo:*** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação. • Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). **2.18 Receitas de contrato com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **2.18.1 Receita de locação:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** locação de veículos para gestão e terceirização de frotas. As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à locação, onde os valores anteriormente provisionados mediante a competência são estornados, conforme boletim de medição aprovado pelo cliente e **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2):** é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente. **2.18.2 Receita de venda de ativos desmobilizados: a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** após o término do contrato de locação com seus clientes, a Companhia desmobiliza e vende os veículos que ficam disponibilizados em seus pátios e através de plataforma de venda online. Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando da entrega, mediante a transferência de risco. As faturas emitidas, são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** a receita de veículos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. **2.18.3 Receita de contraprestação pecuniária: a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** conforme previsto em contrato de concessão, os poderes concedentes remuneram o concessionário com valores fixos e variáveis, conforme cláusulas específicas, pelas atividades de construção e gestão dos objetos contratuais. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** o contrato de concessão determina valor global a ser pago ao decorrer ao longo do prazo estabelecido da prestação de serviços, atualizado anualmente mediante índices de correção estipulado pelo edital. Há remuneração variável de performance, mediante medição dos serviços prestados mensalmente e aceite do Poder Concedente. **2.18.4 Receita de contratos de concessão e parcerias-público privadas: a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** pelos termos dos contratos de concessão, a Companhia será responsável por todos os investimentos, benfeitorias adicionais e serviços não especificados, mas que venham a ser necessários para alcançar os parâmetros requisitados em contrato. Conforme requerido pelo OCPC 05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione futuras receitas são registradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível ou do ativo financeiro. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** a medida que o serviço de construção é realizado, a receita é reconhecida a valor justo em relação aos respectivos custos incorridos para a construção. **2.19 Benefícios a empregados: 2.19.1 Benefícios de curto prazo**: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável. **2.19.2 Transações com pagamentos baseados em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações da Simpar concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). **2.20 Patrimônio líquido: 2.20.1 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio**: A distribuição de lucros e os juros sobre capital próprio para os sócios da Companhia são

continua →

Eufrázio

◄ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.
Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social da Companhia. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.21 Uso de estimativas de julgamentos**: Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A Companhia não possui estimativas que possuem riscos significativos de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024. As informações sobre relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 6.1; b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 11; c) Intangível (registro de um contrato de concessão): premissas para determinação da contabilização do reconhecimento do ativo, conforme ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão - nota explicativa 12; d) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 20.

3. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e CPC e entraram em vigor em 1° de janeiro de 2024: **• Alteração ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Divulgação de Políticas Contábeis:** As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "políticas contábeis relevantes", sendo fornecidos guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. **• Alteração ao CPC 06(R2) - Arrendamentos**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. **• Alterações ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração emitida em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: a) Os termos e condições dos acordos SFAs. b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i). d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. A adoção destas alterações não causou nenhum impacto material para a Companhia **3.1 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor**: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC. **• IFRS® 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras**: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS® 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS® 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements(PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS® 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1° de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS® 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **• IFRS® 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS® 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS®. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS® 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS® 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1° de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS® 19. **• Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial**: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1° de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. **• Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade**: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1° de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo Não há outras normas IFRS®, IAS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 Capital social: O capital social da Companhia, mantido pela CS Holding com 99,99% das quotas, totalmente subscrito e integralizado no fim dos exercícios de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R$ 830.789, dividido em 830.789.248 quotas, sem valor nominal mentido pela atual controladora CS Holding e Locação S.A.

	Valor	Quotas
Saldos em 31 de dezembro de 2022	675.714	675.714.248
Aumento de capital	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	675.714	675.714.248
Aumento de capital (nota 1.1.1)	155.075	155.075.000
Saldos em 31 de dezembro de 2024	830.789	830.789.248

21.2 Reserva de Capital: a) Transações com pagamentos baseados em ações: Plano de ações restritas e *matching*: No dia 22 de outubro de 2018, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o plano de ações restritas que consiste na entrega de ações da Simpar (ações restritas) a colaboradores da Companhia de até 35% do valor de remuneração variável dos beneficiários a título de bônus, em parcelas anuais por quatro anos. Adicionalmente, os colaboradores poderão, a seu exclusivo critério, optar pelo recebimento de uma parcela adicional do valor de remuneração variável a título de bônus em ações da Simpar, e caso o colaborador opte por receber ações, a Simpar entregará ao colaborador 1 ação de *matching* para cada 1 ação própria recebida pelo colaborador, dentro dos limites estabelecidos no programa. A outorga de direito ao recebimento de ações restritas e ações *matching* é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Simpar e o colaborador. Assim, o Plano busca (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Simpar e suas controladas; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Simpar S.A. e das suas controladas aos dos colaboradores; e (c) possibilitar à Simpar e às suas controladas atrair e manter a elas vinculados os Beneficiários. Para cálculo do número de ações restritas a serem entregues ao colaborador, o valor líquido auferido pelo colaborador será divido pela média da cotação das ações da Simpar na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores à cada data de aquisição dos direitos relacionados às ações restritas. As ações restritas e *matching* outorgadas serão resgatadas somente após os prazos mínimos estipulados pelo plano e conforme suas características indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano da outorga	Qtd. de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor da ação na data da outorga	Volatilidade	Tx. de jrs. livre risco	Dividendos esperado	Vida da opção	Período de aquisição	Prazo do exercício
VI	2021	19.413	4	R$ 7,98	9,98	40,25%	9,80%	0,26%	5 anos	02/05/2021 a 01/05/2025	01/04/2025

i. Movimentação durante o exercício: A tabela a seguir apresenta a quantidade e o movimento das ações restritas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Quantidade de ações				
	Direitos de ações outorgadas	Canceladas	Exercidos	Direitos de ações em circulação	Preço médio do exercício (R$)
Posição em 31 de dezembro de 2022	539.518	(19.840)	(300.686)	218.992	
Transferência de administradores (i)	–	–	(144.328)	(144.328)	3,87
Posição em 31 de dezembro de 2023	539.518	(19.840)	(445.014)	74.664	
Transferência de administradores (i)	–	–	(54.248)	(54.248)	7,06
Outorgas canceladas	–	(2.044)	–	(2.044)	7,98
Posição em 31 de dezembro de 2024	539.518	(21.884)	(499.262)	18.372	

(i) Conforme reestruturação da Companhia Simpar, parte dos administradores que estavam registrados na JSL, foram transferidos para CS Brasil Transportes. O saldo acumulado na conta de reserva de capital referente a esses planos no patrimônio líquido é de R$1.196 em 31 de dezembro de 2024 (R$1.196 em 31 de dezembro de 2023). **21.3 Reserva de lucros:** Para atender a projetos de investimentos, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei 6404/76. Em 31 de dezembro de 2024, a reserva de lucros era é de R$ 51.422 (R$99.536 em 31 de dezembro de 2023). **21.3.1 Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar**: Em fevereiro de 2024, a Companhia distribuiu R$ 99.252 a títulos de dividendos, sendo R$ 90.000 pagos em fevereiro e R$ 9.252 pagos no mês de abril. Em novembro de 2024, a Companhia distribuiu R$ 25.075 a título de juros sobre capital próprio, já líquido de impostos. O valor foi liquidado em 30 de dezembro de 2024, após deliberação da controladora CS Holding, determinando que o valor fosse registrado como aporte de capital. Abaixo estão demonstradas as movimentações dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

	Controladora		
	Juros sobre capital próprio	Dividendos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	–	–
Juros sobre capital próprios declarados	29.500	–	29.500
Imposto de renda retido	(4.425)	–	(4.425)
Juros sobre capital próprio pagos	(25.075)	–	(25.075)
Dividendos declarados	–	99.252	99.252
Dividendos pagos	–	(99.252)	(99.252)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	–	–	–

21.4 Ajustes de avaliação patrimonial: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tem registrado na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial o montante de R$ 914 (R$ 3.225 em 31 de dezembro de 2023). A movimentação do exercício se deve ao registro de R$1.238 referente a movimentações patrimoniais referentes a ações em tesouraria mantidas pela investida BRT Sorocaba e uma reclassificação no valor de R$ 1.073 de ajuste ao resultado de períodos anteriores da investida BRT Sorocaba registrado como ajuste de avaliação patrimonial em contrapartida à reserva de lucros. **21.5 Participação de não controladores:** A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o valor de R$35.130 (R$ 4.009 em 31 de dezembro de 2023) relacionado a participação de não controladores, composto por R$ 3.695 por 25% de participação na CS Mobi Cuiabá e R$ 31.435 por 55% de participação na Ciclus Amazônia.

DIRETORIA EXECUTIVA

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho - Diretor Presidente

Samir Moises Gilio Ferreira - Diretor Financeiro

CONTADOR

Mauro Roberto de Abreu Junior - CRC 1SP-294124/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e quotistas CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (i) Ressalta-se que o relatório do auditor independente resumido foi elaborado a partir do relatório do auditor independente completo, que está devidamente divulgado em endereço eletrônico que se encontra referenciado após o relatório da administração dessa publicação resumida. Tipo de Opinião - Sem modificação.

Barueri, 25 de abril de 2025

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora - CRC 1SP222241/O-0

ESTADÃO RI
CONTE COM A CREDIBILIDADE
E TRANSPARÊNCIA
DO ESTADÃO PARA
PUBLICAR SEUS BALANÇOS
E ATOS SOCIETÁRIOS
PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA
PLATAFORMA DE RELAÇÕES
COM INVESTIDORES
CONSULTE NOSSA
EQUIPE COMERCIAL:
(11) 3856-2442
ACESSE E
CONHEÇA:
LÍDER EM CONTEÚDO
DE ECONOMIA & NEGÓCIOS
+35 MM
DE USUÁRIOS
ÚNICOS
LÍDERES E
FORMADORES
DE OPINIÃO
LEEM O
ESTADÃO
DIARIAMENTE
A FORÇA
DO ESTADÃO
+56 MM
de impactos / mês
ESTADÃO 150

Caos com tarifas de Trump ainda deve ficar mais grave

Enquanto republicano estiver na Casa Branca EUA não devem voltar a ser uma referência ao livre-comércio

ARTIGO | The Economist

Donald Trump nunca teve vergonha de expressar sua preferência por tarifas. No entanto, antes de seu retorno à Casa Branca, muitos de seus apoiadores achavam que se tratava mais de uma manobra de negociação: uma postura agressiva com o objetivo de induzir outros países a fazer concessões. Essa história reconfortante agora parece uma fantasia.

Trump demonstrou ser um verdadeiro adepto do protecionismo comercial. Nesse processo, ele aumentou a tarifa média efetiva sobre os produtos que entram nos Estados Unidos de 2,5% no ano passado para cerca de 20%, a mais alta desde a Grande Depressão.

O processo político tem sido caótico – para dizer o mínimo – e essa desordem antecipa como Trump pode se desviar do roteiro e improvisar na direção de um resultado que preserve ao máximo sua visão de um regime comercial americano reformulado, dentro dos limites impostos pelos mercados, pelos tribunais e pelo próprio Partido Republicano.

Para entender até onde ele pode chegar, é essencial lembrar de onde partiu. Durante a campanha eleitoral, Trump propôs uma tarifa universal entre 10% e 20%, além de uma taxa específica de 60% para a China. Mas nada foi tão simples. Em vez disso, ele implementou uma série de tarifas específicas para produtos e países, apenas para reverter algumas, suspender outras e ainda ameaçar com novas medidas.

Donald Trump demonstrou ser um verdadeiro adepto do protecionismo comercial

Em seu primeiro mandato, Trump se baseou em estatutos que permitem que a Casa Branca imponha tarifas limitadas. Desta vez, ele invocou o International Emergency Economic Powers Act (Ieepa), uma lei que concede ao presidente uma margem de manobra muito maior. Para o Canadá e o México, ele declarou uma emergência por causa do contrabando de fentanil e da imigração ilegal.

PERSPECTIVAS. Os tribunais são um possível freio. Presidentes anteriores usaram a Ieepa para justificar sanções específicas, mas nunca tarifas. A Casa Branca agora enfrenta vários processos judiciais alegando que Trump excedeu sua autoridade. No entanto, os tribunais tendem a acatar as alegações de segurança nacional feitas pelo presidente, o que torna incerto o sucesso dos que contestam essas medidas judicialmente.

É possível, mas improvável, que o Congresso acorde de seu sono e resista. Quatro senadores republicanos recentemente se juntaram a seus colegas democratas para aprovar uma resolução que acabaria com as tarifas sobre o Canadá, revogando a declaração de emergência nacional de Trump. Mas essa resolução fracassou sem o apoio dos republicanos na Câmara dos Deputados.

Os republicanos poderiam se tornar mais assertivos se ficasse claro que as tarifas estão prejudicando a economia e que o apoio popular a Trump está caindo. As coisas podem estar caminhando nessa direção. A confiança do consumidor já despencou e as empresas estão reduzindo seus investimentos. As ações, os títulos e o dólar estão todos em baixa desde que Trump anunciou suas tarifas mais abrangentes em 2 de abril, que ele chamou de Dia da Libertação. Essa constatação pode ocorrer an-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00634137892025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00008247/2024-14
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90339/2024
Objeto: Coletores, frascos e outros. Total de Itens Licitados: 16 (DEZESSEIS) itens. Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 29/04/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-003812/2024. Entrega das Propostas: a partir de 29/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 13/05/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

DNIT
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência nº 145/2025 - UASG 393003
Nº Processo: 50600036053202453. Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados para supervisão - e demais operações necessárias e suficientes, de obras localizadas nas rodovias BR-319/AM, BR-030/BA, BR-116/BA, BR-135/BA e BR-116/CE. Total de Itens Licitados: 5. Edital: 29/04/2025 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Saun Quadra 3 Bloco a, Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/393003-3-90145-2025 . Entrega das Propostas: a partir de 29/04/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras . Abertura das Propostas: 23/06/2025 às 15h00 no site www.gov.br/compras . Informações Gerais: O edital poderá ser obtido por meio dos sítios: www.dnit.gov.br ou www.gov.br/compras .
CRISTIANO FERREIRA COSTA
Agente de Contratação

Prefeitura Municipal de Assis
Paço Municipal Profª. "Judith de Oliveira Garcez"
COMUNICADO
Ref.: Processo 023/25 - Concorrência Eletrônica 90003/25 - Contratação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, para Construção de Escola de Ensino Fundamental tempo integral no Bairro Nossa Senhora de Fátima. Comunicamos expedição de Edital Modificativo (consolidado). Nova data de Encerramento: 09:00 horas do dia 19/05/2025. Íntegra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis(SP), e nas páginas http://www.assis.sp.gov.br; http://www.compras.gov.br. Informações: (18) 3322-2574.
Assis (SP), 25 de abril de 2025.
COMUNICADO DE LICITAÇÃO ABERTA
Ref.: Processo 031/25 - Pregão Eletrônico 90028/25 - Aquisição de Grupo Gerador. Encerramento: 09:00 horas do dia 19/05/2025. Íntegra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis(SP), e nas páginas http://www.assis.sp.gov.br; http://www.compras.gov.br. Informações: (18) 3322-2574.
Assis (SP), 25 de abril de 2025.
COMUNICADO DE LICITAÇÃO ABERTA
Ref.: Processo 032/25 - Concorrência Eletrônica 90004/25 - Contratação de serviços com fornecimento de materiais para Reforma da Emeif. Maria Amélia Castro Burali. Encerramento: 09:00 horas do dia 21/05/2025. Íntegra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis(SP), e nas páginas http://www.assis.sp.gov.br; http://www.compras.gov.br. Informações: (18) 3322-2574.
Assis (SP), 25 de abril de 2025.
COMUNICADO DE LICITAÇÃO ABERTA
Ref.: Processo 033/25 - Concorrência Eletrônica 90005/25 - Contratação de serviços com fornecimento de materiais para Construção de Sanitários e acessibilidade no Parque Buracão. Encerramento: 09:00 horas do dia 23/05/2025. Íntegra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis(SP), e nas páginas http://www.assis.sp.gov.br; http://www.compras.gov.br. Informações: (18) 3322-2574.
Assis (SP), 25 de abril de 2025.
Telma Gonçalves Carneiro Spera de Andrade - Prefeita Municipal

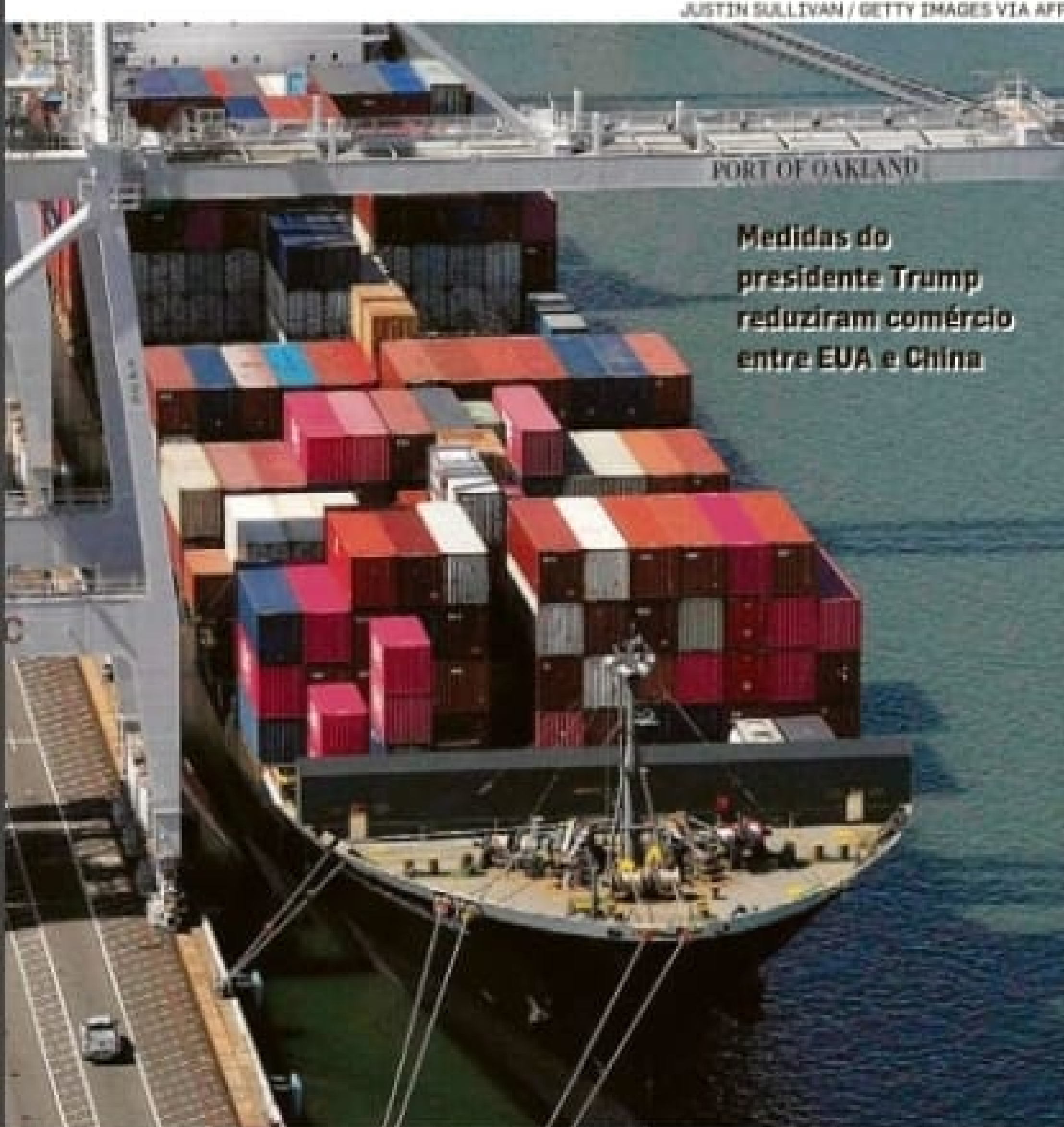
FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP
CNPJ 56.577.059/0014-16
COMPRA PRIVADA FFM 2872/2025 – RS 2102/2025 – ADJUDICAÇÃO
O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, ADJUDICA à empresa SISTEL ENGENHARIA LTDA., CNPJ Nº 07.652.353/0001-35, para a contratação de empresa especializada em PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE GERADOR DE EMERGÊNCIA, com base no Regulamento de Compras da FFM.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP
CNPJ nº 56.577.059/0006-06
COMPRA REGULAMENTO FFM 2880/2025
CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RS Nº 2108/2025
A FFM, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de empresa especializada em PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM ENSAIO DE SEGURANÇA DE MESA CIRURGICA MAQUET POR DEMANDA, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo Regulamento de Compras da FFM.

Auto Posto Ponto de Encontro Ltda.
CNPJ nº 64.771.124/0001-53 - NIRE nº 35.209.858.752
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO DE SÓCIOS
A Auto Posto Ponto de Encontro Ltda. ("Ponto de Encontro" ou "Sociedade"), CNPJ 64.771.124/0001-53, registrada perante a JUCESP NIRE 35.209.858.752, com sede na cidade de Iguape, SP, na Rod. Casimiro Teixeira, 190, bairro Porto do Ribeira, CEP: 11.920-000, representada pelo seu administrador Dilermando do Nascimento, RG 3.040.378 SSP/SP, CPF 047.472.678-91, convoca a Reunião de Sócios da Sociedade ("Reunião"), nos termos do Contrato Social e do art. 1.072 do Código Civil. Assim, ficam os senhores Quotistas da Sociedade convocados a se reunirem em Reunião a ser realizada exclusivamente sob a forma digital, nos termos do art. 1.080-A, §único, do Código Civil, em 1ª convocação no dia 08/05/2025, às 09h, e, em 2ª convocação, no dia 08/05/2025, às 09h15, cuja ordem do dia é a seguinte: (a) Deliberação sobre a destituição da Sra. Maria Odete Cecília Gonçalves Pinto, na qualidade de administradora da Sociedade, nos termos dos arts. 1.063, §1º, e 1.071, inciso III, ambos do Código Civil; e (b) Deliberação sobre a proposta de alteração do Contrato Social da Sociedade, a fim de incluir a previsão de exclusão extrajudicial de sócio por cometimento de atos de inegável gravidade, nos termos do art. 1.085 do Código Civil. Informações Gerais: A Sociedade disponibilizará informações sobre a plataforma digital em que ocorrerá a Reunião diretamente ao Quotista ou ao seu procurador devidamente constituído. Para participar da Reunião via plataforma digital, os Quotistas deverão enviar, no prazo de até 24 horas anteriores ao horário da 1ª convocação, os documentos de habilitação e representação abaixo relacionados, para os seguintes e-mails: rvilela@bvzadvogados.com.br e lferreira@bvzadvogados.com.br, que são os meios eletrônicos para esclarecimento de quaisquer dúvidas e/ou questionamentos. Documentos: cópias do documento de identidade e CPF do Quotista, bem como, se for o caso de representação do Quotista por procurador, instrumento de mandato outorgado pelo Quotista nos termos da legislação aplicável, e cópias do documento de identidade, CPF e OAB do procurador. São Paulo/SP, 25/04/2025. Auto Posto Ponto de Encontro Ltda. Dilermando do Nascimento – Administrador da Sociedade.

CIDADE DE SÃO PAULO
EDUCAÇÃO
Retificação da Publicação no DOC 22/04/2025 páginas 43 a 56
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/SME/CODAE/2025 - Processo SEI 6016.2025/0028090-0
Objeto: para aquisição Item A: Doce de Banana sem açúcar; Item B: Doce de Banana orgânico sem açúcar e Item C: Doce de banana sem açúcar com adição de fruta da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, em observação ao artigo 14 da Lei nº 11.947, de 16/06/09.
Onde se lê: A DOCUMENTAÇÃO N. 01 - HABILITAÇÃO e a DOCUMENTAÇÃO Nº 02 - PROJETO DE VENDA E DOCUMENTOS TÉCNICOS deverão ser enviadas para o e-mail: cp.docedebanana@sme.prefeitura.sp.gov.br até o dia 13 de Maio de 2025.
Leia-se: A DOCUMENTAÇÃO N. 01 - HABILITAÇÃO e a DOCUMENTAÇÃO Nº 02 - PROJETO DE VENDA E DOCUMENTOS TÉCNICOS deverão ser enviadas para o e-mail: cp.docedebanana@sme.prefeitura.sp.gov.br até o dia 16 de Maio de 2025.
Onde se lê: As dúvidas deverão ser enviadas até o dia 09 de Maio de 2025.
Leia-se: As dúvidas deverão ser enviadas até o dia 14 de Maio de 2025.
Onde se lê: A sessão pública eletrônica ocorrerá no dia 15 de Maio de 2025 às 10h, pelo Microsoft Teams, através do link https://tinyurl.com/4wfps45p.
Leia-se: A sessão pública eletrônica ocorrerá no dia 20 de Maio de 2025 às 10h, pelo Microsoft Teams, através do link https://tinyurl.com/4rx9te58.
O Edital e seus anexos poderão ser obtidos, até o último dia que anteceder o prazo limite para o envio dos documentos, no sítio: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio

agro.estadao.com.br
agro ESTADÃO
PORTAL AGRO ESTADÃO
Um novo ecossistema para o futuro do agronegócio
>>>



JUSTIN SULLIVAN / GETTY IMAGES VIA AFP

Medidas do presidente Trump reduziram comércio entre EUA e China

tes do fim do ano.

MERCADO. Trump diz que está disposto a suportar a dor no curto prazo, mas é sensível à turbulência do mercado. Sua pausa de 90 dias em suas tarifas "recíprocas", anunciada apenas uma semana após o "Dia da Libertação", é uma prova disso. A justificativa oficial foi a realização de negociações comerciais bilaterais. Trump afirma que os países estão fazendo fila para fazer acordo.

A realidade é de um progresso lento. As negociações estão em andamento com algumas dezenas de países. No entanto, os diplomatas lamentam a falta de clareza sobre o que podem oferecer para apaziguar Trump. Alguns ainda acham que ele quer uma grande barganha com a China, mas, por enquanto, o diálogo entre as duas potências é praticamente inexistente.

Em vez disso, acordos menores, com poucos detalhes, parecem mais prováveis nos próximos meses – talvez começando com o Japão ou a Índia. Se tudo correr bem, Trump provavelmente gostaria que a próxima cena de sua guerra comercial fosse um momento de reivindicação: uma cerimônia de assinatura no Rose Garden e uma declaração de que sua estratégia coercitiva foi um grande sucesso. Mas não se engane. Enquanto Trump estiver na Casa Branca, não haverá retorno a qualquer semelhança com a era dos Estados Unidos como campeão e arquiteto do livre-comércio. ●

© 2025 THE ECONOMIST NEWSPAPER LIMITED. DIREITOS RESERVADOS. PUBLICADO SOB LICENÇA. O TEXTO ORIGINAL EM INGLÊS ESTÁ EM WWW.ECONOMIST.COM

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL.

Sistema financeiro **Aquisição**

Compra do Master teria de passar por deputados

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

A compra do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB) depende de autorização da Câmara Legislativa do Distrito Federal, de acordo com um parecer da consultoria da Casa, ao qual o **Estadão** teve acesso. A negociação não passou pelos deputados distritais e foi feita diretamente pela diretoria do BRB.

O BRB, estatal controlada pelo governo do DF, fez uma proposta para comprar 58% do capital total do Master, sendo 49% em ações ordinárias, com direito a voto. A negociação, calculada em R$ 2 bilhões, foi questionada no mercado financeiro e no mundo político por causa dos ativos de alto risco e baixa liquidez que estão na carteira do Master.

A conclusão do parecer da Câmara Legislativa vai na contramão do entendimento da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, que antes da oferta pelo Master foi acionada pelo BRB e opinou pela não necessidade de autorização dos deputados.

A compra depende de aprovação do Banco Central. O Master também busca uma negociação com outros bancos privados para liquidar ou capitalizar os ativos que não interessam ao BRB, entre eles a carteira de precatórios (dívidas judiciais do poder público com sentenças judiciais já expedidas e negociadas no mercado financeiro) e direitos creditórios (uma espécie de "pré-precatório", com prazo mais longo e maior incerteza).

Segundo o parecer, elaborado em resposta a uma solicitação da liderança do PT na Câmara e assinado pelo consultor Alexandre Rosa Lopes, a Constituição exige autorização legislativa "em cada caso" para a participação de estatais em empresas privadas.

A exceção prevista na Lei das Estatais é relativa a "participações autorizadas pelo conselho de administração em linha com o plano de negócios". O que não abrange operações de grande vulto e impacto como é o caso da proposta do BRB pelo Master, na avaliação do parecer. ●

Encontra-se aberto no Complexo Penal de São Vicente, situada à Rodovia Padre Manoel da Nóbrega – Parque Continental – São Vicente/SP, licitação do tipo menor preço, na modalidade Pregão Eletrônico – 004/2025, visando a Aquisição de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros, para consumo no período de 01/05/2025 a 31/08/2025. A licitação será realizada no dia 29/04/2025 às 09H00hs, através do site: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Maiores informações através do telefone (13) 3565-3605 em horário comercial, ou e-mail:finansupri@gmail.com

Encontra-se aberto no Complexo Penal de São Vicente, situada à Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, km 282 – Parque Continental – São Vicente/SP, licitação do tipo menor preço, na modalidade Pregão Eletrônico – 0003/2025, visando a Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis – Participação Restrita ME/EPP/COOPERATIVAS, para consumo no período de 01/05/2025 a 31/08/2025. A licitação será realizada no dia 29/04/2025 às 09H00hs, através do site: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Maiores informações através do telefone (13) 3565-3605 em horário comercial, ou e-mail:finansupri@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração
REAVISO
CHAMAMENTO PÚBLICO
Nº 3/2025 - Processo nº 10.354/2025.

Objeto: Celebrar Termo de Colaboração, aos moldes da Lei Federal nº 13.019/2014, objetivando a implantação, operacionalização e gestão de unidade de atendimento médico-veterinário público gratuito, de cães e gatos, com disponibilização de veículo veterinário, visando o atendimento gratuito a animais de tutores/cuidadores/protetores em situação de vulnerabilidade socioeconômica neste Município, protetores/cuidadores cadastrados, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, condicionado à renovação dentro das condições legais.
Os envelopes contendo os documentos de habilitação e o plano de trabalho deverão ser entregues até o dia **03/06/2025 às 09h00**, na Gerência de Licitação e Compras, localizada na Rua Euclides da Cunha, nº 522, Centro.
A sessão pública para abertura dos envelopes ocorrerá no dia **03/06/2025 às 09h30**, na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, localizada a Rua Altino Arantes, nº 369, Centro.
O Edital completo poderá ser retirado gratuitamente na Gerência de Licitação e Compras, no horário comercial ou no endereço eletrônico (www.ourinhos.sp.gov.br) no link licitações, sendo que quaisquer esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser obtidos na mencionada Gerência ou através do telefone (14) 3302-6000 – ramais 6032 e 6123.
Ourinhos, 25 de abril de 2025.
Guilherme Andrew Gonçalves da Silva – Prefeito Municipal.

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

CETESB
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 43.776.491/0001-70
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2025 - UASG 263101
PROCESSO CETESB Nº 54/2024/308

A CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO torna público que realizará Pregão eletrônico em conformidade com a LF nº 13.303/16, seu Regulamento Interno de Licitações e subsidiariamente com o Art. 28, Inc. I da LF nº 14.133/21, visando contratação de mão de obra com fornecimento de materiais para reforma geral de adequação das instalações elétricas da Agência Ambiental da CETESB em Assis, localizada na Via Chico Mendes, 75 - Bairro Quinta dos Flamboyants, conforme desenhos e, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência Anexo I do Edital.
Endereços para consulta do edital: www.gov.br/compras, www.cetesb.sp.gov.br/acontece/licitações e contratos, www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".
Início da abertura da sessão pública: 16/05/2025 às 09:00h.
A Sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada por meio do Sistema COMPRAS.GOV.BR; www.gov.br/compras/pt-br.
Dúvidas/esclarecimentos deverão ser encaminhados pelo e-mail: comprasgov_cetesb@sp.gov.br.

CETESB — Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

CETESB
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 43.776.491/0001-70
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2025 - UASG 263101
PROCESSO CETESB Nº 4/2025/308

A CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO torna público que realizará Pregão eletrônico em conformidade com a LF nº 13.303/16, seu Regulamento Interno de Licitações e subsidiariamente com o Art. 28, Inc. I da LF nº 14.133/21, visando fornecimento e instalação de ar-condicionado, nos Prédios 8 e 9 (neste último, com desinstalação do equipamento atual), para o setor de monitoramento automático das águas, na sede da CETESB.
Endereços para consulta do edital: www.gov.br/compras, www.cetesb.sp.gov.br/acontece/licitações e contratos, www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".
Início da abertura da sessão pública: 15/05/2025 às 09:00h.
A Sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada por meio do Sistema COMPRAS.GOV.BR; www.gov.br/compras/pt-br.
Dúvidas/esclarecimentos deverão ser encaminhados pelo e-mail: comprasgov_cetesb@sp.gov.br.

CETESB — Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Excelentes Imóveis em São Paulo
Apartamento com 25 m² | Terreno com 672 m² | Casas com até 270 m²
Imóvel Misto com 186 m² | Prédios Comerciais com até 320 m²
• Pagamento somente à vista*
Leilão dia 07/05/2025 às 14h
(11) 3149.4600 | megaleiloes.com.br
*vide condições completas no Edital do Leilão - ML30966
megaleilões

Maxishop Administração e Participações S/A.

CNPJ.MF. 56.439.094/0001-54
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da MAXISHOP ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A., para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária conjuntas, no dia 12 de Maio de 2025, às 16:00 horas, na sede social à Avenida Antônio Frederico Ozanan, nº 6000, Piso Superior, Loja E1, em Jundiaí/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Examinar, discutir e deliberar sobre as contas e demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024; b) Destinação do resultado do exercício; c) Outros assuntos de interesse social.
Jundiaí, 25 de Abril de 2025. Presidente do Conselho de Administração

Auto Posto Porto Iguape Ltda.

CNPJ nº 12.392.680/0001-15 - NIRE nº 35.223.815.542
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO DE SÓCIOS

A Auto Posto Porto Iguape Ltda. ("Porto Iguape" ou "Sociedade"), CNPJ 12.392.680/0001-15, registrada perante a JUCESP NIRE 35.223.815.542, com sede na cidade de Iguape, SP, na Av. Adhemar de Barros, 705, Jd. América, bairro Porto do Ribeira, CEP: 11.920-000, representada pelo seu administrador **Dilermando do Nascimento**, RG 3.040.378 SSP/SP, CPF 047.472.678-91, convoca a Reunião de Sócios da Sociedade ("Reunião"), nos termos do Contrato Social e do art. 1.072 do Código Civil. Assim, ficam os senhores Quotistas da Sociedade convocados a se reunirem em Reunião a ser realizada exclusivamente sob a forma digital, nos termos do art. 1.080-A, §único, do Código Civil, em 1ª convocação no dia 08/05/2025, às 09h, e, em 2ª convocação, no dia 08/05/2025, às 09h15, cuja ordem do dia é a seguinte: **(a)** Deliberação sobre a destituição da Sra. Maria Odete Cecília Gonçalves Pinto, na qualidade de administradora da Sociedade, nos termos dos arts. 1.063, §1º, e 1.071, inciso III, ambos do Código Civil; e **(b)** Deliberação sobre a proposta de alteração do Contrato Social da Sociedade, a fim de incluir a previsão de exclusão extrajudicial de sócio por cometimento de atos de inegável gravidade, nos termos do art. 1.085 do Código Civil. Informações Gerais: A Sociedade disponibilizará informações sobre a plataforma digital em que ocorrerá a Reunião diretamente ao Quotista ou ao seu procurador devidamente constituído. Para participar da Reunião via plataforma digital, os Quotistas deverão enviar, no prazo de até 24 horas anteriores ao horário da 1ª convocação, os documentos de habilitação e representação abaixo relacionados, para os seguintes e-mails: rvilela@bvzadvogados.com.br e lferreira@bvzadvogados.com.br, que são os meios eletrônicos para esclarecimento de quaisquer dúvidas e/ou questionamentos. Documentos: cópias do documento de identidade e CPF do Quotista, bem como, se for o caso de representação do Quotista por procurador, instrumento de mandato outorgado pelo Quotista nos termos da legislação aplicável, e cópias do documento de identidade, CPF e OAB do procurador. São Paulo/SP, 25/04/2025. **Auto Posto Porto Iguape Ltda. Dilermando do Nascimento** – Administrador da Sociedade.



Setor industrial de tintas no País quer reduzir emissões em 25% até 2030

Estudo mostrou que, em 2023, o segmento emitiu cerca de 44,5 mil toneladas de dióxido de carbono (CO_2); compra de crédito de carbono é uma forma de compensação

SHAGALY FERREIRA

A indústria de tintas no Brasil pretende dar passos mais largos rumo a uma produção menos poluente, com meta de reduzir em 25% sua pegada de carbono até 2030. O objetivo setorial, baseado nas emissões diretas (escopos 1 e 2) registradas em 2023, é diminuir a emissão média de 0,0274 kgCO_2e para 0,007 kg-CO_2e por quilo de tinta.

A previsão e os cálculos são da Abrafati, representante das fabricantes de tintas industriais, imobiliárias e automotivas no País. A entidade estabeleceu em março deste ano a meta que dará base para a descarbonização do setor.

O caminho até o estabelecimento da meta envolveu o engajamento das empresas em torno do primeiro Inventário Setorial de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), da Abrafati. O material, elaborado em 2024, reuniu dados das emissões de 75% de seus associados, com referência ao ano-base de 2023.

Mercado relevante
Brasil é o 4º maior mercado do mundo, com 1,9 bilhão de litros de tintas imobiliárias em 2024

O estudo mostrou que, em 2023, a indústria de tintas emitiu cerca de 44,5 mil toneladas de dióxido de carbono (CO_2). Os dados não contemplaram a produção de tintas gráficas e alimentícias, que não fazem parte da associação.

"Terminamos o inventário no final do ano com uma fotografia (*do setor*) e fizemos contas, olhando as oportunidades. Parece pouco, mas é uma meta audaciosa", explica o presidente da Abrafati, Luiz Cornacchioni. "Estamos falando de quase 4% (*de redução*) ao ano, e para reduzir isso não é pouca coisa que precisaremos fazer."

"Em 2027, um novo inventário está no radar para medir se estamos ou não indo bem, para chegar a 2030 com 25% ou mais (*de redução*).

Segundo dados da entidade, o Brasil é um dos quatro maiores mercados mundiais de tintas, que têm a China no topo. Em 2024, o País produziu 1,983 bilhão de litros de tinta – 6% a mais do que no ano anterior. A maior parte dessa produção, 75,1%, corresponde às tintas imobiliárias. As tintas industriais e automotivas correspondem a 19,3% e 5,6%, respectivamente.

A maioria das emissões dos escopos 1 e 2 dessas empresas vem de combustão e de processos de produção (*mais informações no quadro desta página*). Para alcançar a meta de redução, a associação definiu como medidas estratégicas a substituição de gasolina por etanol em veículos; adoção de energia renovável; utilização de combustíveis alternativos como biomassa, em substituição ao GLP; implementação de empilhadeiras elétricas em vez de equipamento a gás; e utilização de gases de refrigeração com menor impacto ambiental.

No inventário, as emissões de escopo 3 (relacionadas aos fornecedores e demais serviços terceirizados das empresas) não foram contabilizadas nem entraram nas metas de descarbonização. Segundo a gerente de sustentabilidade da Abrafati, Cindy Moreira, devido ao tamanho do desafio de descarbonização desse mercado, a associação optou por começar o processo pelas suas próprias emissões. "Ainda não batemos o martelo em relação ao escopo 3, pois ele é muito desafiador para vários setores, não só o nosso."

Diante da natureza da sua operação, ao propor a redução de 25% da pegada de carbono até 2030, a indústria de tintas irá lidar com um prazo "relativamente curto", aponta o diretor da Faculdade de Química da PUC-Campinas, Marcelo José Della Mura Jannini. Porém, segundo ele, considerando que é alto o potencial de substituição dos insumos atuais por aqueles de origem sustentável na produção, a meta, ainda que não seja alcançada nesse prazo, não precisará de mais tempo para ser atingida. "Para se ter ideia, se a gasolina envolvida no processo de fabricação de tintas (*7,12 mil toneladas*) for substituída por etanol na mesma quantidade, seria 52% a menos de emissões."

SANDRO PORTALURI/WEG/DIVULGAÇÃO

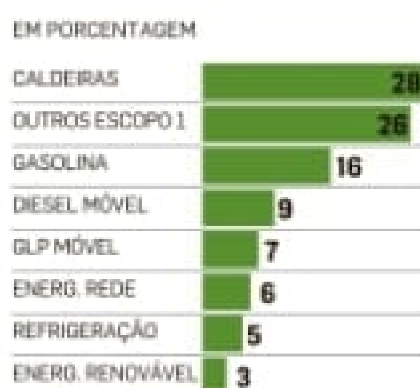


A Weg tem planos de diminuir as emissões em 52% até 2030 e zerar gases de efeito estufa em 2050

FONTES POLUENTES

Veja de onde se originam as emissões de gases poluentes do setor (escopos 1 e 2)

EM PORCENTAGEM



FONTE: ABRAFATI / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

CRÉDITO DE CARBONO. Será necessário, no entanto, um investimento que torne as substituições viáveis economicamente, ressalta Jannini. Além disso, acrescenta o especialista, será preciso a aquisição de novas tecnologias que otimizem o processo de produção e diminuam os custos. O foco é atacar a emissão de CO_2 por caldeiras, que representa a maior porcentagem das emissões, ainda que por meio da compra de créditos de carbono.

"Existe a possibilidade de caldeiras alimentadas por biomassa. A questão é a eficiência energética dessas caldeiras, que é muito baixa comparada a uma alimentada a combustível de origem fóssil. Economicamente, é inviável para a indústria de tintas e outros setores essa substituição. Alguns setores optam por uma geração energética de origem mista biomassa/combustível fóssil para justificar uma possível compensação. Muitas vezes, a aquisição de créditos de carbono passa a ser uma alternativa."

ESTRATÉGIAS. A Basf, fabricante das tintas Suvinil, pretende reduzir 40% da pegada de carbono dos escopos 1 e 2 até 2030 e ser carbono neutro até 2050. (Em fevereiro, a Suvinil foi vendida para a Sherwin Williams, mas o negócio depende de aprovação de aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).)

De acordo com o vice-presidente de Tintas Decorativas da Basf América do Sul, Marcos Allemann, o foco estratégico de sustentabilidade da empresa tem sido o de aprimorar processos produtivos, ao mesmo tempo que reduz impactos ambientais, incluindo avanços no reaproveitamento de resíduos e iniciativas de pós-consumo.

Entre os destaques estão: a aquisição de equipamentos mais eficientes, que proporcionam uma economia energética de 40%, geração zero de resíduo líquido, com 100% da água consumida sendo reaproveitada em limpezas da operação; reaproveitamento do pó das matérias-primas, antes descartado, para a fabricação de algumas linhas de tintas; além dos pontos de coleta de embalagens e restos de tinta pós-consumo em cinco Estados, para destinação adequado desses materiais.

No caso da Weg, a companhia afirma que sua jornada de descarbonização e transição para fontes renováveis segue em "ritmo acelerado", tanto por meio da autogeração quanto pela aquisição de energia renovável, utilizada em caldeiras, veículos automotores e empilhadeiras.

O diretor da Unidade Tintas da Weg, Rafael Guerreiro Torezan, afirma que, desde 2022, a fabricante mantém o Programa Weg de Carbono Neutro, para atingir metas de redução de emissões. A primeira delas é reduzir as emissões dos escopos 1 e 2 em 52% até 2030 e atingir net zero em 2050.

"Os projetos para redução de emissões são focados em quatro frentes: eficiência energética; eficiência operacional; energias renováveis; e mobilidade elétrica", diz. "Em 2023, a companhia reduziu em 25% suas emissões em comparação ao ano-base de 2021."

No entanto, o executivo ressalta que o trabalho não é uma empreitada fácil. "A descarbonização é uma jornada que envolve muitos desafios. E um deles é manter todos os times engajados. Ao longo do ano, desenvolvemos iniciativas de treinamento e compartilhamento de boas práticas." ●

Eufrázio

ESTADÃO

FOTO: PEDRO KIRILOS

VODCAST
dois pontos

Forme sua opinião ouvindo os "Dois Pontos"

Política, cultura, tecnologia, entretenimento, entre outros temas de grande relevância, discutidos por dois especialistas com opiniões distintas ou complementares.

Episódios novos às quartas, 10h, no canal do Estadão no YouTube.

ASSISTA E INSCREVA-SE PARA RECEBER ALERTAS DE NOVOS EPISÓDIOS.

Basta apontar a câmera do seu celular para o QR Code acima.

@estadao

Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A.

CNPJ 09.092.759/0001-16 - NIRE 35.300.345.835

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 24.3.2025, às 12h

Aos 24/03/2025, às 12h, de forma não presencial. **Mesa:** Presidente: Sra. Esther Dalmas; Secretário: Gustavo Mattos Sarachini. **Presença:** Única acionista da Sociedade. **Deliberações:** Instalada a reunião, observada a Ordem do Dia, a acionista tomou as seguintes deliberações: **1)** alterar a denominação social da Sociedade de ***Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A.*** para ***Naip Instituição de Pagamento S.A.***, com a consequente alteração do *caput* do Artigo 1º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 1º*** *- A **Naip Instituição de Pagamento S.A.** ("Sociedade") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.*"; **2)** alterar o endereço da sede social da Sociedade para Alameda Xingu, nº 512, 3º andar, parte, Edifício "Condomínio Evolution Corporate", Alphaville, CEP 06455-030, com a consequente alteração do Artigo 2º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 2º*** *- A Sociedade tem sua sede e foro na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Xingu, nº 512, 3º andar, parte, Edifício "Condomínio Evolution Corporate", Alphaville, CEP 06455-030, podendo, mediante proposta da Diretoria e aprovação do Conselho de Administração, criar e extinguir filiais, agências e escritórios em todo território nacional.*" 3) ajustar o objeto social da Sociedade, nos termos do artigo 5º da Resolução BCB nº 80, de 25.3.2021, do Banco Central do Brasil, para excluir os atuais objetos constantes no Estatuto Social e incluir os seguintes objetos: a) a gestão de conta de pagamento; b) a emissão de instrumento de pagamento; c) credenciamento da aceitação de instrumento de pagamento; e d) a conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa, credenciamento da aceitação ou gestão do uso de moeda eletrônica; com a consequente alteração do Artigo 3º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 3º*** *- A Sociedade tem por objeto: a) gerir conta de pagamento; b) emitir instrumento de pagamento; c) credenciar a aceitação de instrumento de pagamento; e d) converter moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa, credenciar a aceitação ou gerir o uso de moeda eletrônica.*"; 4) aprovar a criação e instalação do Conselho de Administração da Sociedade, de forma a refletir as novas condições de administração e gestão da Sociedade, com a consequente alteração de Estatuto Social; 5) aprovar a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Sociedade. Srs.(as): (i) ***Marcelo de Araújo Noronha***, RG 56.163.018-5 SSP/SP, CPF 360.668.504-15; (ii) ***Vinicius Urias Favarão***, RG 19.674.792-2 SSP/SP, CPF 177.975.708-50; (iii) ***José Ramos Rocha Neto***, RG 52.969.025-1 SSP/SP, CPF 624.211.314-72; (iv) ***Rogério Pedro Câmara***, RG 16247624 SSP/SP, CPF 063.415.178-90, todos indicados pelo acionista controlador indireto Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"); (v) ***Lucinéia Possar***, OAB/PR nº 19.599, CPF 540.309.199-87; (vi) ***Euler Antonio Luz Mathias***, RG 18.730.534 SSP/SP, CPF 138.344.088-32; (vii) ***Bruno Alves do Nascimento***, RG 12.417.872-4 IFP/RJ, CPF 083.834.987-05; e (viii) ***Ana Júlia de Vasconcelos Carepa***, RG 6198629 DIDEM/PA, CPF 118.163.842-91, todos indicados pelo acionista controlador indireto Banco do Brasil S.A.; e Os membros do Conselho de Administração da Sociedade ora eleitos (i) terão prazo de mandato até a AGO a ser realizada no ano de 2026, sendo que seus nomes serão levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse de seus cargos; (ii) os conselheiros ora eleitos não serão remunerados pelas atividades que exercerem durante o prazo de seu mandato; e (iii) arquivaram na sede social da Sociedade declarações, sob as penas da lei, de que atendem às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76, na Instrução Normativa BCB nº 103, de 30.4.2021, e na Resolução BCB nº 81 de 25.3.2021; 6) consolidar o Estatuto Social, o qual já contempla as deliberações dos itens anteriores, além de refletir as novas condições de governança e gestão da Sociedade, que passa a vigorar como disposto no Anexo I a esta ata. Nada mais. Esther Dalmas - Presidente; Gustavo Mattos Sarachini - Secretário. **JUCESP** nº 133.538/25-4 em 16/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício. **Anexo I - Estatuto Social da Naip Instituição de Pagamento S.A. - "Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º** - A **Naip Instituição de Pagamento S.A.** (Sociedade) é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis. **§Único** - A Sociedade poderá utilizar o nome fantasia "NAIP". **Artigo 2º** - A Sociedade tem sua sede e foro na Cidade de Barueri/SP, na Alameda Xingu, nº 512, 3º andar, parte, Edifício "Condomínio Evolution Corporate", Alphaville, CEP 06455-030, podendo, mediante proposta da Diretoria e aprovação do Conselho de Administração, criar e extinguir filiais, agências e escritórios em todo território nacional. **Artigo 3º** - A Sociedade tem por objeto: **a)** gerir conta de pagamento; **b)** emitir instrumento de pagamento; **c)** credenciar a aceitação de instrumento de pagamento; e **d)** converter moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa, credenciar a aceitação ou gerir o uso de moeda eletrônica. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social, Ações e Direito de Preferência: Artigo 5º** - O capital social é de R$63.401.000,00, subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, divido em 331.298.098 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal, podendo, futuramente, serem criadas diferentes classes de ações preferenciais. **§1º** - As ações são indivisíveis em relação à Sociedade. Cada ação ordinária nominativa confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. A ação preferencial nominativa, independentemente da classe, não terá direito a voto nas Assembleias Gerais, mas, em contrapartida, garantirá a sua titular prioridade no reembolso do capital, com ou sem prêmio. **§2º** - As ações preferenciais sem direito de voto adquirirão o exercício desse direito se a Sociedade, pelo prazo de três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso. **§3º** - A Sociedade poderá negociar com as próprias ações, desde que deliberado pelo Conselho de Administração e respeitando o disposto na legislação pertinente. **§4º** - Aos acionistas é assegurado o direito de preferência na subscrição de ações emitidas em aumentos de capital, o qual deverá ser exercido na proporção do número de ações que possuírem, nos termos do Artigo 171, da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações. Tal direito deverá ser exercido dentro do prazo de 30 dias contados da data de publicação da Ata de AGE ou da Reunião do Conselho de Administração que tiver proposto o aumento de capital, sob pena de diluição de suas respectivas participações no capital social. **Artigo 6º** - A ação é indivisível perante a Sociedade, e a cada ação ordinária, nominativa escritural corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **§1º** - Todas as ações da Sociedade são nominativas escriturais, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados. **§2º** - Nenhum acionista poderá empenhar, indicar a penhora ou, por outra forma, gravar ou oferecer em garantia suas ações ou os direitos de subscrição de suas ações sem o consentimento prévio, por escrito, do Conselho de Administração. **Artigo 7º** - Somente acionistas cujos interesses não sejam conflitantes com os interesses da Sociedade poderão participar do capital social. **Capítulo III - Da Administração da Sociedade: Artigo 8º** - A administração da Sociedade será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e do presente Estatuto Social. **Artigo 9º** - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 4 e, no máximo, 8 membros, acionistas ou não da Sociedade. Todos os membros deverão ser eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 2 anos, permitida a reeleição. O Conselho de Administração poderá convidar, se o caso, os acionistas da Sociedade detentores de ações preferenciais para participar das reuniões do Conselho de Administração, sem que tenham, no entanto, direito a voto. **§1º** - O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração serão eleitos pela maioria absoluta de votos em sessão com a presença de todos os membros do Conselho de Administração. **§2º** - Em caso de ausência justificada ou impedimento temporário de um dos membros do Conselho de Administração, este poderá delegar os seus poderes a um procurador que deverá ser, necessariamente, membro do Conselho de Administração. **§3º** - Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos e substituídos a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral. O vice-presidente assumirá a Presidência do Conselho de Administração em caso de vacância deste. Na hipótese de vacância de ambos os cargos (presidente e vice-presidente), o Conselho de Administração promoverá nova eleição para preenchimento dos mesmos, nos termos do Artigo 9º, §1º. **Artigo 10** - A remuneração máxima global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral, sendo a divisão da mesma entre os membros de cada órgão determinada pelo Conselho de Administração. **Artigo 11** - Os conselheiros e diretores eleitos serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, permanecendo no exercício de suas funções até a posse de seus respectivos substitutos. **Artigo 12** - Compete ao Conselho de Administração: (a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; (b) eleger e destituir os diretores da Sociedade e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser este Estatuto; (c) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, a estrutura de controles internos e as medidas adotadas pela diretoria para mitigar riscos; os livros e papéis da Sociedade; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; (d) convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente; (e) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (f) deliberar sobre os investimentos em projetos de expansão e melhorias, em um valor global superior àquele fixado periodicamente pelo próprio Conselho de Administração; (g) escolher e destituir os auditores independentes, se houver; (h) deliberar sobre os assuntos previstos no Artigo 16; e (i) deliberar sobre a criação de comitês da Sociedade, suas regras de funcionamento e atribuições. **Artigo 13** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 vez a cada dois meses, em local acordado previamente, mediante convocação com pelo menos 8 dias úteis de antecedência por seu Presidente ou por 2 membros do Conselho de Administração. As reuniões extraordinárias do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou por quaisquer 2 membros do Conselho de Administração, com, no mínimo, 5 dias úteis de antecedência, mediante aviso escrito a cada um de seus membros. O aviso escrito deverá ser enviado por carta com aviso de recebimento, e-mail com confirmação de recebimento do destinatário ou carta com protocolo. As reuniões realizar-se-ão independentemente de convocação, caso se verifique a presença de todos os membros do Conselho de Administração. **Artigo 14** - O quórum de instalação para as reuniões do Conselho de Administração deverá ser de 2/3 de seus membros. Caso a reunião convocada não se instale por falta de quórum, o Presidente, dentro de 7 dias, convocará nova reunião e, neste caso, a mesma instalar-se-á com qualquer quórum. **Artigo 15** - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes à reunião, ressalvado o disposto no Artigo 16 a seguir. Os membros do Conselho de Administração poderão ser representados por e votarem através de procurações outorgadas a outros membros. **Artigo 16** - As seguintes deliberações, para serem válidas, exigirão, no mínimo, o voto favorável de 2/3 dos membros do Conselho de Administração: (a) aprovação do orçamento anual da Sociedade, bem como de investimentos submetidos à apreciação do Conselho de Administração; (b) aprovação de contratos, ou compras de bens em valores superiores àqueles fixados, periodicamente, pelo próprio Conselho de Administração. Não estão sujeitos a esta aprovação os contratos de credenciamento de estabelecimentos comerciais e os contratos de administração dos produtos comercializados pela Sociedade, que observem o modelo e os parâmetros de negócio já aprovados pelo Conselho de Administração; (c) aprovação de contratos ou negócios entre a Sociedade e quaisquer dos acionistas, ou Partes Relacionadas (assim entendidas como: (i) as Afiliadas de um acionista; (ii) as pessoas jurídicas relacionadas a qualquer um dos acionistas que, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, tiverem participação no acionista que lhe confira influência significativa sobre o acionista; (iii) as coligadas das empresas controladas ou dos controladores diretos ou indiretos de um acionista, controladores estes considerados até o nível do Banco do Brasil S.A. e do Banco Bradesco S.A., ressalvados os casos nos quais essa participação tenha mero caráter de investimento; ou (iv) *joint ventures* (empreendimento conjunto) nas quais um acionista, e/ou suas Afiliadas ou Afiliadas de um acionista, estas consideradas até o nível do Banco do Brasil S.A. e do Banco Bradesco S.A., participem do controle; sendo que "Afiliada" significa qualquer pessoa jurídica que, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários: (i) exerça controle sobre um acionista ou (ii) esteja sob controle de um acionista ou (iii) esteja sob controle comum com um acionista, assim considerados até o nível do Banco do Brasil S.A. e do Banco Bradesco S.A.) desde que o valor global destes contratos ou negócios exceda àqueles fixados, periodicamente, pelo próprio Conselho de Administração, ressalvado, entretanto, que em quaisquer contratos ou negócios deverão sempre ser observadas as regras de mercado, em condições comutativas e equitativas; (d) aprovação de empréstimos ou créditos para a Sociedade, desde que o montante exceda àquele fixado, periodicamente, pelo próprio Conselho de Administração; (e) venda, alienação ou oneração de bens da Sociedade, ou a concessão de garantias para si própria ou para terceiros, com valor global superior àquele fixado, periodicamente, pelo próprio Conselho de Administração; (f) decisões sobre a introdução de novos negócios e a aprovação do plano estratégico das carteiras de produtos e serviços; (g) aprovação e alterações dos seus Regimentos Internos e dos órgãos de assessoramento; (h) resgate de ações da Sociedade; (i) a fixação e a modificação dos montantes relevantes para as transações que exigirem a aprovação do Conselho de Administração, conforme o Artigo 12, letra "f", este Artigo 16 e o Artigo 21, §primeiro, letra "a"; (j) emissão de novas ações até o limite autorizado; (k) aquisição, venda, incorporação, cisão, fusão, transformação ou liquidação de subsidiárias integrais e/ou controladas da Sociedade; e (l) aumento de capital social de subsidiárias integrais e/ou Controladas, em valores superiores àqueles fixados periodicamente pelo Conselho de Administração, salvo se dentro do limite do capital autorizado. **Artigo 17** - Serão arquivados no Registro de Comércio e publicadas as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros. **Artigo 18** - A Diretoria da Sociedade será composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 10 membros, sendo um deles o Diretor Presidente e os demais, diretores sem designação específica. Todos os diretores da Sociedade deverão ser indivíduos residentes no País, acionistas ou não da Sociedade, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 anos, permitida a reeleição. O mandato dos diretores da Sociedade estender-se-á até a posse dos seus substitutos. **§1º** - A reunião do Conselho de Administração que eleger os diretores da Sociedade deverá designar, entre eles, um Diretor Presidente. **§2º** - Os diretores poderão ser destituídos e substituídos a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração. (I) No caso de vacância do diretor Presidente, este deverá ser substituído por outro diretor até nova designação pelo Conselho de Administração. (II) No caso de vacância no cargo de qualquer outro diretor, o Diretor Presidente deverá designar as funções para outro diretor até que um novo membro seja eleito pelo Conselho de Administração. **Artigo 19** - A Diretoria terá os deveres e os poderes que a lei e este Estatuto lhe conferem para assegurar a execução fiel e eficiente dos fins da Sociedade. **§Único** - Incumbe aos diretores fornecer ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, se instalado, a pedido de qualquer membro destes, as informações que lhes sejam solicitadas ou outras que entenderem relevantes. **Artigo 20** - Compete ao diretor Presidente, além das funções, atribuições e poderes conferidos pelo Conselho de Administração: (a) executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração; (b) dirigir a execução do planejamento geral e estabelecer metas e objetivos para a Sociedade; (c) coordenar e representar a Sociedade no relacionamento com seus clientes, fornecedores e terceiros em geral; (d) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades diárias da Sociedade; e (e) supervisionar e coordenar as atividades dos demais diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social e definidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 21** - A Sociedade será representada: (I) mediante as assinaturas de 02 (dois) diretores agindo em conjunto ou um diretor agindo em conjunto com um procurador com poderes bastantes ou dois procuradores com poderes bastantes para: (a) representar a Sociedade ativa e passivamente; (b) firmar contratos e assumir obrigações até o limite fixado pelo Conselho de Administração; abrir e movimentar contas bancárias, podendo, para tanto, emitir e endossar cheques; transigir e firmar compromissos; sacar, emitir, endossar para cobrança, caução e/ou desconto, ou aceitar duplicatas ou quaisquer outros títulos de crédito; e (c) prestar fianças, avais ou outras garantias em operações autorizadas pelo Conselho de Administração. (II) mediante a assinatura de um diretor, agindo isoladamente, ou um procurador com poderes bastantes, para: (a) emitir e endossar duplicatas para cobrança bancária; endossar cheques para depósito em conta bancária da Sociedade; firmar contratos de câmbio; e, até o limite fixado pelo Conselho de Administração, assinar pedidos de compras e confirmação de vendas; e (b) representar a Sociedade perante qualquer repartição, autarquia ou sociedade de economia mista, federal, estadual ou municipal, desde que não seja para assumir obrigação em nome da Sociedade ou exonerar terceiros perante ela. **§Único** - A Sociedade poderá constituir procuradores com poderes bastantes para, agindo isoladamente ou em conjunto com um diretor ou com outro procurador com poderes bastantes, representá-la conforme determinado no correspondente instrumento de mandato. Os procuradores deverão sempre ser nomeados para fins específicos e, quando "ad negotia", por prazo determinado. A nomeação far-se-á sempre por 2 diretores. **Artigo 22** - É vedado a qualquer conselheiro ou diretor, sob pena de responsabilidade pessoal e de perda do cargo que ocupa, a utilização da denominação da Sociedade para atos de qualquer natureza, tais como a prestação de fianças, abonos, avais e outras garantias de mero favor, sempre que estranhos aos negócios e objetivos sociais da Sociedade ou que possam ser tidos como atos de liberalidade. **Capítulo IV - Dos Comitês: Artigo 23** - A Sociedade, por meio do seu Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá instituir comitês de assessoramento, permanentes ou temporários, com funções técnicas e/ou consultivas, sem poder de deliberação. **§1º** - Os membros dos comitês serão indicados pelo Conselho de Administração. **§2º** - Caberá ao Conselho de Administração, nos termos do Artigo 16 deste Estatuto, aprovar os Regimentos Internos dos comitês, que disciplinarão as regras de funcionamento, responsabilidades específicas e atribuições de cada um dos comitês. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal: Artigo 24** - O Conselho Fiscal da Sociedade, que será composto por 04 membros efetivos e igual número de suplentes (para casos de impedimentos temporários e vacância), funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado e remunerado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com a legislação em vigor. **§1º** - A posse dos membros do Conselho Fiscal nos cargos faz-se por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo membro empossado. **§2º** - O Conselho Fiscal elege seu presidente na primeira reunião e suas deliberações são sempre tomadas por maioria de votos dos presentes e lavradas em forma de ata no livro próprio, sendo assinadas por todos os presentes. **§3º** - O mandato unificado dos membros do Conselho Fiscal encerra-se na AGO subsequente à sua eleição. **Capítulo VI - Da Assembleia Geral: Artigo 25** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao ano, no curso dos 4 meses imediatamente subsequentes ao encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas em lei. **Artigo 26** - A Assembleia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que os interesses societários, este Estatuto Social ou a legislação aplicável exigirem decisões dos acionistas. **Artigo 27** - Somente poderão comparecer às Assembleias Gerais os proprietários de ações cujos nomes estejam inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas até 48 horas antes da data designada para a realização da correspondente Assembleia. **§Único** - O acionista pode ser representado em Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja acionista, administrador da Sociedade ou advogado. **Artigo 28** - As deliberações das Assembleias Gerais serão tomadas por maioria de votos, não computando os votos em branco, ressalvadas as exceções de lei e as deliberações sobre os assuntos relacionadas no Artigo 30 abaixo, as quais deverão ser aprovadas por acionistas representando, no mínimo, 2/3 das ações com direito a voto. **Artigo 29** - Os avisos de convocação de Assembleias Gerais deverão ser enviados aos acionistas da Sociedade no mínimo, 10 dias úteis de antecedência da data de realização da correspondente Assembleia, por carta ou e-mail com confirmação de recebimento dos destinatários. **Artigo 30** - O quórum de instalação das Assembleias Gerais será aquele previsto em lei, exceto para os assuntos relacionados abaixo, nos quais o quórum mínimo de instalação deverá ser de titulares de ações representando, pelo menos, 2/3 das ações com direito a voto: (a) aquisição de outras sociedades, investimentos relevantes em outras sociedades ou associação, inclusive sob a forma de "joint venture", da Sociedade com outras sociedades ou grupos; (b) incorporação, cisão, fusão, transformação ou liquidação da Sociedade; (c) reforma do Estatuto Social ou alteração dos objetivos da Sociedade; (d) aumento do capital social; (e) alteração da razão social ou nome fantasia da Sociedade; e (f) modificações nos direitos pertinentes a ações, classes de ações, dividendos, preferências ou resgates de ações. **Capítulo VII - Da Ouvidoria: Artigo 31** - A Sociedade aderirá à Ouvidoria instituída pela Elo Participações Ltda. ("EloPar"), composta de 1 Ouvidor, com formação superior e bons conhecimentos do negócio da Sociedade, designado e destituível pelos acionistas, com mandato de 2 anos, sendo possível a renovação de mandato por igual período mediante deliberação dos acionistas. **§1º** - A Ouvidoria terá por atribuição: a) zelar pela estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre as Investidas sobre as quais dispõe o "caput" deste item, os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; b) receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços das Investidas sobre as quais dispõe o "caput" deste item, que não forem solucionadas pelo atendimento habitual realizado pelos canais de atendimento a clientes; c) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas; d) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual deverá respeitar o prazo legal; e) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado na letra "d"; f) propor aos competentes órgãos internos, na forma da regulamentação aplicável, medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; e g) elaborar e encaminhar aos competentes órgãos internos, na forma da regulamentação aplicável, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo proposições de que trata a letra "f", quando existentes. **§2º** - A Sociedade: a) manterá condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e b) assegurará o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades. **Capítulo VIII - Do Exercício Social, do Balanço e do Lucro: Artigo 32** - O exercício social será encerrado em 31 de dezembro de cada ano, em cuja data serão preparados o balanço e os relatórios financeiros. **§1º** - Do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. **§2º** - Dos lucros líquidos obtidos no exercício social, 5% serão deduzidos para constituir a reserva legal até que esta reserva atinja 20% do capital social. **§3º** - Os acionistas terão direito de receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de acordo com o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações, podendo a Assembleia Geral, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, ou a retenção de todo o lucro. **§4º** - Por proposta dos órgãos da administração, uma parcela dos lucros da Sociedade, formada por até 100% dos lucros que remanescerem após as deduções legais e estatutárias, poderá ser destinada à formação de "Reserva de Expansão", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Sociedade, bem como reforçar o seu capital de giro, não podendo esta reserva ultrapassar o valor de 95% do capital social da Sociedade. Os recursos atribuídos à Reserva de Expansão, desde que não impactem o fim a que foram constituídos, por sugestão da Diretoria da Sociedade e deliberação do Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, também poderão, a qualquer tempo, ser revertidos e distribuídos, de forma integral ou parcial, aos acionistas a título de dividendos. **§5º** - À conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, a Diretoria, mediante aprovação do Conselho de Administração, fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários. **§6º** – Poderá a Diretoria, ainda, mediante aprovação do Conselho de Administração, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários, cuja declaração lhe é facultada pelo §anterior ou, ainda, em adição aos mesmos. **§7º** - Os juros eventualmente pagos aos acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício (25%). **§8º** - A Assembleia Geral decidirá sobre o destino a ser dado ao eventual saldo do lucro líquido apurado no exercício. **§9º** – A Sociedade poderá preparar balanços intermediários, a qualquer tempo, para cumprir requisitos legais ou para fins de conveniência, inclusive para fins de distribuição antecipada de dividendos. **§10** - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, em cuja data serão preparados o balanço e os relatórios financeiros, podendo a Companhia, ainda, levantar balanços em menores períodos, inclusive mensais, sendo que os eventuais lucros apurados nestes períodos terão a destinação determinada em Assembleia Geral. **Capítulo IX - Da Liquidação: Artigo 33** - A Sociedade entrará em liquidação nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. **Capítulo X - Das Disposições Gerais: Artigo 34** - A Sociedade, por seus administradores, deve observar e fazer cumprir as disposições dos acordos de acionistas arquivados na sede social. **Artigo 35** - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral." Certificamos que o presente Estatuto Social contém as alterações deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária da Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A. (antiga denominação social da NAIP Instituição de Pagamento S.A.) de 24.03.2025. **Esther Dalmas** - Presidente da mesa; **Gustavo Mattos Sarachini** - Secretário da mesa.

Rio Sul Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 49.009.423/0001-61 - NIRE 3530060748-1

Ata da 4ª Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 15/04/2025, 10h, na sede social da companhia, dispensada a convocação, Parágrafo 4º, artigo 124, Lei nº 6.404/1976, com a presença confirmada de todos os acionistas. **Presença:** reuniram-se os acionistas da sociedade, representando a totalidade do capital social da **Rio Sul Securitizadora S.A. Alvaro Luis Diogo Biazon, Antonio Sergio Borges, Leonardo Lopes Cavalcante, Simone Danianski Frosio Borges**. **Deliberações: I** - O Sr. Presidente pôs em votação a análise da proposta da diretoria para emissão de 50.000 debêntures simples, no montante de R$ 50.000.000,00, ao valor unitário de R$ 1.000,00 cada uma, sendo aprovada pelos acionistas por unanimidade a referida emissão, conforme Escritura da 2ª Emissão Privada de Debêntures Simples, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, anexo a Ata da AGE. Esta ata é Extrato da Ata da 4ª AGE, servindo para fins legais de publicidade dos atos societários deliberados. Na qualidade de Presidente e Secretária da Assembleia, declaramos que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio. Campinas/SP, 15 de abril de 2025. (a.a.). **Alvaro Luis Diogo Biazon** - Presidente e Acionista, **Leonardo Lopes Cavalcante** - Secretário e Acionista.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu **Regulamento de Compras**, cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br).

CONCORRÊNCIA:

FFM 0213/2025-00 "IMPERMEABILIZAÇÃO C/ POLIUREIA PURA"
FFM 0564/2025-00 "COLCHÕES P/ CAMAS ELÉTRICAS"
FFM 0654/2025-00 "40.000 UN DE EQUIPO P/ADMIN. SOL. PARENTERAL MACROG. C/ INJETOR LAT. INF. 150CM (COMPLETO)"

ADJUDICAÇÃO – COMPRAS REGULAMENTO FFM

FFM 2151/2024-00 (RC 42.268) SECTA SYSTEM PROJETOS E SERVIÇOS LTDA-ME, 21.707.512/0001-62. **FFM 0343/2025-00** (RC 42.661) DMSP CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA LTDA-EPP, 31.963.637/0001-07

SINDICATO DOS PROFESSORES DE JUNDIAÍ

COMUNICADO

O SINDICATO DOS PROFESSORES DE JUNDIAÍ COMUNICA aos professores do SESI e SENAI na base territorial de Jundiaí, SP que o prazo para oposição à Contribuição Assistencial previsto pela cláusula 54, da Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria dos PROFESSORES DO SESI E SENAI para 2025 inicia-se no dia 02 de maio de 2025 encerrando-se no dia 24 de maio de 2025. O direito de oposição à cobrança da contribuição assistencial, deve ser exercido, sem qualquer vício de vontade, de modo individual, pessoalmente, na sede do Sindicato ou por meio de carta registrada encaminhada ao Sindicato profissional, com cópia ao RH da Empresa, contendo a qualificação do PROFESSOR (Nome, CPF/MF, endereço de e-mail e número celular), da Instituição de Ensino (nº do CE).

Jundiaí, 28 de abril de 2025.

Sandra Baraldi Pereira
Presidente

Auto Posto Postal de Iguape Ltda.

CNPJ nº 03.706.187/0001-31 - NIRE nº 35.216.181.266

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO DE SÓCIOS

A **Auto Posto Postal de Iguape Ltda.** ("Postal de Iguape" ou "Sociedade"), CNPJ 03.706.187/0001-31, registrada perante a JUCESP NIRE 35.216.181.266, com sede na cidade de Iguape, SP, na Av. Jânio Quadros, 163, Quadra 2.810, bairro Canto do Morro, CEP: 11.920-000, representada pelo seu administrador **Dilermando do Nascimento**, RG 3.040.378 SSP/SP, CPF 047.472.678-91, convoca a Reunião de Sócios da Sociedade ("Reunião"), nos termos do Contrato Social e do art. 1.072 do Código Civil. Assim, ficam os senhores Quotistas da Sociedade convocados a se reunirem em Reunião a ser realizada exclusivamente sob a forma digital, nos termos do art. 1.080-A, §único, do Código Civil, em 1ª convocação no dia 08/05/2025, às 09h, e, em 2ª convocação, no dia 08/05/2025, às 09h15, cuja ordem do dia é a seguinte: **(a)** Deliberação sobre a destituição da Sra. Maria Odete Cecília Gonçalves Pinto, na qualidade de administradora da Sociedade, nos termos dos arts. 1.063, §1º, e 1.071, inciso III, ambos do Código Civil; e **(b)** Deliberação sobre a proposta de alteração do Contrato Social da Sociedade, a fim de incluir a previsão de exclusão extrajudicial de sócio por cometimento de atos de inegável gravidade, nos termos do art. 1.085 do Código Civil. Informações Gerais: A Sociedade disponibilizará informações sobre a plataforma digital em que ocorrerá a Reunião diretamente ao Quotista ou ao seu procurador devidamente constituído. Para participar da Reunião via plataforma digital, os Quotistas deverão enviar, no prazo de até 24 horas anteriores ao horário da 1ª convocação, os documentos de habilitação e representação abaixo relacionados, para os seguintes e-mails: rvilela@bvzadvogados.com.br e lferreira@bvzadvogados.com.br, que são os meios eletrônicos para esclarecimento de quaisquer dúvidas e/ou questionamentos. Documentos: cópias do documento de identidade e CPF do Quotista, bem como, se for o caso de representação do Quotista por procurador, instrumento de mandato outorgado pelo Quotista nos termos da legislação aplicável, e cópias do documento de identidade, CPF e OAB do procurador. São Paulo/SP, 25/04/2025. **Auto Posto Postal de Iguape Ltda. Dilermando do Nascimento** – Administrador da Sociedade.

CIRCE BONATELLI, ALTAMIRO SILVA JUNIOR
E MATHEUS PIOVESANA
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
X: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Sercomtel, de Tanure, vende licenças 5G para consórcio de operadores

A empresa de telefonia Sercomtel, detida pelo fundo de investimento Bordeaux Participações, ligado ao empresário Nelson Tanure, assinou a venda das licenças de exploração de internet 5G na faixa de 3,5 Ghz na Região Norte e no Estado de São Paulo. Conforme apurou a *Coluna*, o comprador foi o consórcio Amazônia 5G, que reúne dezenas de provedores de internet. Procuradas, as partes confirmaram a transação, que agora depende de aval da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Se concluída, será a primeira vez que uma licença de exploração de internet móvel é vendida no mercado secundário. O que as empresas faziam até aqui quando o negócio não prosperava conforme esperado era devolver a licença para a Anatel, com multa.

Empresa comprou direito por R$ 82 mi

As licenças foram arrematadas pela Sercomtel por R$ 82 milhões em 2021. O lance representou um ágio de 719% sobre o valor mínimo, indicando o apetite grande de Tanure pelo setor. O fundo Bordeaux Participações foi estruturado para explorar diferentes modalidades do mercado de telefonia e internet.

Fundo reúne operações do Paraná

A Sercomtel foi comprada em 2020, em privatização de Londrina (PR). O fundo também é dono da Ligga (antiga Copel Telecom), de banda larga fixa, e da Horizons, de conectividade e TI para empresas. Todas ficam no Paraná e o grupo de Tanure e parceiros decidiram enxugar as atividades, concentrando-as no Estado.

● **EDITAL.** Vale lembrar que, além dos R$ 82 milhões desembolsados no leilão, a Sercomtel teria que investir cerca de R$ 700 milhões para cumprir todas as obrigações de cobertura previstas no edital. Essa equação ficou mais difícil com a disparada dos juros no País.

● **METAS.** O conjunto de obrigações inclui ativar o 5G em 758 municípios pequenos, com menos de 30 mil habitantes, na Região Norte e em São Paulo, e implantar um *backhaul* (rede central de fibra ótica) de 554 quilômetros em 19 municípios. Essas metas devem ser entregues de forma gradual, atingindo 30% em 2026 e 100% em 2029, segundo o edital.

● **ÁGUA NO DESERTO.** Com a venda das licenças, a conta será passada para o comprador, o consórcio Amazônia 5G. "Não é um desafio pequeno, mas a conta não vai ficar tão grande quando se divide entre todos os provedores", disse o presidente do consórcio, Luiz Claudio Soares Pereira, em entrevista. "A receita prevista também é grande. Vai ser 'como vender água no deserto', porque há regiões sem internet móvel alguma."

● **ESTADOS.** O consórcio Amazônia 5G é composto por oito operadoras principais, encabeçando os negócios em cada Estado: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e São Paulo. Cada uma fornece a infraestrutura de rede para dezenas de outros provedores locais. Ao adquirir as licenças, o consórcio poderá habilitar o sinal nessas áreas. "Vamos viabilizar o espectro de 3,5 Ghz para esses provedores levarem o 5G para as pequenas comunidades onde as grandes operadoras não têm interesse de atuar", explicou Pereira.

OI, DE NOVO

DIVULGAÇÃO/TOTVS -28/3/2023



Totvs volta a negociar compra da empresa de softwares Linx, da Stone, após correção de preço; companhia havia desistido do negócio

● **TEM NEGÓCIO.** A volta da Totvs à mesa de negociações para comprar a empresa de softwares Linx tem o preço como principal motivador. Fontes ouvidas pela *Coluna* afirmam que o preço pelo qual a Stone está disposta a vender a Linx ficou mais próximo ao que a Totvs considera justo, e estimam que as negociações estariam em cifras entre R$ 2,5 bilhões e R$ 3 bilhões.

● **BALANÇO.** Desde que a Totvs se retirou do processo, em fevereiro, a Stone fez uma baixa contábil relativa ao ágio pago pela Linx em 2021, e que foi ao todo de R$ 3,6 bilhões. À época, a empresa alegou ter revisado as previsões tanto de venda cruzada entre software e serviços financeiros quanto as perspectivas para a economia. Procuradas, a Stone e a Totvs não comentaram.

● **MENOR.** Bancos de investimento consideram que o valor da Linx ficou mais próximo ao que se estimava quando o processo de venda começou, no ano passado. O Citi calcula que a potencial venda poderia render até R$ 4,35 bilhões para a Stone. Já o Bank of America afirma que o valor da Linx hoje está em R$ 4 bilhões. Ambos são menores que os R$ 6,7 bilhões pagos pela Stone em 2021, e que os R$ 6 bilhões que a Totvs ofereceu naquela época.

● **DE VOLTA À CARGA.** Essa é a terceira vez que a Totvs tenta comprar a Linx. A primeira foi em 2020, quando saiu perdendo. A segunda foi no ano passado, quanto a Stone colocou o negócio à venda.

SOBE

Total de empresas engajadas em sustentabilidade avança

REPRODUÇÃO/AMCHAM.COM.BR



Uma pesquisa sobre sustentabilidade nos negócios mostra que o número de empresas engajadas cresceu de 2024 a 2025 e passou a ser maioria (52%). A informação é do Panorama da Sustentabilidade Corporativa 2025, da Câmara Americana de Comércio (Amcham Brasil) e da Humanizadas, empresa de inteligência de dados. O porcentual de companhias onde já são implementadas iniciativas sustentáveis passou de 71% a 76%.

DESCE

Crédito imobiliário via poupança cai 6% em março

HÉLVIO ROMERO/ESTADÃO - 18/12/2018



A concessão de crédito imobiliário com recursos da poupança caiu 6,2% em março na comparação com o mesmo mês de 2024, para R$ 12,1 bilhões, segundo a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip). Em relação a fevereiro de 2025, a retração foi de 5,1%. Ainda assim, o primeiro trimestre teve concessões 16,2% maiores que as do mesmo período de 2024, num total de R$ 38,3 bilhões.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 135.015,89 PTS. | Dia 0,21% | Mês 3,65% | Ano 12,25%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
AUTOMOB ON NM	0,26	8,33	3.503
LOJAS RENNERON	14,31	3,40	31.325
YDUQS PART ON NM	14,61	3,18	16.358

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

BRBRASIL REON NM	45,50	-5,37	8.982
MINERVA ON NM	7,46	-4,73	27.128
P.ACUCAR-CBDON	4,20	-4,55	13.232

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

23/4 a 23/5	0,1711	1,0532	0,6720	0,5000
24/4 a 24/5	0,1711	1,0538	0,6720	0,5000
25/4 a 25/5	0,0202	1,0018	0,6700	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	40.227,59	0,28	-4,22	-5,45
FRANKFURT - DAX	22.271,67	0,13	0,49	11,87
LONDRES - FTSE	8.417,34	0,02	-1,00	2,99
TÓQUIO - NIKKEI	35.839,99	0,38	0,62	-10,16

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	7,47	3.308,46
	15/8/2040	7,38	1.520,31
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	7,55	4.157,39
PREFIXADO	1/1/2028	13,51	712,89
	1/1/2032	14,12	415,86
SELIC	1/3/2028	0,06	16.425,99

(*)TÍTULOS À VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Fevereiro	Março	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	1,48	0,51	2,00	5,20
IGP-M (FGV)	1,06	-0,34	0,98	8,58
IGP-DI (FGV)	1,00	-0,50	0,60	8,57
IPC (FIPE)	0,51	0,62	1,37	4,89
IPCA (IBGE)	1,31	0,56	2,04	5,48
CUB (Sinduscon)	0,09	0,12	2,28	6,32
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,39	0,22	1,02	6,45

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	1,0858	IPCA (IBGE)	1,0548
IGP-DI (FGV)	1,0857	INPC (IBGE)	1,0520
IPC-FIPE	1,0489	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MARÇO)

Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.518,00	7,5%
DE R$ 1.518,01 ATÉ R$ 2.793,88	9%
DE R$ 2.793,89 ATÉ R$ 4.190,83	12%
DE R$ 4.190,84 ATÉ R$ 8.157,41	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.518,00 A 8.157,41	20%	DE 303,60 A 1.631,48

VENCIMENTO 15/04. O PERCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/30)	14,43	0,14	1,91	17,03
CDI	14,15	0,00	0,00	16,46

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/25	17,84	86.487	17,68	18,09	1,87
CAFÉ NY*	JUL/25	400,05	72.083	392,95	411,30	2,35
SOJA CBOT**	MAI/25	10,52	94.589	10,40	10,54	0,23
MILHO CBOT**	JUL/25	4,83	871.411	4,78	4,85	-0,46

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Últ.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	129,87	-0,37	4,20
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	323,90	0,00	39,46
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	80,49	-0,05	38,56
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	2058,08	47,04	110,95

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,6480	-0,70	-1,00	-8,61
DÓLAR TURISMO	5,8730	-0,83	-1,19	-8,86
EURO	6,4510	-0,19	4,57	0,40
OURO US$/ONÇA-TROY	3.284,50	2,10	4,91	23,29
WTI US$/BARRIL	61,8600	-1,92	-13,09	-13,69
BRENT US$/BARRIL	64,6200	-1,24	-13,46	-13,59

	US$ 1/NY	Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,1420	1,3440	0,1768
EURO	0,876	1,0000	1,1769	0,1548
FRANCO SUÍÇO	0,820	0,9367	1,1024	0,1450
LIBRA ESTERLINA	0,744	0,8497	1,0000	0,1315
IENE	142,178	162,2570	190,9550	25,1380

AS MOEDAS NA VERTICAL VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS | FONTE: BC

Encontra-se aberto no Complexo Penal de São Vicente, situada à Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, km 282 – Parque Continental – São Vicente/SP, licitação do tipo menor preço, na modalidade Pregão Eletrônico – 0002/2025, visando a Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis – Participação Ampla com cota de até 25% para ME/EPP/COOPERATIVAS, para consumo no período de 01/05/2025 a 31/08/2025. A licitação será realizada no dia 29/04/2025 às 09H00hs, através do site: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Maiores informações através do telefone (13) 3565-3605 em horário comercial, ou e-mail:finansupri@gmail.com

ESTADÃO 150

150 ANOS DE HISTÓRIA E TRADIÇÃO NO JORNALISMO PAUTADOS PELA TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE.

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS





ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:



ESTADÃO 150 ESTADÃO RI
ELDORADO FM 107.3 ESTADÃO BLUE STUDIO
AGÊNCIA ESTADO broadcast



Fundação Bachiana Filarmônica

CNPJ 08.259.935/0001-07

Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - Em Reais

Balanço Patrimonial	2024	2023
Ativo/ativo circulante		
Disponibilidades s/restrições	17.235.472	15.931.410
Disponibilidades c/restrições	3.187.829	2.747.399
Créditos a receber	360.000	
Adiantamento a empregados	36.244	75.909
Adiantamento de despesas	408.829	62.605
Despesas do exercício seguinte	-	374.009
	21.228.375	**19.191.333**
Ativo não circulante		
Créditos e valores a longo prazo	21.556	21.556
Imobilizado técnico	291.197	275.646
(-) Depreciação acumulada	(98.551)	(109.217)
	214.202	**187.986**
Contas de compensação ativa		
Convênio de cooperação - SESI	6.234.117	6.234.117
Imunidade tributária - ISS PMSP	120.471	30.751
	6.354.589	**6.264.868**
Total do Ativo	**27.797.165**	**25.644.187**

Balanço Patrimonial	2024	2023
Passivo/Passivo Circulante		
Fornecedores	9	987
Obrigações trabalhistas	312.256	330.293
Obrigações tributárias	78.542	43.346
Subvenções a realizar	3.187.833	2.747.403
Parcelamento-débito projetos/FNC	-	166.226
	3.578.640	**3.288.256**
Passivo não circulante	**1.731.027**	**138.544**
Patrimônio social		
Fundo patrimonial	10.000	10.000
Superávit acumulado	16.122.910	15.942.520
	16.132.910	**15.952.520**
Contas de compensação passiva		
Convênio de cooperação - SESI	6.234.117	6.234.117
Imunidade tributária - ISS PMSP	120.471	30.751
	6.354.589	**6.264.868**
Total do passivo	**27.797.165**	**25.644.187**

Demonstração do Resultado	2024	2023
Receita operacional		
Doações/patrocínios	77.308	535.415
Subvenções s/restrições	2.005.106	1.394.740
Receita da prestação de serviços	1.364.820	767.717
Receita operacional líquida	**3.447.235**	**2.697.872**
Custos operacionais	**(1.554.907)**	**(1.000.182)**
Despesas operacionais		
Administrativas	(503.660)	(443.871)
Pessoal	(2.287.691)	(2.154.681)
Depreciação	(14.134)	(15.254)
	(2.805.485)	**(2.613.806)**
Resultado financeiro	**1.071.839**	**1.453.420**
Resultado não operacional	**21.707**	-
Resultado operacional	**(3.266.845)**	**(2.160.568)**
Superávit/déficit do exercício	**180.390**	**537.304**

Demonstração do Fluxo de Caixa	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**180.390**	**537.304**
Valor residual de imobilizado baixado	(24.800)	
Depreciação e amortização	14.134	15.254
	169.724	**552.558**
Variações nas contas do ativos:	**1.037.749**	**342.946**
Variações nas contas do passivo:	**2.187.637**	**(281.682)**
Caixa líquido das atividades operacionais	**3.395.110**	**613.822**
Caixa líquido aplicado nas ativ. de investimentos	**15.550**	**(29.211)**
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes	**3.410.660**	**584.611**
Saldo de caixa e equiv. no início do exercício	**15.931.410**	**15.346.800**
Saldo de caixa e equiv. no final do exercício	**17.235.472**	**15.931.410**
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes	**1.304.062**	**584.610**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Fundo Social	Superávit Acumulado	Patrimônio Social
Saldo em 31 de dezembro em 2022	**10.000**	**15.405.216**	**15.415.216**
Superávit do exercício		537.304	**537.304**
Saldo em 31 de dezembro em 2023	**10.000**	**15.942.520**	**15.952.520**
Déficit do Exercício	-	180.390	**180.390**
Saldo em 31 de dezembro em 2024	**10.000**	**16.122.910**	**16.132.910**

Notas Explicativas

Nota 1 - Contexto Operacional: A Fundação Bachiana Filarmônica é uma entidade do setor privado, sem fins lucrativos e/ou econômicos, de caráter assistencial e social, têm autonomia administrativa, operacional e financeira; instituída por escritura pública datada de 08/08/2006; não distribui resultados ou parcela de seu patrimônio e tem por finalidade apoiar, incentivar, assistir e promover o desenvolvimento de atividades de excelência e referência na formação musical e cultural, especialmente nas artes clássicas e assistência social, realizar eventos e ações educacionais na iniciação musical e cultural, desenvolver ações assistenciais que visem à integração ao mercado de trabalho e a inclusão social por meio da difusão da música clássica e erudita. Em 2007 foi reconhecida como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP e em 2011 reconhecida como sendo de Utilidade Pública Municipal. Foi firmado em 12/12/2011 **Termo de Cooperação** entre a Prefeitura Municipal de São Paulo-PMSP por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS e a Fundação Bachiana Filarmônica, objetivando o apoio e o incentivo à formação musical de crianças e adolescentes e o respectivo acesso aos ensaios gerais da Orquestra Bachiana Filarmônica SESI-SP. O Objeto do termo é a cooperação das Partícipes e para tais fins, a SMADS disponibiliza, à **Fundação**, imóvel municipal sito à Rua Álvaro de Carvalho nº 252 sob o viaduto Nove de Julho, Centro - SP, adequado às atividades musicais. **Nota 2 - Apresentação das Demonstrações:** As Demonstrações Contábeis e Financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base na Lei nº 11.638/07 e 11.941/09 além de NBC e de Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às Fundações, preparando a entidade para a aplicação das convergências das práticas contábeis atualmente praticadas no Brasil em conformidade com a Resolução CFC 1409/12 NBC ITG 2002. **Principais Práticas Contábeis Adotadas: Nota 3** - As práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações foram o reconhecimento pelo valor histórico, aplicado em todos os períodos apresentados; com exceção das aplicações Financeiras. **3. Ativo Circulante - 3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa -** Incluem o caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo. Os saldos de Bancos e Investimentos estão segregados entre recursos gerados pela própria entidade e recursos subvencionados, sem e com restrições. **3.2. Contas a Receber -** valores faturados e a receber de clientes. **3.2.1. Adiantamentos Diversos -** valores referente a adiantamentos de férias. **3.3. Adiantamento para Concerto -** valores enviados antecipadamente para concerto a realizar em 2025. **3.4. Ativo não Circulante -** Bens mantidos para a realização das atividades da entidade sendo, Investimento a longo prazo e Imobilizado. O imobilizado se apresenta deduzido das depreciações, calculadas pelo método linear, não diferindo das taxas de depreciação vigentes pela legislação Fiscal. **3.5. Passivo Circulante -** Compreendem quaisquer passivos que sejam considerados como obrigação, reconhecidos pelo regime de competência. **3.6. Obrigações Tributárias/Encargos Sociais a Pagar. 3.7. Despesas Trabalhistas -** Foram reconhecidas referente a férias a pagar e encargos das mesmas, até a data de encerramento do exercício. **3.8. Subvenções a Realizar -** Saldo remanescente de recursos provenientes de Projetos aprovados pelo Ministério da Cultura, em fase de execução, PRONAC 24/1583 valor de R$ 3.082.563,81 e PROAC 46/088, no valor de R$ 105.265,26. **3.9. Adiantamento de Doações** - valores recebidos antecipadamente de doação para realização no ano subsequente. **3.10. Passivo não Circulante** - Obrigações a Longo Prazo - Receita Diferida, relativo a valores faturados para realização do concerto no ano subsequente. **3.11. Patrimônio Social** - O Patrimônio Social da Fundação Bachiana Filarmônica foi inicialmente constituído pela dotação de R$ 10.000,00, conforme escritura pública. O superávit acumulado de exercícios anteriores tem seu valor reconhecido em reservas. **3.12. Imunidade/Isenção Tributária a Impostos -** Em observância aos seus objetivos institucionais a entidade desenvolve suas atividades conforme previsão em seu Estatuto, ademais, cumpre os requisitos previstos em lei, baseados na opinião de assessores jurídicos, contadores e auditores entendem que: **3.12.1 IRPJ e CSLL** - Vista a impossibilidade de equiparação do superávit ao lucro, não está sujeita à tributação do IRPJ e CSLL. **3.12.2 Outros Tributos e Contribuições -** A entidade contribuiu no período para a quota patronal do INSS sobre os valores pagos a título de salários e remuneração a terceiros; recolheu contribuição para o PIS sobre folha de salários; o COFINS sobre faturamento a partir do mês de maio de 2023 passou a ser alíquota zero em questão de seu código de serviço entrar no benefício do PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos; pagou-se COFINS sobre receitas financeiras; ISS (que em alguns códigos de serviços a entidade encontra-se Imune). **Nota 4 - Receitas Financeiras:** As receitas Financeiras são oriundas de aplicações financeiras, provenientes de recursos próprios e de terceiros dividindo-se em Fundos de Investimento Financeiro (FIF) e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), resgatáveis a qualquer momento; demonstrados pelo valor original acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, substancialmente refletindo as condições usuais de mercado. **Nota 5 - Critério de Apuração de Despesas/Receitas:** A apuração das despesas e receitas é feita através de documentos que comprovam a sua destinação pelo regime de competência. As subvenções foram reconhecidas como receitas a partir de 2011 em sua totalidade, e confrontadas com as despesas correspondentes, em bases sistemáticas conforme a realização dos Projetos, seguindo a Resolução CFC 1305/10. Não foram registrados valores de gratuidades, pelo motivo de não serem mensuráveis valores às atividades realizadas desta forma, tendo como modo de comprovação relatórios narrativos das atividades desenvolvidas, documentação idônea e prestação de contas junto aos órgãos públicos. **Nota 6 - Doações/Patrocínios:** A Fundação recebeu durante o exercício doações captadas através de parcerias, bens e valor monetário junto a pessoas jurídicas, valor este reconhecido como receita operacional. **Nota 7 - Contas de Compensação Ativa/Passiva: 7.1 Convênio de Cooperação SESI** - valores mensurados de acordo com o valor atribuído às bolsas recebidas pelos musicistas da Orquestra. **Nota 8 - Aplicação de Recursos:** Os recursos da entidade foram aplicados integralmente em suas finalidades institucionais em conformidade com o estatuto social, o que comprova as demonstrações contábeis, financeiras e relatórios de atividades realizados no período.

Ricardo da Silva Haydu - Diretor Presidente

Carmen Silvia Valio de Araujo Martins - Diretora Financeira

Marcelo Martins Miranda Rolo - CRC 1SP 210.955/0-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

1. Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Bachiana Filarmônica, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Bachiana Filarmônica, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2. Base para a opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à identidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **3. Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **4. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis** - A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **5. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: * Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. * Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. * Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. * Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. * Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade, consequentemente, pela opinião da auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Declaramos aos responsáveis pela Administração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2025

ELF Auditores Associados Ltda. CRC 2SP025.348/O-1

Eliane Fagundes Motta CT-CRC 1SP 221.334/O-6

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 2988/2025

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para fornecimento de **MATERIAIS MEDICOS - INSTRUMENTAIS** cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

A Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Área da Saúde INFINITY CARE, convoca seus associados regularmente inscritos na cooperativa, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, na Praça Dácio Pires Correia, 44 – Bairro Cidade Vargas – São Paulo - SP, no dia 19/05/2025, com a 1ª chamada às 14:00h, 2ª as 15:00h e a 3ª às 16:00h, para tratarem dos seguintes assuntos: A) Eleição d o Conselho Administrativo; B) Eleição do Conselho Fiscal; C) Apresentação dos resultados financeiros do ano de 2024, com aprovação do conselho fiscal; D) Reforma estatutária. E) Criação de filiais nas cidades de Campinas e Ribeirão Preto. Sem mais. Diretoria.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA USP
CNPJ Nº 63.025.530/0085-12
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90104/2025 – HU USP
PROCESSO SEI Nº 154.00001659/2025-12
REF.: ALTERAÇÃO DE ESPECIFICAÇÃO E DATA.

Informamos que foi alterado a especificação dos itens 03 e 04 do Pregão acima citado. Nova data: Sessão de Abertura: 13/05/2025 às 09:00 hs. O edital com as alterações estará disponível nos endereços: www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes

2ª Vara Cível de Americana São Paulo. SP Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1005391-56.2023.8.26.0019. O Sr. Dr. Marcos Cosme Porto, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Americana São Paulo - SP, Faz Saber THAIS NEVES SANTOS (CPF: 623.641.993-01) que BANCO BRADESCO S/A, lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, para declarar rescindidos os contratos de empréstimos pactuados: Cartão de crédito/compra - contrato n.º 4066559971939432/4066699929859553; da bandeira: VISA, pelo inadimplemento do demandado, bem como condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 287.568,10 (26/04/2023), atualização da última fatura, reconhecendo a aplicação de multa de 2%, já aplicada nos extratos, juros de 1% ao mês e correção monetária segundo índices oficiais (INPC). Encontrando-se a requerida em lugar incerto e não sabido, foi deferida a citação por edital, para que em 20 dias, a fluir após o prazo de 10 dias supra, ofereça resposta, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado. São Paulo/SP, 07/06/2024.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00650707422025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00001225/2025-12
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90072/2025

Objeto: Reagente para Biologia Molecular. Total de Itens Licitados: UM (01) item. Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 29/04/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-001346/2025. Entrega das Propostas: a partir de 29/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 13/05/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

CIDADE DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SAPOPEMBA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico **Nº 90003/SUB-SB/2025** - Processo SEI **Nº 6061.2024/0000481-8**

Objeto: **O presente pregão tem por objeto a prestação de serviços de manutenção de vias, logradouros, áreas públicas e desfazimento à Subprefeitura Sapopemba, nas condições estabelecidas no Termo de Referência** - Tipo: **EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL** - Regime de Execução: **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** - Data/hora da sessão pública: **05/05/2025 às 10h** - Local: www.compras.gov.br - Download do edital: http://enegocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00650683132025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00003171/2025-11
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90160/2025

Objeto: Oxacilina injetável e outros. Total de Itens Licitados: 11 (ONZE) itens. Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 29/04/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-001347/2025. Entrega das Propostas: a partir de 29/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 13/05/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Pregão Eletrônico TJMSP nº 90010/2025
Processo nº 25.1.000000050-7
Contratante (UASG) nº 929581

Acha-se aberto, na Secretaria Diretoria-Geral do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, o Pregão Eletrônico acima referenciado para a contratação de subscrição de ferramenta de ambiente de desenvolvimento integrado IntelliJ IDEA Ultimate. A sessão pública será realizada, por meio eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), com início previsto para o dia 20/05/2025, às 12h30. O edital, na íntegra, está disponibilizado nos endereços eletrônicos: www.compras.gov.br e www.tjmsp.jus.br.

CIDADE DE SÃO PAULO
SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Processo SEI **nº 6018.2024/0088728-6** - PREGÃO ELETRÔNICO **nº 04/2025 - CRSSE.**

Objeto: **Aquisição de BOBINAS PLÁSTICAS, conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital** - Tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM** - Data/hora da sessão pública: **13h00 do dia 20 de maio de 2025** - Local: https://www.gov.br/compras/pt-br - **DOCUMENTAÇÃO:** https://www.gov.br/compras/pt-br. **RETIRADA DO EDITAL:** https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/, https://www.gov.br/compras/pt-br, ou, na Sessão de Suprimentos da Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste, na Rua Padre Marchetti, nº 557 - Ipiranga - São Paulo/SP - CEP 04266-000, mediante o recolhimento da taxa referente aos custos de reprografia do edital, através do DAMSP, Documento de Arrecadação do Município de São Paulo, ou ainda poderá ser retirado mediante a apresentação de mídia digital.

Tecnologia Agronegócio

Máquinas agrícolas movidas a etanol ganham destaque em feira do setor

Na Agrishow, empresas apostam em combustível limpo em motores com a eficiência dos movidos a diesel

IGOR SAVENHAGO
AGRO ESTADÃO
RIBEIRÃO PRETO (SP)

Uma tecnologia apresentada na Agrishow, a maior feira de tecnologia para o agronegócio da América Latina, em Ribeirão Preto (SP), propõe um novo conceito para a queima de combustíveis, que deve permitir ampliar o uso do etanol em veículos voltados ao setor sucroenergético.

O sistema, lançado pela Grunner em parceria com a DSA, possui um injetor que possibilita que o etanol comece a ser queimado antes de chegar à câmara de combustão. Isso, segundo os desenvolvedores, abre um leque de possibilidades para que máquinas agrícolas funcionem a etanol sem perder eficiência energética.

A tecnologia é única no mundo e está sendo apresentada aos visitantes da feira como um protótipo, embarcado em um transbordo de cana-de-açúcar. No segundo semestre deste ano, o equipamento deverá estar pronto para começar as operações em campo, em um laboratório a céu aberto da Grunner, com 6,5 mil hectares de cana. O objetivo é que a tecnologia seja empregada na colheita da safra deste ano até o final, além de ser testada em propriedades de três produtores.

CÉLIO MESSIAS



José Reche, diretor da Grunner, com protótipo movido a etanol

"A nossa confiança no projeto é muito grande. Estamos fazendo história no etanol"
José Reche
Diretor de operações comerciais da Grunner

José Reche, diretor de operações comerciais da empresa, afirma que o protótipo é resultado de pelo menos oito anos de estudos, com intensificação nos últimos 24 meses. No ano passado, a empresa já havia demonstrado, durante a Agrishow, um motor conceito. "A nossa confiança no projeto é muito grande. Estamos fazendo história no etanol", afirma Reche.

O sistema de combustão desenvolvido pela parceria inova em relação aos dois ciclos existentes para a queima de combustível no Brasil: o ciclo diesel, que aumenta a temperatura do combustível por meio de pressão, e o ciclo otto, cuja queima é iniciada por meio de centelhas produzidas na vela de ignição. "Esse protótipo que trouxemos para a feira não é nem ciclo diesel nem ciclo otto. Ele inaugura um sistema novo, uma terceira via."

A DSA, parceira da Grunner, é especializada em sistemas de injeção eletrônica. Brasileira, já entregou tecnologias para a Fórmula 1 e para a Fórmula Indy.

TRATOR E COLHEDORA. Em outro estande, o da John Deere, também foi anunciado ontem o protótipo de um trator movido a etanol. A multinacional já havia apresentado um motor conceito na edição do ano passado e agora traz a tecnologia embarcada em um equipamento.

O trator, com combustão dentro do ciclo otto, está sendo testado no Brasil nos segmentos de cana-de-açúcar e grãos – onde o etanol está amplamente disponível. Segundo a empresa, o motor foi calibrado com ajustes de software para garantir alta performance e, com isso, apresentar desempenho semelhante aos de motores a diesel.

A Case IH também anunciou uma máquina de grande porte movida a etanol. O equipamento é uma colhedora de cana de duas linhas, testada nas lavouras de cana do Grupo São Martinho. Foram dez dias de testes na safra passada e, a partir deste mês de abril, a máquina voltará a operar. ●

CLASSIFICADOS

JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES & LEILÕES CARREIRAS & EMPREGOS

Para anunciar: (11) 3855-2001

IMÓVEIS SÃO PAULO

Vendem-se

APARTAMENTOS

ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

MOEMA
R$425.000 Sacada, 42úteis, 1ds, arms, gar., lazer, 11 99936-0304

2 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$650.000 S.novo, 70úteis, sacada, 2dts, gar. Lazer. 99936-0304

3 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$1.200.000 Sacada, 110úteis, 3dts, 1ste, 2vgs, lazer 99936.0304

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

BROOKLIN
R$1.800.000 Varandão, 220ú, 4ds (3sts), 3gs, lazer. 11 99936-0304

MOEMA
R$1.450.000 225úteis, varanda, liv.3ambs, 4dts(3suítes), 3gars. + depósito. lazer total 99936-0304

Alugam-se

APARTAMENTOS

ZONA OESTE

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

JD AMÉRICA
R$4.800 Rua: Bela Cintra 1490 apto111, 4dt, lavabo, dep. empr, 2vgs. Lilian ☎(11)3740-1126 hc

GRANDE SÃO PAULO

Vendem-se e alugam-se

COMERCIAIS

GUARULHOS
R$7.500.000 Galpão 2.500 A.C 4.000 at.Ac.permuta. 2198.5555

Classificados Estadão
Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001



GRANDE SP | COM

ITAPECERICA DA SERRA

Galpão 1100m² AC, 9000m² AT, Vest./Refeit./Port./Escri.t/Inf./compl. Tratar ☎(11)98394-9826

LITORAL

Vendem-se

APARTAMENTOS

GJÁ PITANGUEIRAS
R$800.000 209m², 1 p/and, 4ds, 1ste, 3 banh, Fte praia/shopp., 8° and., sacada. Vista mar de qualquer depend. (19)98181-5111

LITORAL | VD | APTO

GUARUJÁ

R$450.000 Lindo apto 120m², 3 dorms, 1(ste), 4 vgs. 150 metros praia. Dir prop. (11)99947-1417

Vendem-se

CASAS

CAMBURI
Casa Cond. Fechado, 160m² á.c, 3 suítes, 3 vagas gar., mobiliada, piscina, playground, 300mts da praia. (11)99999-8877 c/propr.

Classificados ESTADÃO
(11) 3855-2001



PROPRIEDADES RURAIS

TERRAS E FAZENDAS

RIBEIRÃO PRETO
Vendo Lindas fazendas, cana, soja, gado, sítio, chac, casas, apt, cond. fech A. Padrão. Creci 25375 ☎(16) 3635-6075/(16)99993-4561

OPORTUNIDADES

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

RESTAURANTE CAMPINAS - VENDO
Tradicional restaurante e lanchonete em Campinas. No melhor ponto de Barão Geraldo. Restaurante especializado em assados tradicionais e lanches. Negócio de oportunidade! Todo equipado e c/ câmara fria grande. Capacidade de faturamento R$100mil/mês. ☎(19)98834-3676 c/Marcos

PODCAST

Estadão Analisa
com Carlos Andreazza



Uma das principais vozes da análise política brasileira está no podcast **'Estadão Analisa'**.

Com um texto irreverente e críticas contundentes, Andreazza tem um encontro marcado com você nas manhãs para um papo intimista, em que analisa temas do momento a partir do discurso de figuras centrais da política e da economia.

O Estadão Analisa vai ao ar de **segunda a sexta-feira, às 7h.**

Assista **AO VIVO** pelo **canal** do **Estadão** no **Youtube.**

Estadão Analisa
com Carlos Andreazza
DE SEGUNDA A SEXTA
7h DA MANHÃ



Ou ouça depois nas **principais plataformas de áudio e vídeo** do Estadão.

ESTADÃO

Pensou em anunciar, pensou Estadão

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
(11) 99181-2018 WhatsApp

Segunda a Sábado:
8h às 20h
Domingo e feriados:
14h às 20h

SUA PLATAFORMA PESSOAL DE INFORMAÇÃO.

C6 E C7 **A fundo**



Pesquisas dependem de verbas que estão na mira de Donald Trump

CULTURA & COMPORTAMENTO

C2



C1

TERÇA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO

Elijah Wald

‘Meu trabalho foi deixar tudo mais confuso’

___ Autor de ‘Dylan Elétrico’ fala do livro, agora lançado no Brasil, que inspirou filme com Timothée Chalamet

SEARCHLIGHT PICTURES



Monica Barbaro (como Joan Baez) e Timothée Chalamet (como Dylan) em ‘Um Completo Desconhecido’

ENTREVISTA

Obra, elogiada pelo próprio Bob Dylan, passa a limpo o que ocorria nos anos 1960 e quanto o rock influenciou o artista

GABRIEL ZORZETTO

Desde que Bob Dylan gritou os primeiros versos de *Maggie's Farm* – “I ain't gonna work on Maggie's farm no more” (Eu não vou mais trabalhar na fazenda da Maggie, em tradução livre) – no Festival de Newport, em 1965, a música popular nunca mais foi a mesma.

Profeta de uma nova era ou traidor de um movimento? Seis décadas depois, seguimos a discutir a famosa guinada do folk ao rock-n'-roll feita pelo cantor de *Blowin' in the Wind* naquela fatídica noite de julho que mudou a década de 1960 ao quebrar barreiras entre os gêneros musicais e abrir caminho para novas gerações experimentarem distintas formas de expressão artística.

Em *Dylan Elétrico*, livro lançado originalmente em 2015 que acaba de ganhar publicação no Brasil, o escritor e músico norte-americano Elijah Wald desembaraçou e embaraçou as linhas que levaram àquele momento histórico sob três prismas: a ascensão do jovem poeta e compositor; os Festivais de Newport; e a importância de Pete Seeger (1919-2014) naquele universo – sem esquecer de Woody Guthrie (1912-1967), é claro, o maior ídolo de Bob Dylan.

“Meu trabalho foi deixar as pessoas mais confusas”, afirmou Wald em entrevista ao **Estadão**, por telefone. O autor de 66 anos, que teve acesso a gravações, filmagens e textos fundamentais do período, disse ter ficado contente com o fato de o próprio Dylan ter escolhido seu livro para ser a base da recente cinebiografia *Um Completo Desconhecido* (2024).

Quais foram os seus maiores desafios para fazer o livro e como foi seu processo de pesquisa?

Honestamente, meu maior desafio foi que tive de fazer tudo muito rapidamente, porque eu queria que o livro estivesse pronto para o 50.º aniversário do evento. Eu tive a ideia bastante tarde, então tinha apenas seis meses para fazer todo o projeto. A coisa mais difícil de encontrar eram as histórias das pessoas que estiveram lá na plateia, e que tinham escrito algo na época, mantido um diário ou escrito cartas. Eu queria entender o que as pessoas pensavam naquele momento.

O escopo histórico do livro é impressionante. Não é um livro sobre Bob Dylan, mas sim sobre uma era.

Sim, todo o meu trabalho como historiador de música é baseado na ideia de que quem faz as cenas musicais é o público, não os intérpretes. Se você está sempre olhando para o palco e não para o público, você não entende o que está acontecendo. Para este projeto em particular, a história sempre foi contada como se Dylan estivesse fazendo algo maravilhoso que as pessoas estúpidas na plateia não entendiam, e isso é simplesmente errado. As pessoas entendiam exatamente o que estava acontecendo.

EDITORA TORDESILHAS



“A história foi contada como se Dylan estivesse fazendo algo lindo e que as pessoas estúpidas na plateia não entendiam, e isso é simplesmente errado. As pessoas entendiam exatamente o que estava acontecendo”

Elijah Wald
Escritor e músico

Quando você narra aquela noite em Newport, fica claro que a banda não estava ensaiada e que houve muita desorganização no palco. Isso não é refletido no filme, por exemplo. Foi algo que o surpreendeu?

Sim, a performance foi terrível. A quantidade de espaço morto durante a performance no palco me surpreendeu. Não tenho ideia de por que isso aconteceu. Eles estavam de fato desorganizados. Dylan também sugeriu que talvez estivesse bêbado. Eu não sei. Eu sabia que não era perfeito, mas foi mais bagunçado do que eu havia compreendido.

Quanto da viagem para a Inglaterra em 1964 e a explosão dos Beatles e dos Rolling Stones influenciaram Dylan a mudar seu som para o rock-n'-roll?

Foi enormemente influente. Mas eu diria que não tanto para mudar seu som. Ele tinha sido um roqueiro no ensino médio. Após seu primeiro álbum, ele lançou o single *Mixed Up Confusion*, que soava assim. Acho que a invasão britânica definitivamente provou para ele que era o momento certo.

Muita gente não sabe exatamente a importância do Festival de Newport. Era um centro cultural alternativo que influenciou Woodstock, certo?

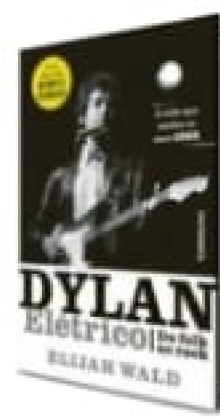
O rock-n'-roll chegou ao Brasil quase ao mesmo tempo que chegou aos EUA, por volta de 1955. Era divertido, mas não era algo pelo qual os universitários se interessavam. Era algo para crianças. E Newport era onde os intelectuais sérios iam. Dylan trouxe o público de Newport para o rock. E este é o momento que abre a porta para pessoas inteligentes como Caetano e Gilberto Gil começarem a fazer essa música. E ela deixa de ser música para dançar e passa a ser música para os intelectuais. Também no Brasil, havia muitas pessoas que não estavam felizes com a Tropicália. E Dylan foi o modelo de: “Sim, vocês estão me vaiando, mas eu sou o futuro”.

Sobre as relações amorosas de Dylan, com Joan Baez, Suze Rotolo, Sara Lownds, entre outras: ele era um parceiro ruim?

Depende do que se esperava dele. Você pode dizer o mesmo sobre Joan Baez. Muitas pessoas estavam se envolvendo romanticamente nesse período. O que Dylan fez de ruim para Joan não tinha nada a ver com o romance. Ele foi um mau parceiro profissional. Romanticamente, tiveram um momento juntos e ambos tinham outras pessoas. Profissionalmente, ela o levou por todo os EUA e o apresentou. E então, quando eles foram para a Inglaterra, ele nunca a levou para o palco. Já Suze Rotolo sabia no que estava se metendo. Ela não queria ser a namorada que tem de ficar sentada assistindo a tudo. A coisa surpreendente com Dylan não foi que ele dormiu com 1 milhão de pessoas diferentes, mas sim que, ao chegar a Newport, em 1965, ele já estava com Sara Lownds, com quem se casou, teve vários filhos e uma vida muito privada no campo. Lembre-se, eram pessoas na casa dos 20 anos.

Como você analisa as preferências políticas dele? Detecta uma aspiração ao comunismo ou seria meio superficial rotular assim?

Eu não rotularia. Dylan não era então um pensador político, era alguém com sentimentos fortes sobre injustiça e que não se encaixava em grupos. Ele sabia que algumas coisas estavam erradas. Que o racismo era errado, a pobreza era errada. ●



Dylan Elétrico: Do Folk ao Rock

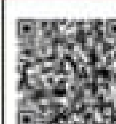
De Elijah Wald

Tradução de Christiano Sensi

Editora Tordesilhas (320 págs.; R$ 75)



Alice Ferraz
colunaaliceferraz@estadao.com

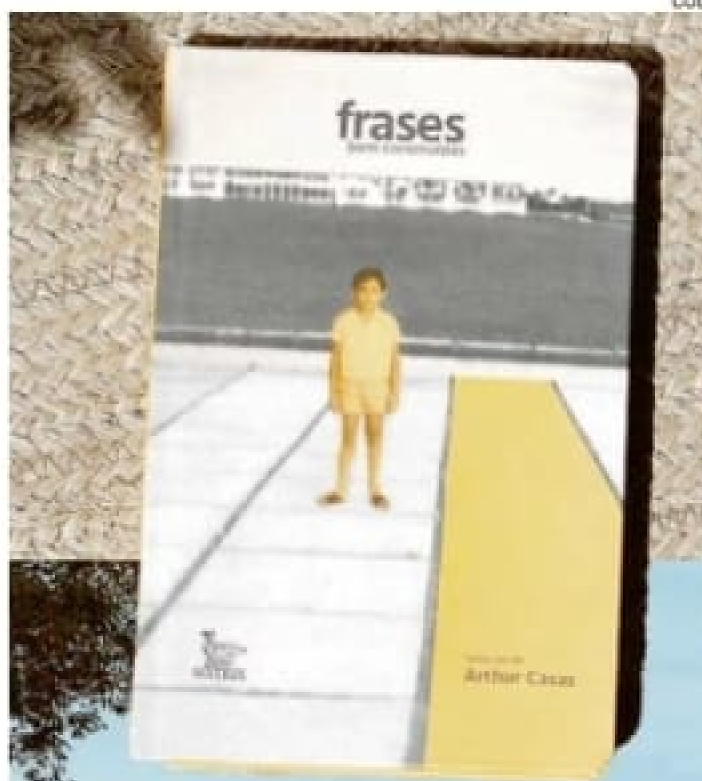


NA WEB
Acompanhe atualizações diárias da coluna no Portal Estadão
www.estadao.com.br/

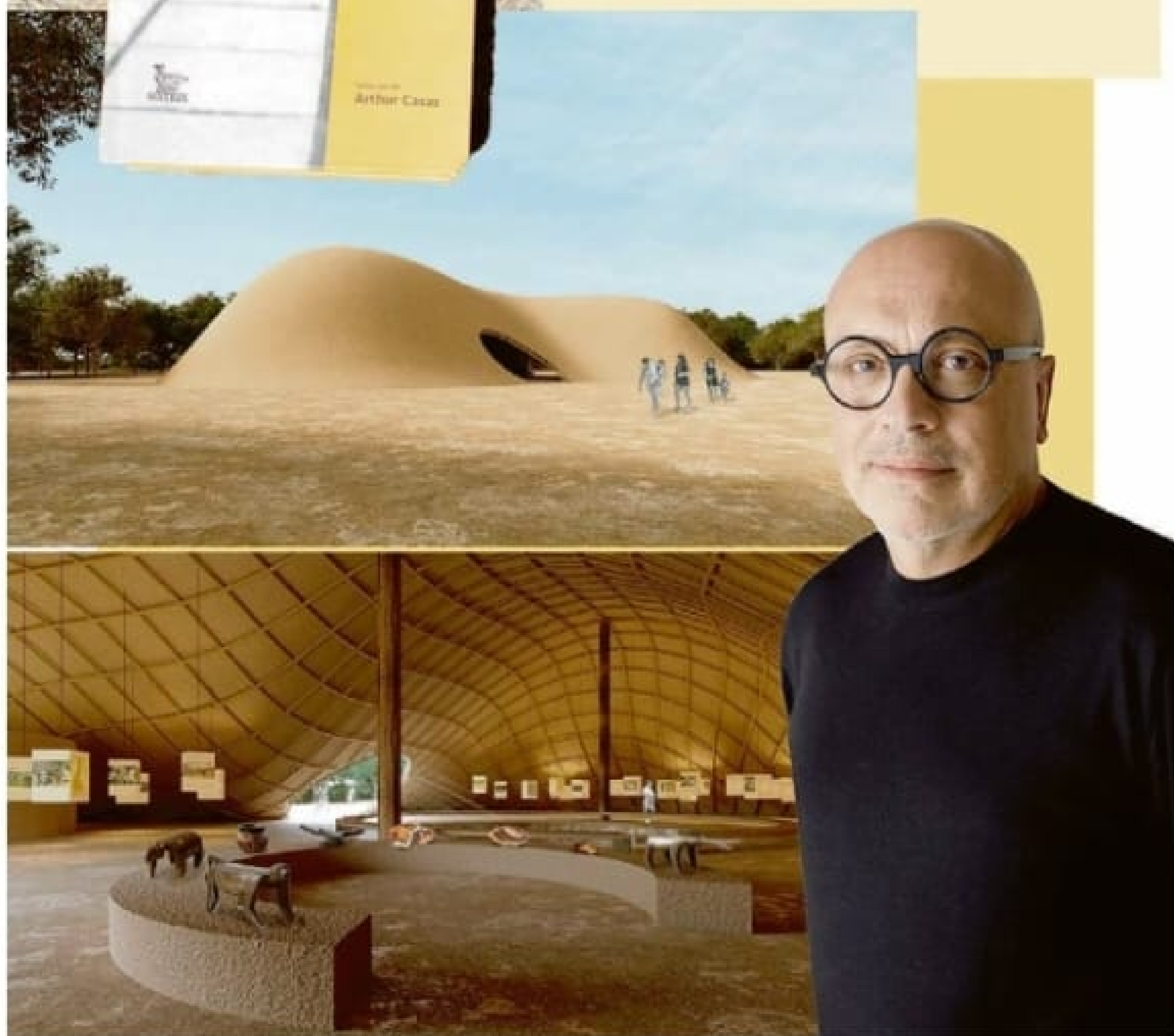
Arthur Casas, do Xingu à COP-30

Movido pela ideia de que a arquitetura deve ser uma ferramenta para transformar realidades, Arthur Casas se dedica agora a um projeto no Xingu, que visa revitalizar a vila do Posto Indígena Leonardo Villas-Boas. O objetivo é resgatar o legado dos irmãos Leonardo e Orlando Villas-Boas, fundadores do Parque Indígena do Xingu, por meio da criação de um centro de memória. "Eles criaram o parque e essa história está se perdendo", explica o arquiteto em conversa com a coluna. O projeto, que será doado ao local, prevê a construção de um pavilhão multiúso chamado Oca Moitará. Inspirado nas tradicionais ocas indígenas e unindo design contemporâneo com ancestralidade, a ideia é recuperar esse posto, segundo Casas. ●

COLAGEM DE THAIS BARROCO SOBRE FOTOS DE BRUNO POLETTI E STUDIO ARTHUR CASAS



"Na arquitetura, o mais importante não é o traço, o gesto ou mesmo o edifício, mas seu poder transformador"
Arthur Casas



● **ARTHUR CASAS 2.** Desenvolvido em colaboração com a comunidade local, o espaço contará com áreas para reuniões, uma sala de exposições e funcionará também como um arquivo vivo, preservando registros e informações sobre os povos do Xingu e a história do parque. O arquiteto pretende apresentar o projeto na COP-30, em Belém, com a intenção de mostrar o impacto transformador da arquitetura. "Quero mostrar por que são projetos transformadores", conclui.

● **ARTHUR CASAS 3.** Essa filosofia de arquitetura social está presente em seu livro, *Frases Bem Construídas*, que nasceu "da vontade de anotar frases para não esquecer. Frases que são minhas e frases que não são, mas poderiam ser", diz o arquiteto, agora também escritor. Entre elas:

"Todas as cidades deveriam ter um sonho e perseguir esse sonho"
Jaime Lerner, arquiteto

"Você não salva sua alma apenas pintando tudo de branco"
Ettore Sottsass, arquiteto e ilustrador

"A casa que você constrói para viver como lar deve ser integral... ao local, ao propósito e a você"
Frank Lloyd Wright, arquiteto

● **TOMBAMENTO NOS JARDINS.** Moradores dos Jardins seguem apreensivos a respeito da construção de condomínios na região. Uma revisão feita em dezembro pelo Condephaat alterou as regras de preservação dos bairros. A mudança libera condomínios de casas ou prédios de até três andares na área. Uma decisão liminar da Justiça suspendeu a revisão do tombamento dos Jardins, por ora. Agora, a AME Jardins entrou na Justiça pedindo a anulação da revisão. "A medida do Condephaat acaba com a obrigação de uso residencial por uma única família, justamente o que valoriza os Jardins e assegura a preservação há anos. Abre-se a possibilidade de condomínios horizontais, inclusive comerciais, em área tombada", critica Fernando Sampaio, presidente da associação de moradores. Ele avalia que o aumento de moradores na região, por meio dos condomínios, sobrecarregaria ainda mais o trânsito e a rede elétrica dos Jardins – já deficitários para o atual número de habitantes, segundo ele.

OBRA DE LUIZ ZERBINI. FOTO DE PATKILGORE/CORTESIA DE LUIZ ZERBINI E FORTES D'ALOIA & GABRIEL



● **ABERTO 1.** A partir de quarta-feira, 30, o público da Pinacoteca de São Paulo poderá ver de perto *Canudos Não se Rendeu* (2021), pintura de Luiz Zerbini que agora faz parte do acervo do museu. A obra, com mais de cinco metros de altura, foi doada à instituição por Cleusa de Campos Garfinkel, Família Gouvêa Telles e Família Hermanny de Sampaio Campos. Inspirado nas fotografias de Flávio de Barros, que documentou a Guerra de Canudos no final do século 19, Zerbini propõe uma releitura visual do sertão baiano.

● **ABERTO 2.** Segundo o curador Yuri Quevedo, ao contrário da aridez retratada por Barros e pela literatura de Euclides da Cunha, Zerbini apresenta uma paisagem exuberante e vital, onde natureza e resistência se entrelaçam. "A exuberância da pintura salta aos olhos, mas também convida a um olhar atento, que revela a riqueza dos detalhes e propõe uma revisão histórica do sertão e de Canudos como símbolo de resistência", explica.

● **ADOLESCÊNCIA.** O diretor de ensino do Colégio Miguel de Cervantes, Rudney Soares, foi nomeado presidente da Comissão de Saúde Mental formada por um grupo com mais de dez escolas particulares de São Paulo, dentre as quais: Bandeirantes, Albert Sabin, Vital Brazil, Liceu Jardim e Vértice – o grupo integra o Educational Leaders, formado por líderes educacionais. É o segundo ano de atuação do grupo voltado a debater questões ligadas ao socioemocional no ambiente escolar. Na agenda da primeira reunião do ano, marcada para dia 7 de maio, em São Paulo, já estão previstos dois temas atuais: a convivência na escola após a proibição dos celulares e a série *Adolescência*, da Netflix.



Prato do dia
Patrícia Ferraz

E-mail: *patriciacferraz@gmail.com;* **instagram:** *@patriciacferraz*

Mil-folhas de abobrinha, pesto e muçarela

A delicadeza de sabor e textura da abobrinha fazem dela um dos vegetais mais versáteis, indispensável em diversas receitas da cozinha mediterrânea – dois exemplos clássicos são a caponata italiana e a ratatouille francesa. Para preparar essa entrada, sugiro a abobrinha italiana, alongada e sem pescoço. Você precisa escolher abobrinhas de tamanho semelhante, cortá-las em fatias não muito finas e grelhá-las com um pouquinho de azeite, sal e pimenta-do-reino. O resto é ainda mais fácil, só fazer o molho – um pesto suave de agrião – e montar camadas, como um mil-folhas. É uma boa sugestão para a mesa do dia das mães, com a vantagem de poder ser feita algumas horas antes.

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO



Ingredientes
2 porções

_ 2 abobrinhas grandes
_ 4 a 5 bolinhas pequenas de muçarela de búfala
_ 2 colheres (sopa) de azeite de oliva extravirgem
_ 1 ramo de tomilho fresco
_ Sal e pimenta-do-reino moída na hora a gosto

Para o pesto
_ ½ xícara de miniagrião (mais suave, se não encontrar, use o comum)
_ ½ dente de alho
_ 1 colher (sopa) de queijo parmesão ralado
_ 3 colheres (sopa) de azeite de oliva extravirgem.
_ ¼ de xícara de nozes

Preparo
Fácil. 30 min.

1. Lave e seque as abobrinhas. Com ajuda da mandoline, corte-as em lâminas de aproximadamente 1 cm de espessura no sentido do comprimento. Tempere com azeite, sal e pimenta-do-reino
2. Aqueça uma frigideira com azeite, grelhe as fatias de abobrinha até ficarem douradas (vire para grelhar dos dois lados). Reserve.
3. Para o pesto: ponha o alho, o queijo, as nozes, o agrião e um pouco de azeite no processador. Bata e vá colocando mais azeite e batendo, até obter uma textura cremosa. Tempere com sal e pimenta-do-reino.
4. Monte o mil-folhas: faça uma camada de abobrinhas grelhadas no fundo do prato de servir, ponha um pouco do pesto e algumas fatias finas de muçarela. Vá repetindo as camadas até usar todos os ingredientes. Finalize com as folhas de tomilho e um fio de azeite. Sirva em temperatura ambiente. ●

É JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 24 ANOS

TER. Alice Ferraz, Patrícia Ferraz, Sergio Martins **(quinzenal)** ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Alice Ferraz, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Lusa Silvestre **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues **(quinzenal)** ● **SAB.** Alice Ferraz, Suzana Barelli ● **DOM.** Alice Ferraz, Leandro Karnal, Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

SEEN
RESTAURANT & BAR

CONHEÇA O
SEEN RESTAURANT & BAR,
O HOTSPOT MAIS
BADALADO DA CIDADE.

Alameda Santos, 1.437 - 23º andar | (11) 3146 5922
seensp.com | @seensaopaulo

Literatura

María Pizano, Jorge Carrión e Raphael Montes estarão na Feira do Livro

O matemático e pesquisador britânico Alex Bellos, o escritor espanhol Jorge Carrión e a escritora colombiana María Ospina Pizano vão participar da Feira do Livro 2025, que anunciou ontem mais 65 nomes, entre autores e mediadores. O evento ocorre entre 14 e 22 de junho, na Praça Charles Miller, São Paulo.

Bellos é autor de *Alex no País dos Números* e *Alex Através do Espelho*. Carrión lançou no ano passado *Membrana*, livro sobre a relação com a tecnologia. E María Ospina lança em maio o romance *Só um Pouco Aqui*. Jochen Volz, curador e diretor artístico da Pinacoteca de São Paulo, e o cineasta Ugo Giorgetti também marcarão presença.

A quarta edição tem realização da Associação Quatro Cinco Um e da Maré Produções e inaugurará também um novo local dedicado ao público infantil, o Espaço Rebentos. Segundo a Feira do Livro, o número de convidados para o evento pode chegar à casa dos 200. Ao longo dos nove dias, mais de 150 expositores vão estar no evento, que é gratuito ao público.

Entre os novos autores confirmados ontem, destacam-se ainda nomes como Mario Prata, escritor de *Pelo Buraco da Fechadura Eu Vi um Baile de Debutantes*, mais Raphael Montes, de *Bom Dia, Verônica* e *Jantar Secreto*, e Eduardo Giannetti.

Outros nomes já confirmados são: Drauzio Varella, Lázaro Ramos, Marcelo Rubens Paiva, Marilena Chaui, Ignácio de Loyola Brandão, Lavínia Rocha e Ruth Wilson Gilmore. ●

HELVIO ROMERO/ESTADÃO – 30/5/2019



Montes é autor de 'Bom Dia, Verônica' e 'Jantar Secreto'

Música

Sá & Guarabyra anunciam fim da parceria após mais de cinco décadas de carreira

A dupla Sá & Guarabyra anunciou o fim do grupo. Em comunicado, Luiz Carlos Sá e Guttemberg Guarabyra informaram que a separação ocorre por "causas naturais", sem desentendimentos ou brigas. Segundo eles, o fato de residirem há anos em Estados diferentes contribuiu para o afastamento gradual e a formação de novos vínculos musicais. A dupla ainda fará quatro apresentações, entre 31 de maio e 25 de setembro, em São Paulo, São Bernardo do Campo, Belo Horizonte e Itajaí.

Cinema

Filme 'Homem com H', sobre Ney Matogrosso, terá sessão gratuita com diretor e ator

PARIS FILMES



O filme *Homem com H*, cinebiografia de Ney Matogrosso, terá uma sessão gratuita na quarta-feira, 30, às 19 horas, no Circuito Spcine – Centro Cultural Olido. Após a exibição, haverá bate-papo com o diretor Esmir Filho e o ator Jesuíta Barbosa, que interpreta Ney. O filme tem previsão de estreia nos cinemas para quinta-feira, dia 1.º de maio. Os ingressos para a exibição no Cine Olido estarão disponíveis apenas presencialmente, na bilheteria do Circuito Spcine, duas horas antes do início da sessão.

Eufrázio



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Entre uma contradição e outra
Lua cresce em Gêmeos

Nós, que brandimos os desejos nos sentimos divindades criadoras de mundos, possuidores do direito inalienável de fazermos o que quisermos enquanto existimos, para logo descobrir que ter o poder de desejar não é o mesmo que sermos o poder do desejo, o qual parece ter suas próprias regras e dinâmicas, nem sempre de acordo com nossos quereres.

E assim vamos, pela vida afora e dentro, nos enxergando como brinquedos quebrados em busca de conserto, porque não é possível que tenhamos tanta atitude para sair brincando de desejar e inventar mundos, mas que o produto de nossas brincadeiras seja tão pífio e distorcido.

E entre uma contradição e outra, de vez em quando surge uma luz, um entendimento maior de que não há nada quebrado, a não ser pelo detalhe de querermos ser nós, a parte, maior do que o Todo. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4



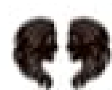
Quem não arrisca, não petisca, e os últimos serão os últimos mesmo, pelo menos em se tratando de comida, quando servem o buffet. Agora é quando sua alma precisa tomar iniciativas para garantir o que pretende.

TOURO 21-4 a 20-5



Não se trata apenas de garantir sua segurança, mas de que as pessoas que existem dentro do seu círculo de influência também desfrutem do acréscimo de segurança que você pretende. Nada está fácil para ninguém.

GÊMEOS 21-5 a 20-6



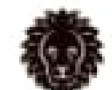
Dos momentos sombrios a alma emerge linda e maravilhosa como se nada tivesse acontecido, renascendo à luz, nova e radiante. Esse movimento renova a confiança de que, apesar de todos os pesares, a vida vale a pena.

CÂNCER 21-6 a 21-7



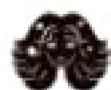
As pessoas fazem muito barulho e sua alma anda precisando tomar um pouco de distância, para não se distrair tanto, ao ponto de não conseguir refletir com sinceridade no andamento das coisas. Distância de todos.

LEÃO 22-7 a 22-8



Faça o que estiver ao seu alcance, mas fique ciente de que você poderia ir muito mais longe contando com a ajuda das pessoas que, apesar de não parecerem muito confiáveis, são as que a vida trouxe até você agora.

VIRGEM 23-8 a 22-9



Mesmo que as ideias pareçam loucas demais para serem realizadas, não as descarte, mas procure fazer o que estiver ao seu alcance, de imediato, para testar o quanto essas ideias são possíveis e o quanto são fantasias.

LIBRA 23-9 a 22-10



Os temores sempre parecem realistas, mas na maior parte dos casos são fantasias apenas. Você deveria saber isso pela própria experiência, deixando, por isso, de acreditar tanto nas mentiras que o medo pronuncia. É assim.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11



Enquanto as pessoas conversam com você, tente não fazer parecer que você não tem nada a ver com o que elas contam, ou que com os problemas delas você não tem nada a fazer nem agregar. Relacionamentos são assim.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12



Algumas questões que não ficaram claras e evidentes agora são postas sobre a mesa para serem discutidas, não de um jeito conflitante, mas no sentido de encontrar um ponto em comum para as pessoas se entenderem.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1



Nem sempre os desejos conduzem à satisfação, em muitos casos eles enganam afirmando que o objetivo seria o melhor possível, mas depois de você investir recursos nesse sentido descobre que era tudo uma fantasia.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2



Apesar de todos os perrengues, novos e antigos, que continuam aí, requerendo sua atenção, mesmo assim você pode decidir se despreocupar e brincar alegre nos campos infinitos do Universo, como se não houvesse amanhã.

PEIXES 20-2 a 20-3



O que estiver ao seu alcance fazer, que seja prioridade, porque de resto, o mundo continua confuso o suficiente para não poder garantir que haja as circunstâncias propícias que você desejaria e que facilitariam.

Cinema

‘Ainda Estou Aqui’ leva o Prêmio Platino de melhor filme, em Madri

Walter Salles e Fernanda Torres, como diretor e atriz, também foram premiados, assim como a série ‘Senna’

O filme brasileiro *Ainda Estou Aqui*, de Walter Salles, venceu na categoria de melhor filme ibero-americano do Prêmio Platino, realizado na noite de domingo no palácio municipal Ifema, em Madri, na Espanha. Salles ficou ainda com o prêmio de melhor diretor e Fernanda Torres, com o de melhor atriz. E outro brasileiro, *Senna*, venceu na categoria de melhor criador de série (para Vicente Amorim, Fernando Coimbra, Luiz Bolognesi e Patrícia Andrade).

O Brasil também concorria com *Arca de Noé* (melhor animação), *Cidade de Deus – A Luta Não Para* (melhor série, minissérie de ficção ou documentário); *Senna* (melhor série, minissérie de ficção ou documentário); Alexandre Rodrigues, de *Cidade de Deus* (melhor ator de série); Gabriel Leone, de *Senna* (melhor ator em série); Andreia Horta, de *Cidade de Deus* (melhor atriz em série); e Hugo Bonemer, de *Senna* (melhor coadjuvante de série).

DESTAQUES. O melhor filme de estreia em ficção foi *El Ladrón de Perros* e a melhor animação, *Mariposas Negras*. Claudio Cataño foi escolhido melhor ator em série por *Cem Anos de Solidão* e Candela Peña foi a melhor atriz por *O Caso Assunta*. *Cem Anos de Solidão* ficou ainda com o prêmio de melhor série de ficção.

O Prêmio Platino é promovido pela Entidad de Gestión de Derechos de los Productores Audiovisuales (Egeda) da Espanha, pela Federación Iberoamericana de Productores Cinematográficos y Audiovisuales (Fipca) e pelas Academias e Institutos Ibero-Americanos de Cinema. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz



Recruta Zero Mort Walker



Turma da Mônica Mauricio de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO | *“Fé é a chave que abre a porta do impossível”* **Charles Chaplin**



Sergio Martins

Eu não sou contra o progresso

Escrever sobre música é lidar com boatos que são vendidos como verdade absoluta. Por exemplo: o punk, movimento surgido na segunda metade dos anos 1970, ajudou a exterminar o rock progressivo. Nem uma coisa, nem outra. Embora uma juventude tenha apresentado músicas menos, digamos, complicadas em sua execução, os principais nomes desse gênero nunca deixaram de ser populares – no máximo, adaptaram o estilo de composição para os novos tempos.

O interesse pelo rock progressivo tem crescido ao longo dos anos. Em março, uma chuva que derrubou 300 árvores em São Paulo não impediu que o Teatro Sabesp Frei Caneca lotasse seus 600 lugares para uma apresentação do Genetics – banda tributo do Genesis – tocando um disco clássico dos ingleses. Na quinta-feira passada, uma plateia de jovens, quarentões, cinquentões e sessentões assistiu à exibição de *Live at Pompeii*, um registro da apresentação do quarteto nas ruínas da cidade italiana de Pompeia, em 1971.

A nova ascensão do rock progressivo não se restringe a bandas veteranas. O novato The Beat, que traz dois ex-membros da lenda progressiva King Crimson (o guitarrista e vocalista Adrian Belew e o baixista Tony Levin) juntos ao baterista Danny Carey (do Tool) e Steve Vai, toca no dia 9 de maio no Espaço Unimed (São Paulo). Nos últimos meses, me encantei com o alemão RPWL e o sueco The Flower Kings, que atualizam a sonoridade de Pink Floyd e Yes (ambos estão disponíveis no País num artefato "ancestral" chamado CD).

> ***O rock progressivo foi minha passagem de fã de rock pesado para uma música mais séria***

O rock progressivo surgiu da insatisfação de bandas como The Beatles e The Beach Boys, para ficarmos nas mais conhecidas, com o formato engessado de canções de 3 minutos e pela vontade de experimentar novos formatos sonoros. Coube a nomes como Genesis, Yes, King Crimson & cia. levar esses experimentos para outro patamar. E, como boa parte deles tinha formação erudita, adaptaram compositores como Bach, Brahms e Copland, entre outros, para seu repertório. O chacoalhão causado pelo punk ajudou que os progressivos adotassem um estilo mais direto e acessível – vide Yes e Genesis, que invadiram as rádios pop, e King Crimson, cuja encarnação nos anos 1980 passou a combinar solos complicadíssimos com baladas.

Para mim, o rock progressivo foi aquele passo adiante na minha formação musical, a passagem de admirador de rock pesado para uma música mais séria. E, embora seja chamado de dinossauro, ele está presente no repertório de grupos que vieram a seguir – da esquisitice de um Smashing Pumpkins aos climas de guitarra da cantora St. Vincent. O progressivo agoniza, mas não morre nunca. ●

SERGIO MARTINS É JORNALISTA E CRÍTICO MUSICAL

TER. Alice Ferraz, Patricia Ferraz, Sergio Martins (quinzenal) ● QUA. Roberto DaMatta ● QUI. Alice Ferraz, Luciana Garbin (quinzenal), Patricia Ferraz ● SEX. Lusa Silvestre (quinzenal) e Maria Fernanda Rodrigues (quinzenal) ● SAB. Alice Ferraz, Suzana Barelli ● DOM. Alice Ferraz, Leandro Karnal, Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas https://bit.ly/4iwexyQ

- (?) pensar: de jeito nenhum
- Aldeia indígena (bras.)
- Campo (?), jogo de computador
- Ponto final de uma maratona
- Apresentadora do SBT (TV)
- Veículo usado em lotações
- Saudáveis; sadias
- Ente; criatura
- Área fértil do deserto
- Veículo de transmissão de novelas
- Empanado e frito (o bife)
- Debaixo de
- Embalar (o bebê)
- 201, em romanos
- Sucede ao "R"
- Pelo de escovas
- "Quem procura (?)" (dito)
- Por (?) de: às ocultas
- A namorada do Chico Bento (HQ)
- Ivan Lins, Djavan e Caetano Veloso (MPB)
- O bairro do Pão de Açúcar (RJ)
- Forma reduzida de "senhor"
- O indivíduo que age como máquina (fig.)
- Agir como a mãe zelosa
- Substância azul corante
- Sem umidade; seca (a terra)
- Fragmentos de vidro
- Antigo navio à vela
- Monta (a barraca)
- Elevação da temperatura do corpo (Med.)
- Qualquer objeto inanimado
- Conquista; vence
- Vogais de "bife"
- Anatomia (abrev.)
- Pouco resistente
- Pessoa indeterminada
- Mantra de meditação
- Sensação causada pela pimenta
- Dígrafo de "barro" (Gram.)
- Utensílio de cozinha
- (?) de: de um lado para outro
- Tribunal Superior do Trabalho (sigla)
- Alberto de Oliveira, poeta

S E R

BANCO 3/sob. 4/anil. 5/bacia — oásis. 6/minado. 8/autômato.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS

Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

Frear a vontade de comer



Raios **LASER** podem inibir a **VONTADE** de comer em **CAMUNDONGOS**, é o que divulgou um ~~**ESTUDO**~~ publicado na **REVISTA** "Nature Neurosciences". De **ACORDO** com cientistas, essa **DESCOBERTA** poderá contribuir futuramente para tratamentos de obesidade e **ANOREXIA** entre **HUMANOS**. A pesquisa **REVELOU** que um aglomerado de **CÉLULAS** cerebrais consegue **FREAR** o consumo de alimentos imediatamente quando **ATIVADO** por laser. Os cientistas observaram que elas trabalharam rapidamente quando os ratinhos tinham ingerido uma **REFEIÇÃO** completa, o que leva a crer que podem **ATUAR** na **INIBIÇÃO** do apetite desses **ANIMAIS**. Caso seja **POSSÍVEL** comprovar que essas células estão relacionadas à redução na vontade de **COMER** das pessoas, será possível **OFERECER** tratamentos para diversos **TIPOS** de **DESORDENS** alimentares.

A	D	Z	S	I	K	I	D	V	G	N
I	K	I	A	T	I	V	A	D	O	W
X	W	C	S	G	Z	M	K	S	S	O
E	D	E	S	O	R	D	E	N	S	F
R	N	L	J	R	L	R	N	E	E	E
O	K	U	I	I	L	E	Z	C	M	R
N	E	L	K	B	G	V	Y	O	W	E
A	Y	A	D	B	B	E	R	M	D	C
X	E	S	F	G	F	L	S	E	S	E
L	T	I	P	O	S	O	I	R	L	R
X	S	W	Y	J	E	U	R	Z	R	T
C	A	M	U	N	D	O	N	G	O	S
F	S	E	S	T	U	D	O	E	S	O
F	F	T	E	F	Z	I	D	R	M	D
R	F	X	E	D	A	T	N	O	V	R
E	R	R	R	L	F	L	X	Z	W	O
V	S	O	N	A	M	U	H	D	L	C
I	Z	N	J	K	V	C	G	X	V	A
S	O	Ã	Ç	I	E	F	E	R	O	R
T	P	J	Z	V	L	X	R	Ã	K	V
A	O	L	A	S	E	R	Ç	X	D	A
H	S	X	L	C	Z	I	D	K	T	R
D	S	G	X	D	B	G	X	R	J	A
I	I	Z	T	I	Z	N	E	L	L	N
E	V	S	N	W	B	B	R	K	T	I
Y	E	I	T	M	O	A	G	K	K	M
X	L	Y	Z	C	E	J	X	G	W	A
D	Y	W	S	R	Z	W	I	I	C	I
Z	E	E	F	A	T	U	A	R	Z	S
L	D	Y	H	H	H	B	S	D	N	M

© Revistas COQUETEL

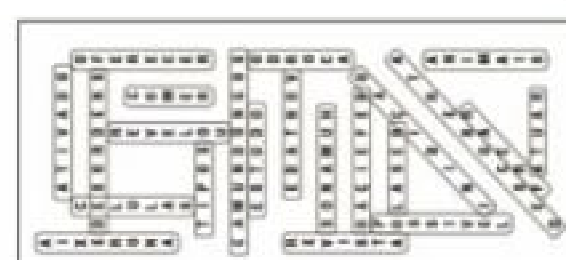
SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku https://bit.ly/3YeELPO

Nível Fácil

	7						3	
4		9		6		5		8
	5	1	8		7	9	2	
		5				2		
	4			9			6	
		6				8		
	2	4	1		3	6	9	
5		8		7		4		3
	1						8	

SOLUÇÕES





SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA
#FaçaCoquetel /editoracoquetel @coquetel



COQUETEL
ASSINE AGORA!
www.coquetel.com.br

_Instituições receberam bilhões para inovação; agora, estão na mira da Casa Branca

Pesquisas dependem de verba alvo de Trump



Universidade Harvard entrou na mira após se negar a cumprir exigências do republicano

JEREMY W. PETERS
ANDREA FULLER
THE NEW YORK TIMES

Por mais de oito décadas, as universidades americanas e o governo dos EUA estreitaram cada vez mais seus laços. Os EUA queriam construir as bombas mais poderosas e curar as piores doenças. Queriam ser os primeiros a explorar os confins do sistema solar. Queriam cultivar safras mais eficientes. E assim, ofereceram milhões, depois bilhões, a pesquisadores em universidades por todo o país.

As instituições aceitaram o dinheiro. Construíram os melhores laboratórios e atraíram professores e alunos de alto nível de todo o mundo. Com o tempo, também se tornaram, de forma crescente – e a princípio um tanto cautelosa – dependentes dos humores dos políticos em Washington.

Agora, esse pacto mutuamente benéfico começou a se desfazer.

O presidente Donald Trump e muitos republicanos dizem que usarão a ameaça de cortes profundos no financiamento para conter um suposto ativismo progressista fora de controle nos câmpus, que acreditam ter afastado as universidades de sua missão de educar e formar melhores cidadãos. Com a confiança no ensino superior em queda entre os americanos, o presidente também acredita ter a opinião pública a seu favor.

Mas, à medida que o governo Trump começa a cortar – incluindo o anúncio de que vai retirar US$ 2,2 bilhões da Universidade de Harvard –, o futuro da parceria que transformou a pesquisa universitária americana no motor mundial da inovação científica está longe de ser certo.

As universidades americanas gastaram US$ 60 bilhões em dinheiro federal em pesquisa e desenvolvimento apenas no ano fiscal de 2023. Isso é mais de 30 vezes o que foi gasto no início dos anos 1950, ajustado pela inflação, quando o sistema estava apenas começando a crescer e se tornar a vasta indústria que é hoje.

Não há outro sistema como esse no mundo, em parte, por causa da natureza descentralizada e ampla do ensino superior americano. Diferentemente de muitos outros países, os EUA nunca tiveram uma universidade nacional. E os fundadores deixaram a educação a cargo dos Estados.

Foi dentro de laboratórios universitários que o radar militar foi desenvolvido na década de 1940, que o código do mecanismo de busca do Google foi escrito na década de 1990 e onde as maravilhas do universo ainda estão sendo descobertas.

HAIYUN JIANG/THE NEW YORK TIMES



Alegações
Donald Trump acusa universidades de não estarem fazendo o suficiente para prevenir e punir o antissemitismo

Desmantelar o sistema, como Trump e muitos conservadores parecem determinados a fazer, poderia, em parte, levar os americanos de volta ao tempo em que o governo federal deixava a pesquisa majoritariamente nas mãos do setor privado. O trabalho era realizado em fundações criadas por famílias ricas como os Carnegies e os Rockefellers, ou nos laboratórios da Dupont, Westinghouse e outras corporações.

ORIGEM. A gênese do sistema atual foi a 2.ª Guerra e a Grande Depressão – crises tão grandes que exigiam o tipo de dinheiro que só Washington poderia gastar.

Roger Geiger, professor emérito da Universidade Estadual da Pensilvânia, escreveu em um livro de 1993 sobre universidades de pesquisa americanas que os líderes políticos sabiam que apenas um esforço de larga escala poderia mobilizar e incentivar os melhores cientistas.

"O destino das nações democráticas do mundo poderia muito bem depender de sua eficácia", escreveu Geiger em seu livro *Research and Relevant Knowledge* (Pesquisa e Conhecimento Relevante, na tradução livre).

A princípio, houve resistência ao financiamento de pesquisas acadêmicas em tão grande escala.

Os republicanos contrários ao New Deal eram, por princípio, contra a expansão do governo federal, que já consideravam grande e poderoso demais. Mas a corrida para vencer os nazistas na criação da bomba atômica dissipou grande parte dessa relutância.

O Projeto Manhattan, o maior esforço de pesquisa da guerra, com um custo de US$ 2 bilhões (mais de US$ 30 bilhões em valores atuais), surgiu de trabalhos de cientistas em universidades como a Universidade da Califórnia em Berkeley, a Universidade Columbia (NY) e a Universidade de Chicago.

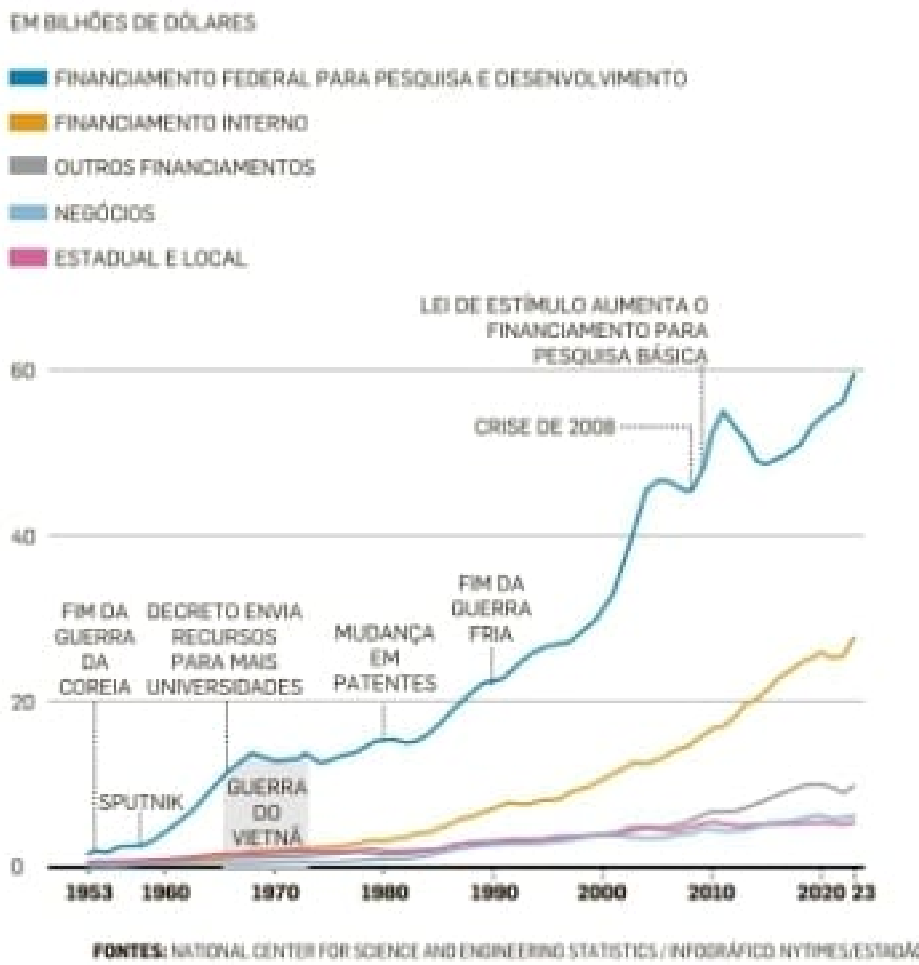
"Todos sabemos disso, graças a Christopher Nolan", disse Christopher Loss, professor da Universidade Vanderbilt que estuda o ensino superior, referindo-se ao diretor de *Oppenheimer*, o filme de 2023 sobre J. Robert Oppenheimer, o físico que supervisionou o desenvolvimento da bomba. "Mas esse é o momento definidor. A pedra fundamental da economia da pesquisa", disse.

A parceria entre governo e academia gerou outras inovações militares, como o fusível de bomba ativado por rádio, desenvolvido na Universidade Johns Hopkins.

A instituição gastou mais dinheiro federal do que qualquer outra universidade em pesquisa: US$ 3,3 bilhões no ano fiscal de 2023. Cerca de metade veio do Departa- →

FOTOS: SOPHIE PARK/THE NEW YORK TIMES







Sob pressão, Harvard foi à Justiça contra ameaças do governo Trump

mento de Defesa.

Privada de recursos para perseguir grandes ideias, a universidade de pesquisa americana deixaria de funcionar como uma instituição "voltada para a descoberta – e não apenas para a preservação – do conhecimento", disse Loss.

DEFESA, MEDICINA, ESPAÇO. Após a guerra, os formuladores de políticas em Washington estavam ansiosos para replicar a fórmula em outros campos, como a medicina. Era, segundo Geiger, "um mercado de vendedores para a pesquisa".

Mas nem todos se sentiam à vontade com a crescente dependência de dinheiro do governo. Cientistas temiam a interferência de agências federais e a possibilidade de que seu trabalho fosse comprometido. Militares, por vezes, viam a academia com desconfiança.

Mais amplamente, professores e líderes universitários temiam tornar-se reféns do governo. "Acho que a liberdade acadêmica, na época, era considerada ameaçada por essas novas fontes de financiamento, talvez com razão", disse John Tomasi, presidente da Heterodox Academy, uma organização apartidária que promove a troca de pontos de vista mais diversos na academia.

Mas o dinheiro era difícil de recusar. A matrícula de estudantes disparou em muitas instituições. Faculdades dobraram ou triplicaram de tamanho.

As universidades forneceram o capital humano e intelectual para impulsionar algumas das mais importantes iniciativas da Guerra Fria, incluindo o desenvolvimento da bomba de hidrogênio – centenas de vezes mais potente que a bomba da primeira geração do Projeto Manhattan – e a corrida espacial iniciada com o lançamento do Sputnik pela União Soviética em 1957, o primeiro satélite artificial do mundo.

Defesa
Projeto Manhattan, maior esforço de pesquisa da guerra, surgiu de trabalhos em universidades

O financiamento para pesquisa ainda ia majoritariamente para um pequeno número de instituições de elite nos anos 60. Então, em 1965, o presidente Lyndon Johnson emitiu uma ordem executiva para redistribuir essa riqueza.

"Queremos encontrar a excelência e desenvolvê-la onde quer que ela esteja, para que centros criativos de excelência possam crescer em todas as partes da nação", declarou a ordem.

Mas a agitação social da era da Guerra do Vietnã começou a alterar a percepção da academia aos olhos de muitos americanos. Protestos estudantis contra a guerra se tornaram extremamente impopulares.

A era de domínio republicano que se seguiu foi menos acolhedora para o ensino superior. O financiamento para pesquisa estagnou enquanto políticos conservadores questionavam por que os contribuintes deveriam subsidiar instituições vistas como focos de radicalismo antiamericano.

Mas uma reforma bipartidária ajudou a estimular um boom nos campos emergentes da biomedicina, ciência da computação e engenharia. Em 1980, o Congresso mudou a lei para transferir os direitos de patente das pesquisas financiadas pelo governo federal para as universidades, em vez de mantê-los com o próprio governo.

A ideia era aplicar princípios de livre mercado ao setor de pesquisa acadêmica, permitindo que as universidades lucrassem com o licenciamento das inovações criadas em seus laboratórios. Isso levou a uma transformação na academia, inaugurando o que estudiosos chamam de era atual da "Big Science".

"Nenhum governo – independentemente do partido que estiver no poder – deve ditar o que as universidades privadas podem ensinar, quem podem admitir e contratar, e quais áreas de estudo e pesquisa podem seguir"
Dirigentes da Universidade Harvard, em ação jurídica contra governo Trump

REAÇÃO. Hoje, todo esse dinheiro tornou as universidades um alvo do governo Trump.

Muitas das universidades que mais recebem do governo federal para pesquisa e desenvolvimento estão entre as dezenas de instituições sob investigação, devido a alegações de que não estão fazendo o suficiente para prevenir e punir o antissemitismo. Das 25 universidades que mais receberam fundos federais no ano fiscal de 2023, pelo menos 16 estão sob investigação do governo.

As 10 universidades que recebem atenção especial de uma força-tarefa do governo sobre antissemitismo gastaram, juntas, US$ 9,3 bilhões em dinheiro federal para pesquisa e desenvolvimento – cerca de 15% do que todas as universidades americanas gastaram com recursos federais.

E o governo Trump parece não ter terminado.

Embora as instituições da Ivy League (grupo das universidades de elite dos EUA) estejam sofrendo o maior impacto, universidades públicas compõem cerca de metade da lista mais ampla daquelas sob revisão. Elas incluem a Universidade de Washington, a Universidade da Califórnia em San Diego e a Universidade de Michigan.

E todas têm muito a perder: cada uma gastou mais de US$ 1 bilhão em financiamento federal para pesquisa no ano fiscal de 2023. ●

Eufrázio

Com e sem pimenta

Equilíbrio entre acidez e dulçor garante qualidade de um bom molho barbecue

Seis especialistas avaliaram às cegas 14 marcas do produto que vai bem com batatas, carne de porco, frango e até frutos do mar

Paladar TESTOU

CHRIS CAMPOS



A falta de uma receita-padrão do molho nascido nos EUA dificultou um pouco o trabalho dos jurados

O molho barbecue, nascido e criado nos Estados Unidos, mais especificamente no sul do país, vem conquistando cada vez mais adeptos do lado de baixo do Equador. Pelo menos é o que indicam as gôndolas dos supermercados, com ofertas fartas e diversificadas do produto.

Para este *Paladar Testou*, selecionamos 14 marcas, versões com e sem adição de pimenta. Seis jurados especializados no assunto realizaram a avaliação às cegas, entre goles de água com gás geladinha e mordidas em nuggets de frango e batatas fritas – dois petiscos que vão bem com o molho.

"O molho barbecue tem como principal característica o dulçor, com receita feita à base de mel, açúcar, tomates, algum elemento defumado e especiarias", explica o chef Rodrigo Rizzo, do Caledônia.

O barbecue fica especialmente interessante quando combinado com carne de porco ou de frango. Pode ser ingrediente precioso na hora de glacear uma carne no forno e bom acompanhamento para sanduíches, onion rings ou batatas fritas. Há quem ache redundante a dobradinha carne vermelha + molho barbecue. Mas pode, tá? Aliás, você pode até se aventurar no preparo de vegetais, como cenouras ou cebolas, com molho barbecue para uma camada extra de sabor.

E com peixe? Será que dá match? O chef Rodrigo Rizzo aposta no sucesso da combinação de um peixe na brasa com o sabor defumado do molho barbecue. Aliás, um dos temas debatidos entre os especialistas durante a degustação foi a classificação de dois tipos de molhos relacionados diretamente a sua utilização. Produtos mais fluidos funcionam bem na hora de besuntar carnes para preparos no forno, por exemplo. Enquanto molhos mais encorpados rendem bons acompanhamentos para sanduíches e petiscos.

A falta de referência, de uma receita-padrão de molho barbecue, aliás, foi um fator que dificultou a vida dos jurados. "Não tem um parâmetro oficial, especialmente por ser uma receita criada fora do Brasil", explica o chef Thiago Koch, do Bullguer. A solução encontrada pelos especialistas foi se apegar ao equilíbrio de sabores durante a avaliação dos produtos.

"Não há uma definição exata do molho barbecue, mas dá para afirmar que ele é um molho à base de tomates que precisa ter acidez, equilíbrio, dulçor e sabor defumado", explica o chef Benê de Souza, do Z Deli – que garantiu ter encontrado boas opções de molhos entre as marcas avaliadas.

"A minha referência de molho barbecue é a do Peter Luger de NY (icônica steak house no bairro de Williamsburg, Brooklyn)", explica Thiago Koch. "Por ser uma instituição antiga e muito famosa nos EUA, a casa acaba sendo uma boa referência de molho barbecue." É um molho pedaçudo, à base de tomates, incrementado com relish de raiz-forte, de coloração vermelho-ocre, de aparência tostadinha e textura parecida com a de um molho denso.

"Particularmente, gosto do molho mais apimentado, acho que traz uma complexidade de sabor", afirma o chef Fabio Lazzarini, do Varanda Dinner. "Gosto do molho barbecue com sabor de tomate, presença de acidez, dulçor, defumado e... apimentado."

VERSATILIDADE. "O barbecue é um molho muito versátil, que funciona bem com carne de caça, porco, carne de pato, até mesmo com frutos do mar", afirma o chef Fred Caffarena, do Make Hommus, Not War. Para Thiago Koch, duas combinações de carnes imbatíveis com molho barbecue são asinhas de frango e costelinha de porco; é um molho bom também para caramelizar bacon ou cebolas. Para finalizar, o chef Helder Justo lembra que molho barbecue, para ser incrível, precisa ser o menos artificial possível.

O *Paladar Testou* Molho Barbecue foi realizado na unidade da Vila Madalena da hamburgueria Bullguer, com Rizzo, Koch, Caffarena, Souza, Lazzarini e Justo como jurados. Dulçor ou acidez excessiva foram os principais pontos negativos apontados por eles. ●

Como foi feito o teste

● Em todas as provas realizadas pelo *Paladar*, a reportagem faz um levantamento das marcas disponíveis no mercado. E, nos dias anteriores ao teste, as amostras são adquiridas em grandes redes de supermercado e empórios da capital paulista. No caso de produtos artesanais, eles são comprados nas lojas online das próprias marcas de forma anônima. Ou seja, em ambos os casos, as marcas não sabem que seus produtos serão submetidos a uma degustação às cegas. Além disso, o júri também não tem conhecimento de quais marcas fazem parte da seleção antes do resultado da apuração. O *Paladar Testou* é uma iniciativa 100% editorial.

Os vencedores



1º Heinz

Um molho bonito e bem equilibrado. O sabor frutado, de acidez interessante, levemente defumado e com um toque de especiarias, agradou ao time de jurados, assim como a textura do molho, considerada a ideal para um bom barbecue. Levou o selo ouro com louvor (R$ 25,49, 397 g)



2º Made for Meat

O selo prata do *Paladar Testou* ficou com o molho da marca por conta da picância na medida certa. "Um barbecue para quem gosta de um sabor marcante", atestou um dos jurados. Poderia ter o sabor de alho um pouco atenuado. Mesmo assim, se apresentou como um bom acompanhamento para sanduíches (R$ 30,90, 235 ml)



3º Hellmann's

Na avaliação do júri, o molho barbecue que levou o selo bronze do *Paladar Testou* é um produto de textura boa, acidez controlada, aroma e sabor equilibrados (R$ 18,70, 400 g)